

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Memórias, Narrativas e História: a imigração espanhola recente em Porto Alegre

Lucas Neves Prochnow

Orientadora: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre, 2009

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Memórias, Narrativas e História: a imigração espanhola recente em Porto Alegre

Lucas Neves Prochnow

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre, 2009

Lucas Neves Prochnow

Memórias, Narrativas e História: a imigração espanhola recente em Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Aprovada em 18 de agosto de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino (orientadora)

Profa. Dra. Rosemary Fritsch Brum - UFRGS

Prof. Dr. René E. Gertz - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Estes sucintos agradecimentos, apesar de serem textualmente hierarquizados, mesclaram-se e ganharam importância em diferentes momentos. Expressão de minha gratidão, as palavras a seguir envolvem afetividades distintas.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, pela concessão de bolsa integral, proporcionando atenção total à pesquisa, bem como a possibilidade de participação em atividades de extensão e demais atividades envolvidas neste projeto.

Ao Consulado Espanhol e ao Centro Espanhol, por me atenderem com atenção e com presteza.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino, pelo tranqüilo convívio nestes três anos de pesquisa e pelas sagazes observações em todas as etapas deste projeto.

À minha família, à minha companheira e aos meus amigos, pelo conforto, pelas idiossincrasias e pelas estranhezas que me garantiram justeza e alegria em um antes, um durante e um depois. Por serem tantas coisas em mim, são inomináveis.

Aos professores, colegas e funcionários que cruzei desde a Graduação, cada qual constituindo alguma parte do mosaico.

O início da escrita deste trabalho se deu durante dois meses em uma reserva florestal chamada FLONA (ICM-Bio), na região de São Francisco de Paula. Lá teci o texto que segue, catei pinhão e fiz excelentes novos amigos. Agradeço, portanto, às pessoas deste local.

Por fim, agradeço aos espanhóis que colaboraram com esta pesquisa, compartilhando aspectos de suas vidas e de seu presente comigo. Resultado em texto, os momentos de convívio calaram muito mais fundo em minha noção de tempo e de vida.

Por tantos passados e sofridos
deduzi que a natureza só se encanta de natureza.
E risquei o chão com o círculo
e a palavra soprei no meio, fui soprando.
E a terra tremeu.
Como se tocasse o firmamento
saudei o poder da palavra sobre todos os males e aflições.
Depois pensei, contencioso:
- A palavra é eterna, porém às vezes toma forma de tempo.
Mas não queria mais nada transitório e tudo eterno.
E vi que era coisa de alma, não deste meu despojo de carne.
E raciocinei: - O tempo não é redondo.
O tempo vai e não volta.
Redonda é a alma.

Jonas Assombro, de Carlos Nejar

RESUMO

Esta dissertação pretende compreender aspectos da imigração espanhola recente na cidade de Porto Alegre. A falta de documentação imigratória e a ausência de trabalhos acadêmicos sobre o tema fizeram com que se seguissem os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral e da Análise Textual Discursiva. Realizaram-se as coletas de treze depoimentos, a fim de se desvendarem as trajetórias de vida destes imigrantes a partir das narrativas construídas. Para tanto, contextualiza-se o período espanhol que leva à Guerra Civil até os quarenta anos da ditadura franquista, analisando-se os motivos emigratórios ao mesmo tempo em que se estudam aspectos econômico-sociais do Brasil como país receptor. Devido aos acontecimentos na Espanha, desde 1940 que em Porto Alegre a comunidade espanhola se divide em uma sede republicana e outra sede franquista, unificando-se somente em 1993. Assim, avalia-se o sentido dentro desta comunidade do uso político da memória feito pelo governo espanhol, considera-se sobre a formação dos lugares de memória e, por fim, analisam-se os locais de tal produção.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola – Ditadura Franquista – Imigração espanhola na cidade de Porto Alegre – Centro Espanhol

RESUMEN

Esta disertación busca comprender aspectos de la inmigración española reciente en la ciudad de Porto Alegre. La falta de documentación inmigratoria y la ausencia de trabajos académicos sobre el tema hicieron con que se siguiesen presupuestos teóricos de la Historia Oral y del Análisis Textual Discursiva. Se realizaron trece entrevistas con la finalidad de desvendar las trayectorias de vida de estos inmigrantes a partir de las narrativas construidas. Para ello, se contextualizó históricamente el período español que lleva a la Guerra Civil hasta los cuarenta años de dictadura franquista, analizando los motivos que llevaron a la emigración al mismo tiempo que se estudiaron aspectos económico-sociales de Brasil como país receptor. Debido a los acontecimientos en España, desde 1940 la comunidad española en Porto Alegre se divide en una sede republicana y otra sede franquista, unificándose en 1983. De este modo, se analiza el sentido que tiene para esta comunidad el uso político de la memoria hecho por el gobierno español, considerándose la formación de los lugares de memoria, así como los locales de tal producción.

Palabras-clave: Guerra Civil Española – Dictadura Franquista – Inmigración española en la ciudad de Porto Alegre – Centro Español

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 HISTÓRIA COLETIVA	23
1.1 Economia, Política e Sociedade no Pré-Guerra Civil	23
1.1.1 A questão das autonomias	32
1.1.2 O Anarquismo e o Anarquismo na Catalunha	36
1.2 A Guerra Civil	41
1.3 A ditadura franquista	51
1.3.1 A emigração econômica	57
1.3.2 A etapa francesa	62
2 A CHEGADA AO BRASIL	71
2.1 A imigração espanhola em números	71
2.1.1 As agências internacionais para migrações humanas: contextualização	78
2.2 Trajetórias	81
2.2.1 Breve etapa paulista	81
2.2.2 Porto Alegre: o trabalho e a moradia	85
2.3 Convívio e celeumas na comunidade espanhola	95
2.3.1 Formação da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos	95
2.3.2 Novo período: a década de 50	99
2.3.3 A origem da Casa de Espanha	103
3 MEMÓRIAS, NARRATIVAS, IDENTIDADES	111
3.1 Memórias	111
3.2 Contexto histórico espanhol e memória histórica	114
3.2 Unificação: o Centro Espanhol	117
3.2.1 Identidades e lugares de memória	121
3.2.2 Narrativas e identidades	124
3.2.2.1 Identidades dos espanhóis	130
3.3 A não re-emigração	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

A arquitetura de duas sedes sociais e a expressão artística de uma fonte construída em frente à prefeitura de Porto Alegre são a confirmação da presença de espanhóis na capital. Ao flunar pelo Centro dessa cidade, encontra-se, à Rua Andrade Neves, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, prédio antigo de ampla fachada, com referências espanholas na decoração. O escudo espanhol, bem ao centro, e o lema mutualista “*hoy por ti, mañana por mí*”, envolvendo duas mãos em cumprimento, evidenciam que esta sede abrigou Histórias.

Igualmente, surgido décadas mais tarde e afastado do centro da cidade, na Travessa Sul, está o Centro Espanhol, que antes fora Casa de Espanha.

Ainda no Centro dessa cidade, no Paço da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, encontra-se a Fonte de Talavera de La Reina. Inaugurada em 1935, foi “*Homenage de la Colônia Española de Rio Grande del Sur, al pueblo Gaucho en su Centenario ‘Farroupilha’*”¹.

Estes elementos confirmam que imigrantes espanhóis transitaram e se envolveram profundamente com a cidade que os acolhia. Porém, em princípio, estes locais representavam à pesquisa somente pontos de encontro da comunidade, fazendo-se necessária uma maior compreensão dos significados destas sedes, das placas frias nas paredes de cada uma delas e da curiosa ausência do indivíduo imigrante espanhol.

Esta pesquisa inicia a partir dos indícios desta presença física, do contato com as histórias da imigrante espanhola Remédios Falceto em encontros informais através de sua neta, Luísa Falceto, e da insuficiência, quase inexistência, de documentos e de bibliografia sobre a imigração espanhola, constatado em pesquisas realizadas ainda na Graduação.

Fato relatado por outras investigações sobre a imigração espanhola, a dificuldade documental relacionada a esta etnia vai desde a falta de dados portuários de entrada e saída destes imigrantes, até a dificuldade de obtenção das atas das sociedades formadas. Não se restringindo ao Rio Grande do Sul, estes empecilhos à pesquisa talvez se relacionem com o fato da pouca produção acadêmica nacional sobre este grupo social.

¹ Homenagem da Colônia Espanhola do Rio Grande do Sul ao povo Gaúcho no seu Centenário Farroupilha (Tradução do Autor). Título da circular sobre a Fonte de Talavera (VARGAS, 1979, p. 277).

No caso desta pesquisa, as atas da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (SESM) de 1930 até 1960 ou desapareceram ou foram queimadas em conturbado período pelo qual passou esta sociedade. Além disso, a preservação da documentação existente é precária, estando dividida em salas das duas sedes sociais.

Deste modo, as duas dissertações existentes, uma sobre a SESM, e a outra sobre a Casa de Espanha, possuem o mérito de resguardar inúmeras atas de ambas as sociedades, copiadas no corpo do texto ou como anexos. Finalizadas em 1979, estas pesquisas correspondiam a um período em que a comunidade espanhola unificava-se na cidade, voltando a protagonizar sentimentos antagonistas, como se verá em momento oportuno. Assim, sem ignorar que investigações históricas iniciam desde o presente, são claras as motivações que orientaram as duas pesquisas, possuindo elas mesmas o tom reconciliatório que o momento exigia.

As lacunas documentais existentes e a falta de referências bibliográficas fizeram, então, com que a metodologia empregada não fosse outra senão a da História Oral.

À justificativa acima exposta, soma-se a produção documental (oral e transcrita), que é também objetivo da História Oral visto que se disponibiliza este material em acervos apropriados². Os demais objetivos iniciais da pesquisa foram:

- identificar os motivos de saída da Espanha e as razões do estabelecimento definitivo em Porto Alegre, analisando o arcabouço ideológico dos grupos conflitantes espanhóis;
- refazer a trajetória de vida destes imigrantes através de relatos orais;
- analisar a história política e econômica de Porto Alegre nas décadas de 1950 e 1960, compreendendo a sociedade porto-alegrense que os imigrantes se depararam;
- identificar, em suas narrativas, as identidades assumidas na imigração;
- analisar as bases da coesão étnica de um grupo que, a respeito das disputas em Espanha entre republicanos e franquistas, se separa em duas sociedades na cidade de Porto Alegre, dividindo a comunidade emigrante por 50 anos.

A opção pela metodologia qualitativa deve-se à perspectiva de a realidade social conter e estar contida em impressões subjetivas, alocadas em estruturas sociais e econômicas que, longe de aprisionar o indivíduo, demonstram as habilidades utilizadas por estes em deslocar-se no tecido social a partir de brechas construídas. Utilizando a História Oral e a

² As entrevistas, bem como suas transcrições, estão disponíveis no Centro de História Oral da PUCRS.

Análise Textual Discursiva (ATD), pretendeu-se não validar ou refutar hipóteses, e sim compreender fenômenos revelados pelas falas individuais dos depoentes que, imersos na sociedade e nos grupos de convívio, carregam em si a coletividade.

Através da opção pela *História Oral de vida*, entrevistaram-se para esta pesquisa treze espanhóis, todos nascidos na Espanha (ANEXO I). Compõem este grupo cinco homens e oito mulheres: três catalães, quatro galegos, um madrileno, uma leonesa, uma basca, uma valenciana, uma aragonesa e um espanhol da região de Castilla La Mancha. Destes, seis nascem entre 1920 e 1935; o restante, entre 1935 e 1950. Excetuando-se os três depoentes que chegam à década de 1960 até 1973, e uma imigração anterior, em 1947, os demais desembarcam no Brasil a partir de 1950; em contrapartida, alguns vêm da França, país de refúgio político para os republicanos espanhóis.

Entende-se a História Oral³, como uma “metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a

³ A aceitação na disciplina de História da História Oral tardou algumas décadas e dependeu da própria evolução historiográfica. Segundo Ferreira (1998), a profissionalização do ofício de historiador no século XIX acarretou a utilização estrita das fontes escritas, relegando a oralidade à marginalidade, e submetendo a memória em favor do fato. Denominada de História *événementielle*, atinha-se à História narrativa, linear e sem relevo, concentrando-se nos grandes personagens. A partir de 1929, a Escola dos *Annales* transforma o campo da História ao priorizar aspectos econômicos e sociais e deter-se nas estruturas e na longa duração dos eventos, bem como nos comportamentos coletivos, mais importantes do que iniciativas individuais. A construção histórica passa a ser feita pelo historiador, e não mais pelos documentos, a partir da qualidade das perguntas realizadas por este ao passado (CONSTANTINO, 2004, 49). Contudo, sem questionar o predomínio das fontes escritas, passa-se a utilizar fontes seriais e dados quantitativos para o estudo das estruturas e dos processos de longa duração. Desta maneira, a coleta de depoimentos somente iniciou na década de 1940 com um jornalista norte-americano, Allan Nevins e, a partir da década de 1950, nas Academias e em centros de memória norte-americanos, coletando-se material para historiadores futuros. Esta primeira expansão da História Oral privilegiava o estudo das elites e buscava principalmente preencher lacunas que os documentos escritos apresentavam (JOUTARD, 2006, p. 45).

A partir da década de 1970, no contexto da Guerra do Vietnã e com a assunção de grupos minoritários feministas, negros, imigrantes, a História Oral busca dar voz aos excluídos, torna-se militante, radicalizando-se esse processo com a publicação de *A voz do passado*, em 1978, por Paul Thompson. Para este autor, a História Oral “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”, ao transformar em sujeitos o objeto de pesquisa e ao admitir vozes anônimas para a construção histórica, definido, assim, o sentido social da História (THOMPSON, 1992, p. 44).

Para Alberti (2000), a década de 1980 representa um novo quadro na pesquisa histórica: temas contemporâneos tornam-se objeto de pesquisa; a análise qualitativa ganha espaço; experiências individuais demonstram ser um canal frutífero para a compreensão do passado; houve o impulso da História Cultural, cujo papel revalorizava o sujeito na História. Também o diálogo com a Antropologia, com a Sociologia e com a Psicologia fazem da memória novo objeto de estudo para a História.

Seguindo este desenvolvimento, a História Oral apresenta progresso teórico e metodológico, organizando os motivos de recolhimento de depoimentos orais, vinculando ou não Universidades com museus, bibliotecas, centros comunitários. A disseminação internacional da metodologia e a criação de eventos que reuniam pesquisadores facilitaram a visualização dos caminhos que a metodologia tomava em cada país, permitindo também a discussão de seus rumos. Sobre aspectos do desenvolvimento da História Oral, as melhores contribuições são os livros organizados a partir de seminários e congressos ou compilações de artigos internacionais, em grande parte citados nesta dissertação.

invenção do gravador a fita.” (ALBERTI, 2000, p. 1). Para Bauer⁴, a História Oral destaca a importância do sujeito e da subjetividade na História, na forma como as pessoas lidam e a interpretam.

Ressalta-se que a utilização do termo *fonte oral* exige cuidados, uma vez que pode referir-se a quaisquer tipos de depoimentos, tendo objetivos os mais variados e procedimentos diversos. Nesta pesquisa, fonte oral refere-se à produção de um documento inserido em um projeto de História Oral (LANG, 1996, p. 34).

Assim, trabalhar com História Oral significa partir de determinadas premissas: tem por base um projeto de pesquisa (não é somente coleta de dados); utiliza fontes orais obtidas em um processo de interação pesquisador-pesquisado; distingue-se em história oral de vida e história temática; resgata a memória individual e coletiva; cria documentos através das fontes orais coletadas (LANG, 1996; ALBERTI, 2005; SITTON; MEHAFFY; DAVIS Jr., 1995).

As críticas feitas à História Oral podem ser conhecidas através de duas extensas compilações de artigos de renomados pesquisadores, *Usos e abusos da História Oral* (FERREIRA; AMADO, 2006) e *História Oral: desafios para o século XXI* (FERREIRA; ALBERTI; FERNANDES, 2000). Basicamente se centram no fato de que os depoimentos, sempre parciais, transmitem uma versão dos acontecimentos, e não a sua reconstituição; a visão do ator social pode ser deturpada ou enganadora; por fundar-se na memória, que é falha e deficiente, as narrativas podem ser defeituosas, imprecisas, com episódios deslocados temporalmente e tendo elementos omitidos; o fato passado e o depoimento presente fazem com que a memória reinterprete os fatos.

Não sendo exclusivas da História Oral, essas críticas são pertinentes e espera-se contemplá-las no decorrer desta Introdução. Inicialmente, Fraser observa que já há alguns anos a História Oral se desvencilhou do plano em que fontes orais se referiam à reconstrução de acontecimentos históricos. Análises no âmbito simbólico, da auto-representatividade, dos estereótipos narrativos e da subjetividade não resolveram o problema das críticas, mas atentaram para a construção de memórias paralelas àquelas facilmente verificáveis em outros tipos de documentos, demonstrando um novo campo de estudos dentro da História (FRASER, 1993).

Nesse sentido, destacando conclusões da Neuropsicologia, Bauer salienta que a qualidade e a confiabilidade da narrativa não se relacionam com a proximidade temporal,

⁴ Texto de Babet Bauer, traduzido para o português por René Gertz (inédito).

porém dependem da capacidade do sujeito em apreender o acontecimento, de sua relevância emocional e da maneira como ele lida e atribui significados ao vivido.

Em outras palavras, a fonte oral apresenta o indivíduo dentro de uma sociedade através da sua memória, da sua narrativa e da matéria textual produzida em conjunto com o pesquisador. Para Portelli (1996, p. 61), este é o paradoxo da História Oral, as fontes não são documentos e sim pessoas, e nenhuma pessoa dispõe seu relato para que outros “filosofem” a seu respeito: “não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recontar e contar já é interpretar”. Define-se desta maneira a finalidade do uso da História Oral.

Especificando a metodologia empregada para se trabalhar com História Oral, elegeu-se a História Oral de vida em oposição à História Temática. Definindo-as, a segunda relaciona-se com um período ou com um tema dentro da vida do depoente, enquanto que a primeira centra-se em sua trajetória; ambos se relacionam ao método biográfico, à vivência e à experiência que possuem (ALBERTI, 2005, p.39). A opção pela História Oral de vida possibilitou o emprego de roteiros abertos, semi-estruturados, reconstruindo-se assim a trajetória de vida do depoente que tinha liberdade na estruturação de sua narrativa, intervindo-se somente nos momentos em que este saía do foco da pesquisa.

De fato, a História Oral de vida é o relato de uma existência em um tempo concreto. As narrativas individuais indicam um tempo vivido em relação a outras pessoas que compuseram os diversos grupos sociais pelos quais passaram no decorrer da vida. As experiências militantes, de trabalho, em família, com camadas sociais distintas etc., são elementos que cabe ao investigador integrar e problematizar, relacionando-os com a sociedade local e global onde se inserem.

Lang (1996, p. 36) ressalta que a História Oral centra-se no indivíduo, contudo não se esgota nele, pois aponta para a sociedade. Para a referida autora, vários relatos individuais de uma mesma coletividade permitem reconstruir a trajetória de um grupo social:

O indivíduo que conta sua história, ou dá seu relato de vida, não constitui, ele próprio, o objeto de estudo; constitui o relato a matéria-prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica.

Concordando com esta pesquisadora, Olga von Simson (1996, p.83) utiliza o método biográfico para reconstruir aspectos histórico-sociológicos, em que a preocupação não reside

simplesmente no resgate dos fatos ou na constatação da veracidade ou não do relatado. Para esta autora, a preocupação primeira está em

(...) captar e entender as visões de mundo, aspirações e utopias elaboradas por diferentes estratos ou grupos sociais neles envolvidos e os mecanismos de veiculação das mesmas, primeiramente entre os membros do próprio grupo estudado e depois, alargando seu raio de influência, para atingir outros agrupamentos da sociedade.

Entretanto, tomar a narrativa de vida de uma pessoa como ponto de partida para a investigação histórica exige certos cuidados. Schmidt (2003, p. 65) cita o alerta de Le Goff para o problema das biografias: não deve ser puro e simples retorno à biografia tradicional, que é superficial e anedótica, cronológica e sem problematizações, sendo incapaz de envolver vida e História.

Neste sentido, a historiadora Sabina Loriga detém-se em duas questões principais sobre o método biográfico. A primeira seria o de configurar uma experiência individual como uma experiência média, perdendo justamente o que há de único na experiência de cada um e a maneira como os contextos são percebidos por cada pessoa. O segundo problema é justamente crer que se pode reconstituir um tempo passado, montando seus elementos um a um (SCHMIDT, 2003, p.18).

Para Bauer, a História Oral, ao fazer a intermediação entre a micro e macro-história permite a análise das vivências em relação às estruturas da sociedade. Estabelecem-se pontes entre a História contada e as manifestações políticas, econômicas e sociais em que o sujeito se insere, para então analisar a narrativa propriamente dita, a partir do presente do depoente (SCHMIDT, 2002).

Esta opção permite matizar as estruturas sociais através da individualização dos fenômenos. Como afirma Levi (1996, p. 179-180):

(...) nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.

Sobre a realização das entrevistas, estas ocorreram sempre através de contatos prévios, por telefone, e o local escolhido partiu dos entrevistados. Realizaram-se entrevistas nas residências próprias ou em locais de trabalho, o que demonstrou que ao historiador da

oralidade exigem-se alguns conhecimentos acerca da Etnografia, pois os locais escolhidos também motivavam escolhas sobre o que seria narrado.

Para Rocha e Eckert (2005, p.38), o ato da escrita do observado/vivido revela o potencial da “lembrança voluntária” do antropólogo, que internaliza “formas culturais do comportamento ‘nativo’”. No caso presente, o caderno de campo registrava impressões recolhidas no momento das entrevistas: aspectos da residência, dos locais de trabalho, dos quadros, do ambiente da entrevista e de outros elementos. De fato, muitas evidências físicas puderam ser articuladas à fala do depoente bem como as emoções distintas que brotavam no decorrer da entrevista: o riso, o choro, o olhar que se perdia, a raiva, a gestualidade e outros sentimentos.

Para estas autoras, que acreditam que a produção de narrativas faz do pesquisador o narrador contemporâneo, “a indiferença do antropólogo para com as coisas que lhe são narradas pode gerar a morte da figura do narrador na sua própria pessoa e, conseqüentemente, a morte das vidas vividas do Outro” (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 54).

O pesquisador utiliza-se da observação do ambiente e da forma como ele age na narrativa. Registra essas impressões no caderno de campo - mistura entre objetividade física com impressões subjetivas - e deve lidar com “a história do percurso objetivo de seu pensamento”, com a sua “biografia cognitiva” (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 40). Atribui, assim, sentidos à análise do material coletado, produzindo inferências entre o contexto da entrevista e da história contada e o metatexto. Liga-se desse modo à Análise Textual Discursiva (ATD).

Segundo Roque Moraes (2007), a ATD é uma metodologia qualitativa para a análise de dados e de informações, que objetiva produzir novas compreensões sobre fenômenos e sobre discursos. A sua preocupação central é a compreensão, e não a validação ou a refutação de hipóteses.

Seguindo as sugestões dadas por este autor, dividiu-se a análise do corpus em três momentos: a primeira parte, de desconstrução das entrevistas, denominada de *unitarização*; seguida pela *categorização*, de estabelecimento de relações entre os seus elementos unitários; por fim, a comunicação e validação do ‘novo emergente’ surgido como *metatexto*. Processo este realizado em cada entrevista e entre os grupos surgidos.

Vale salientar, como faz o referido autor, que o pesquisador deve possuir uma ‘atitude fenomenológica’, isto é, ‘exercitar a leitura através da perspectiva do outro’ (MORAES, 2007, p. 14).

Assim, procedendo de maneira a identificar os detalhes e as partes componentes dos textos, criaram-se as *unidades de análise*, ou unidades de significado, de sentido. A unitarização acontece através da reescrita das partes identificadas como articuladoras dentro do texto, assumindo significado em si mesmas, serão articuladas entre as outras unidades de análise e posteriormente agrupadas por semelhança na segunda parte de análise configurada como categorização.

Tanto as unidades de análise quanto as categorias podem ser conhecidas *a priori* ou surgirem durante o processo de depuração das entrevistas.

Na categorização, ocorre o processo inverso da primeira parte analítica. Passa-se da fragmentação, da desorganização, da desmontagem dos textos para a produção de uma nova ordem, de uma compreensão mais aprofundada, de uma síntese que não é o texto original, e que resultará em um novo texto, um metatexto.

Desta maneira, inicialmente o projeto previra um encadeamento simples em torno das entrevistas a serem realizadas: a vida na Espanha, abrangendo os aspectos econômicos e sociais, a família, e se existira algum envolvimento com a Guerra Civil; também os motivos da emigração e a escolha da cidade de Porto Alegre. Por outro lado, sabia-se do grupo exilado na França, e assim se apresentava este apêndice francês. A seguir, a relação com Porto Alegre, as impressões da chegada, o trabalho dos pais, os estudos e as moradias, finalizando-se com a não-reemigração.

Estas foram, pois, as categorias gerais pensadas ao início da pesquisa. Porém, no decorrer da investigação, surgiram aspectos de menor expressão, mas constituintes em larga escala na força de vida dos depoentes, que se foram consolidando a cada nova entrevista. Pode-se ressaltar a Guerra Civil, a fome e a violência de maneira geral e mais especificamente a vida sob estes aspectos: os estudos, as sociabilidades, as tramas da guerra, a educação e o convívio anarquista (mais presentes estas unidades no grupo francês). Também a relação entre as sedes sociais resultou em uma gama de sugestões não previstas anteriormente pela pesquisa.

Igualmente, a reemigração contara com distintas unidades que, embora claras, ganhara tons diversos em cada relato. No grupo francês era claro que o regresso à Espanha somente se daria com morte de Franco, devido à possibilidade de retaliação enquanto vivesse ou de que, com a sua morte, se voltasse aos conflitos de antigamente. O grupo da imigração econômica clássica, por sua vez, tinha a possibilidade de regresso quando as famílias reunissem a soma suficiente de dinheiro para a movimentação, o que dependia das

expectativas nutridas e/ou conseguidas na cidade de Porto Alegre. Assim, mesmo que o regresso dependesse da morte de Franco ou da soma de recursos financeiros, de visitar os familiares ou de regressar em definitivo, as unidades da categoria 'reemigração' possuíam diferenças e semelhanças entre os colaboradores.

De outro modo, iniciou-se a investigação com categorias já postas e evidentes, e que em determinado momento mostraram-se amplas demais. Desta constatação, emergiram unidades que em cada vida/relato demonstravam predominância e ligação, em menor ou menor grau, entre as entrevistas. Como exemplo, a Guerra Civil conformava uma categoria ampla, narrada de maneiras distintas. Cada unidade observada nos relatos que se referia a esta categoria (fome, ideologia, violência, estudos etc.) acabou por tornar a própria Guerra Civil em uma unidade, pois existiram em cada vida expressões da Guerra Civil.

Dificultava-se a análise à medida que surgiam depoentes de idades variadas e de chegada a Porto Alegre em anos distintos. Se observada a tabela (ANEXO I), notar-se-á o grupo francês (Félix, Remédios, Norma, Elena Rico e Maria Lázaro), vindos nos anos de 1951 e 1952 com as respectivas famílias, financiados por uma agência internacional denominada IRO (*International Refugee Organization*). Neste grupo, à exceção de Maria Lázaro, estão aqueles com idade mais avançada no momento de chegada, indo dos 15 anos (Norma) aos 30 anos (Félix). Também estas famílias estarão em estrito contato nesta cidade.

Emílio de La Puerta inscreve-se neste grupo uma vez que, não tendo vindo com o grupo francês, sofreu as conseqüências da Guerra Civil e da ditadura franquista como republicano, além de possuir idade semelhante ao grupo anteriormente referido.

O outro grupo pode ser visualizado entre os galegos (Emílio Rozado, Evaristo Gallego, Leonisa, à exceção de Remígio) mais Maria Jesus e Mari Carmen Aladrén. São estes os mais jovens da pesquisa. Conformam grupo porque, além de serem crianças, os seus pais estão filiados aos espanhóis da Casa de Espanha, com exceção de Mari Aladrén cujo pai era sócio das duas sedes. Em relação às Sociedades, este é o grupo em que aparecem os relatos mais amenos de convívio entre os freqüentadores das duas sedes.

Por fim, os casos da imigração tardia de Maria Purificación (1973) e de Remígio Blanco (1966) demonstraram o reforço do discurso dos colaboradores e as diferentes trajetórias e redes que trouxeram estes espanhóis para Porto Alegre.

Acompanhando o alerta de Moraes (2007) para não se fragmentar demais os discursos, partiu-se de temas abrangentes ao início da investigação para então atentar para as

pequenas unidades constituintes destas categorias, que também fizeram emergir novas categorias antes despercebidas.

Aspectos que pareciam aglutinar elementos formadores da experiência e que eram alcançáveis a uma parcela grande da comunidade, estes, ainda que unidades, foram especificados mais detalhadamente na Dissertação. É o caso da educação libertária, relatada apenas por Remédios, contudo suficientemente importante porque reconhecida como um vetor de formação da ação posterior do grupo, mesmo que outros republicanos não fizessem menção a este aspecto.

Igualmente a categoria ‘comunidades autônomas’, não-referida pelos colaboradores, toma força a partir de sua especificidade nos conflitos espanhóis, das diferenças econômicas e políticas que refletem em sua formação social, como também o aspecto educacional, importante e abrangente para a sociabilidade republicana anarquista encontrada na região da Catalunha, ou, no caso galego, a insuficiência educacional à qual estava submetida a comunidade galega.

Desta breve exemplificação, demonstra-se a maneira como dialoga a categorização, entre o narrado que se transforma em texto, a correlação entre narrativas individuais e a sua relação com a História.

Antes de se passar à constituição do metatexto, é importante ressaltar a maneira como a rede dos colaboradores foi tecida.

Tudo começou com Remédios Falceto, avó de uma amiga, através da qual soubera de algumas histórias. Mais especificamente, um trabalho na Graduação sobre memória levava à investigação das sedes espanholas na Cidade, onde fora indicado quase por consenso o nome de Félix Garces. Antes disso, obtendo informações para esta pesquisa, um descendente espanhol, diretor da Faculdade de Letras da PUCRS, enquanto me recebia, telefonava para a secretária do mesmo Curso e igualmente espanhola. Referiu-se, então, à minha pessoa como “um típico anarquista”. Muito amáveis foram os dois contatos, porém o estereótipo se mostraria mais problemático em contatos futuros.

A primeira entrevista, com Garces, se dera no Consulado Espanhol, território “inimigo” há apenas duas décadas. Como o eixo do trabalho de então era apenas as duas sedes espanholas, a sua separação e a sua união, a conversa girara em torno dessa questão, em tom bem baixo.

Um par de anos mais tarde, já na Pós-Graduação, os contatos foram refeitos e muitas das pessoas antes contatadas para o trabalho sobre a cisão da comunidade espanhola

receberam o pedido de auxílio no contato com pessoas imigrantes da década de 1950. Entretanto, a centralidade do assunto “separação da comunidade” e “republicanos e franquistas” manteve-se, mesmo que o foco da nova pesquisa fosse diverso, tratando-se agora de se realizar uma investigação sobre as histórias de vida destes imigrantes. Não somente a polarização entre os grupos seguia como também o pesquisador seguia sendo o “anarquista”, a levantar um assunto pelo menos já apático dentro da sociedade.

Basta observar na tabela de entrevistas a sequência dos encontros para se verificar que o grupo ‘republicano’ é o primeiro, ocasionado pelos contatos prévios e pela indicação de Félix e Remédios. Se Maria Jesus aparece neste grupo é porque ela e Norma Castellarnau são amigas inseparáveis e, vale ressaltar, o encontro com as duas foi realizado na Igreja Pompéia, por intermédio dos padres-pesquisadores que lá trabalham.

Também estão dentre os primeiros entrevistados Emílio de La Puerta, outro republicano levado por esta rede de contatos, bem como Elena Rico.

Emílio Rozado e Mari Aladrén foram indicados por contatos telefônicos entre espanhóis que não podiam, ou que não queriam, conceder a entrevista, mas que, preocupando-se com a pesquisa, indicavam outras pessoas.

Os outros cinco depoentes foram todos indicados pelo Consulado Espanhol. A atenção dada pela pessoa de Fernando Bugallo e a indicação destes nomes demonstra o interesse em esclarecer e em produzir um trabalho acadêmico que somasse às poucas informações de que dispõe a comunidade espanhola de Porto Alegre.

Distinto foi o contato com o Centro Espanhol. A amabilidade e a cortesia de sua diretoria pouco resultaram na busca por imigrantes dispostos a contarem as suas histórias de vida, talvez porque o assunto da unificação das sedes siga retomando muito das discussões que se quer esquecer.

A seguir, passa-se a verificar a constituição do metatexto, objetivo de toda investigação qualitativa.

De acordo com Moraes (2007, p. 32):

A análise textual discursiva visa à construção de metatextos analíticos que expressem os sentidos lidos num conjunto de textos, cuja estrutura textual é construída por meio das categorias e subcategorias resultantes da análise. São constituídos de descrição e interpretação. (...) Alguns textos serão mais descritivos, mantendo-se mais próximos do ‘corpus’ analisado. Outros serão mais interpretativos, pretendendo um afastamento maior do material original num sentido de abstração e teorização mais aprofundado.

Ao se optar por uma investigação compreensivo-constructiva, tendo por base a sua natureza indutiva, o metatexto apresentado pelo resultado das análises foi feito em cada uma das entrevistas de maneira individual, que depois se articularam, através das categorizações, com a totalidade das entrevistas, resultando em um novo texto rico de informações desvendadas através do processo da entrevista, da desconstrução e do auxílio do caderno de campo.

Os metatextos criados permitiram um aprofundamento e uma compreensão do significado do que era narrado. Possibilitaram interpretar os signos de identidade presentes em cada uma das histórias de vida, partindo da maneira como estruturaram a sua narrativa e como essa se relacionou com sua trajetória.

Admitindo-se que, ao contar a sua história, a pessoa reúne elementos dispersos de sua vida, agrupando-os em um conjunto coerente que entra em conflito no momento mesmo da fala, existiu a necessidade de se verificar como, a partir da narrativa, a memória atuou no indivíduo, no grupo e nas sedes por onde conviveram.

Para Portelli, as entrevistas como textos são pessoais e subjetivas, manifestando-se através de discursos socialmente construídos e identificáveis, com estruturas comuns (motivo, fórmula, gênero, estilo), e por isso passíveis de serem trabalhados como “fusão do individual e do social”, sendo as narrativas “histórias de construção da subjetividade pessoal através da interpretação da subjetividade dos demais e da dimensão subjetiva das realidades históricas” (PORTELLI, 1996, p. 4-7).

Ao citar este autor, Fraser aponta um caminho possível para se chegar à subjetividade através da “investigação das formas culturais e dos processos mediante os quais os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história” (FRASER, 1993, p. 132). Sendo assim, é dever do investigador separar metodologicamente a subjetividade da informação factual, presentes tanto na narrativa quanto no texto, construindo pontes de diálogo entre os dois.

A memória insere-se neste trabalho no momento em que incide nos relatos individuais, e é por serem construídos na coletividade vivida pelo sujeito que as memórias então narradas carregam o social. Para Constantino (2004, p. 57), “atravessando a narrativa desse sujeito há dois vetores a serem percebidos: o vetor do vivido pessoalmente e aquele relacionado à memória coletiva que, construída sobre vivências comuns, adquire sentidos e reorganiza as temporalidades”.

A memória é a maior fonte dos depoimentos orais e não apresenta definição conceitual: refere-se à construção de identidades e ao fortalecimento de consciências individuais e coletivas; ainda, a vivência cotidiana conforma a memória durante a existência; ordena as significações das experiências; reflete o passado no ato da verbalização no tempo presente; reencontra e reconhece espaços e lugares; necessita de um suporte para vir à tona através da recordação, seja material ou subjetivo (DELGADO, 2006).

Assim, foram imprescindíveis os trabalhos de Halbwachs sobre os quadros sociais da memória e sua antecedência social; a noção de enquadramento de memória de Michael Pollak, demonstrando a sobrevivência de memórias subterrâneas e paralelas no tempo; a definição dos lugares de memória, de Nora, para pensar a subjetividade existente e que conformou as memórias das duas sedes sociais espanholas; e, por fim, a perspectiva de Aróstegui, que demonstra a ação dos usos políticos da memória para as gerações seguintes a quaisquer acontecimentos político-civis de grande envergadura. Todos estes relacionados, pois, com os tipos de identidades.

Por fim, a operação intelectual transforma a memória em História; se, por um lado, tira a espontaneidade daquela, por outro enriquece as representações da memória coletiva (DELGADO, 2006, p. 49). Assim, a História é alimento da memória e esta última contribui como uma das fontes para o saber histórico. Tal operação intelectual que produz História não deve destruir as manifestações da memória espontânea, buscando homogeneizar “memórias” para se ter “uma” História, mas dar conta de abarcar histórias e memórias.

Estabelecido o percurso da investigação, o modo como a História Oral incide na pesquisa, o processo que leva ao metatexto e a maneira como as narrativas externaram identidades influenciadas pela ação de ‘memórias’, dividiu-se a dissertação em capítulos. Cabe ressaltar que a divisão temporal e espacial deste texto seguiu aquilo que era narrado pelos depoentes, se não em quantidade, na qualidade e na força que determinados fatos produziram nas trajetórias de vida. E, se podem parecer por vezes extensos os excertos das entrevistas, é porque se quis apresentar os depoentes à sua própria maneira.

O primeiro capítulo refere-se exclusivamente a História da Espanha. Contextualiza-se a Economia, a Política e a Sociedade desde o momento anterior à formação da Segunda República Espanhola. Algo arbitrária, esta delimitação deveu-se à compreensão de que neste momento se desenham claramente os grupos sociais que se enfrentarão posteriormente. A questão autonômica (principalmente Catalunha, País Basco e Galícia) e o anarquismo catalão são destacados pois, no primeiro caso, estas regiões possuem especificidades econômico-

sociais, político-culturais determinantes na História espanhola e produzem emigrantes distintos. Já o anarquismo é o modelo social em que se filiam alguns dos imigrantes desta pesquisa, e a experiência que carregam dele terá consequências diretas em sua organização na cidade de Porto Alegre.

Igualmente, a Guerra Civil e a ditadura franquista foram contextualizadas a partir do narrado pelos depoentes. Se esta contextualização é deveras extensa, é porque se entende que, analisando-se mais detidamente este período espanhol, elementos da vida dos depoentes serão posteriormente melhor compreendidos. A subdivisão existente refere-se aos motivos da emigração, marcadamente econômicos e/ou políticos, entre os que partem da Espanha ou da França.

O segundo capítulo trata da chegada dos espanhóis ao Brasil. Neste momento, buscou-se em princípio analisar a imigração espanhola para o País, realizando-se uma extensa busca bibliográfica, ao se demonstrar, por comparação, a amplitude do movimento migratório espanhol e suas vicissitudes. Um pequeno *intermezzo* é feito para avaliar o papel da agência internacional denominada IRO (*International Refugee Organization*), que traz para o País milhares de imigrantes europeus, dentre os quais cinco depoentes deste trabalho. Também porque a existência e a extinção deste organismo em benefício de um segundo demonstram a emergência da situação dos refugiados de guerra nos assuntos diplomáticos internacionais.

Passando às trajetórias de vida, investiga-se o cenário econômico e social do Brasil na década de 1950 para se analisar o período paulista pelo qual passam, por mais tempo, dois dos depoentes; e, em Porto Alegre, a maneira como os espanhóis viveram a Cidade, através das narrativas que revelam suas moradias, trabalhos, estudos, diferenças culinárias, de costumes e de convívio. Por fim, analisa-se a formação e o convívio social da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e da Casa de Espanha.

O terceiro capítulo trata sobre memória, narrativa e identidades. Analisando-se a formação do Centro Espanhol a partir da ótica do uso político da memória feito pelo novo governo espanhol da década de 1980, tenta-se compreender a memória constituída nas sedes sociais e como elas moldaram identidades destes imigrantes. Também se analisa o local de produção das memórias e a coletividade das memórias individuais. Relacionado a isto, tenta-se construir a conjunção de identidades através das narrativas feitas pelos depoentes. Por último, conhecem-se os motivos da não-reemigração.

Por fim, Rocha e Eckert reforçam a importância das narrativas para a compreensão da sociedade:

Observar-se o ritmo das ações de construção de sentido que tecem os indivíduos e grupos para o seu 'viver a cidade' é perceber-se o processo de consolidação de um tempo coletivo urbano que os ultrapassa, mas que lhes confere um lugar determinado na forma como suas decisões alocam-se num espaço determinado. É através da sobreposição de tempos vividos e de tempos pensados pelos habitantes das grandes cidades, reencontrados na vida do dia-a-dia, que se pode pensar o tempo social como *durée* (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 93).

1 História Coletiva

1.1 Economia, Política e Sociedade no Pré-Guerra Civil

O primeiro terço do século XX apresentava uma Espanha com problemas estruturais que outras nações contemporâneas já haviam resolvido. Os processos políticos e sociais que resultaram em sua Guerra Civil demonstravam “a luta [comum] de uma sociedade na hora do parto da modernização” (PRESTON, 2005, p. 27). Era, pois, uma luta intestina que expunha uma sociedade desigual no campo, nas poucas cidades com algum desenvolvimento industrial, nos limites quase infinitos do contingente militar e no poder espiritual/educativo que a Igreja mantinha sobre a totalidade do território.

Para Vilar (1989), são de naturezas distintas as causas do conflito espanhol, onde pesam os desequilíbrios regionais e as diferenças materiais e mentais que estas engendram, e que se fazem observar nas disputas sociais e políticas de todo o período.

Desde o século XIX, opunham-se duas forças que estiveram relativamente unidas contra a República fundada em 1931: os liberais urbanos, interessados na modernização do País, e as elites agrárias encravadas no poder do Estado e que, juntamente com a Igreja e com o Exército, dominavam uma imensa massa analfabeta e majoritariamente rural.

Conforme Broué (1973, p. 19), 70% da população neste período se dedicava a uma agricultura arcaica, tendo os piores rendimentos por hectare da Europa. Por falta de conhecimento e de investimento, cerca de 30% destas terras não são produtivas. Metade das terras está em mãos de aproximadamente 50 mil latifundiários, enquanto uma população de quase dois milhões de operários agrícolas depende de trabalhos sazonais nas propriedades rurais alheias. Este é o caso da Galícia e, em geral, do centro-norte da Espanha, onde mesmo as famílias proprietárias de poucos hectares trabalhavam fora de suas terras, tamanha a pobreza dos campos. Já no sul (Extremadura, Castela-Nova e Andaluzia, notadamente) o latifúndio é predominante, recorrendo-se aos *braceros*⁵ para os trabalhos de cultivo.

⁵ Trabalhador rural, não-possuidor de terra.

Nas regiões industrializadas e urbanas, principalmente País Basco, Catalunha e Madri, encontravam-se os movimentos operários de tendência anarquista que, desde a metade do século XIX, provocavam greves e grandes movimentações sociais. A indústria metalúrgica concentra-se no País Basco e a têxtil em Barcelona; entretanto, as fábricas de médio e de pequeno porte não possuíam inserção no mercado internacional, a não ser como importadoras de produtos.

Sem ter vivido “a clássica revolução burguesa que provocou a destruição das estruturas do *ancien regime*” (PRESTON, 2005, p. 28), a Espanha conheceu uma Primeira República de curta duração - apenas um ano (1874) - no auge da tensão social causada pelo êxodo rural. O aparecimento de uma burguesia progressista não resultou em mudança política, uma vez que, sem representação social e política de maior envergadura, aliou-se com a oligarquia histórica.

A restauração da Monarquia na pessoa de Alfonso XII foi um destes momentos de aliança entre as forças políticas. Após inúmeros *pronunciamentos*⁶, o restabelecimento da Monarquia dividiu o poder entre liberais e conservadores, representantes das oligarquias do sul e do centro do País. As burguesias nortistas teriam força apenas no momento em que os partidos bascos e catalães, nacionalistas, passassem a existir no século XX.

As agitações sociais neste período eram reprimidas violentamente pela Guarda Civil ou, quando excessivas, pelo Exército. Excluídas da representação política, observando os seus votos ‘sumirem’ em eleições forjadas pelos caciques regionais, pressionando o governo pela posse da terra, às massas camponesas que circulavam pelo centro-sul do país somente restava a apatia ou a violência. Neste momento, no campo, o anarquismo surge como esperança e como organização social, como também ocorrera nas cidades industriais do norte.

O período entre 1898 e a Primeira Guerra Mundial representou a crise e a possibilidade de Modernidade para a Espanha. A Crise de 1898 relacionava-se ao irremediável fim das colônias ultramar que o País possuía. O lento esfacelamento de seus domínios demonstrava não só declínio econômico e, por conseguinte, de prestígio, mas

⁶ Um *pronunciamento* existe quando um grupo de militares espalhados por diversas regiões, contando com apoios internos e externos, “pronuncia-se” sobre a situação política e ocupa as diversas instâncias de decisão e de comunicação, até ter força suficiente para imobilizar e para dominar o governo - situação clássica espanhola, levada a cabo inúmeras vezes.

também uma crise identitária sentida pelos meios políticos e intelectuais⁷, agravada pelo caráter industrial que algumas cidades ganhavam e pelas mobilizações operárias que surgiam.

Enquanto no período de consolidação do regime restauracionista (1876-1898) fora o Exército a utilizar da violência no controle da ordem pública, no período seguinte predominou a violência eminentemente popular, mal canalizada pelo republicanismo e pelos organismos da organização civil (ARÓSTEGUI, 2000). As atividades dos movimentos grevistas, cada vez mais organizados e independentes, realizam-se em ciclos: 1903, 1905-06, 1914-15, 1918-20 até abarcar toda a década de 1930. A Crise de 98 era a oportunidade para a troca de regime político, contudo a falta de articulação, de objetivo político, as reticências da burguesia e as divisões internas em cada movimento político e operário descambaram para insurreições malogradas.

Por sua vez, a Primeira Guerra Mundial e a postura não-beligerante que assume a Espanha lhe garantem comercializar produtos com ambos os países em conflito. Assim, o progresso das regiões industriais da Catalunha, das Astúrias e do País Basco inverte pela primeira vez a correlação de forças na elite econômica, mas não na elite política, entre os setores urbanos e seus rivais do campo (ARÓSTEGUI, 2000; BROUÉ, 1992; PRESTON, 2005). Será o primeiro arranque da indústria espanhola, o que reforçara os processos nacionalistas destas regiões industrializadas.

Porém, o desenvolvimento capitalista industrial tardio levou a uma aguda exploração social em benefício das elites urbanas que, à maneira dos latifundiários, tomou medidas que resguardavam os seus privilégios. O arranjo político classista novamente uniu a burguesia industrial com a oligarquia fundiária nas eleições de 1918, quando, uma vez mais, Liberais e Conservadores alternaram o poder sob pressão das duas principais centrais sindicais do País, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e a *Unión General de Trabajadores*⁸ (UGT).

Para Aróstegui (2000), a partir deste momento, o processo político-social espanhol se caracterizará pela luta de classes, com o proletariado assumindo o protagonismo subversivo das ações coletivas com a formação ou a organização de sindicatos nacionais contra as elites econômicas das cidades e do campo.

Cabe referir agora que os pequenos proprietários rurais, classe numerosa dentro da Espanha, sempre ficaram de fora dos arranjos do poder, porque não possuíam elevado capital,

⁷ A “Geração de 98” caracterizou-se por uma reflexão da “alma” da Espanha e sobre o significado do País na História. De forma pessimista, analisavam os reveses políticos e sociais da época. Eram anticlericais, anticolonialistas e antimilitaristas, propugnando estreitos contatos com a Europa moderna.

⁸ Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), central sindical anarco-sindicalista, fundada em 1910; União Geral dos Trabalhadores (UGT), federação sindical ligada ao Partido Socialista Obreiro da Espanha (PSOE).

nem tampouco qualquer tipo de organização reivindicatória. Geralmente com grandes famílias, os filhos abandonavam as suas casas em busca de melhores condições de vida. Eram suscetíveis tanto ao discurso anarquista quanto aos sindicatos contra-revolucionários, fomentados desde 1906 pelos proprietários agrícolas, sob o nome de *Asociación Católica Nacional de Propagandistas*, constituído em Federações Agrícolas Católicas provinciais e que tinham por objetivo afastar os agricultores dos ideais esquerdistas (BROUÉ, 1992; PRESTON, 2005; VILAR, 1989).

A instabilidade com a qual convivia a Espanha se evidenciou no denominado *Triênio Bolchevique*, durante os anos de 1918 e 1921, e a conquista do Marrocos⁹, em 1919. No primeiro caso, violentas greves organizadas por anarquistas e socialistas em todo o País causaram severas perdas econômicas ao governo, demandando deslocamentos das forças militares para os locais onde ocorriam. No segundo, a conquista do país africano exigiu da Espanha o envio de cerca de 250 mil soldados. Esta Guerra causou a morte de milhares de soldados, originando grandes manifestações de rua contrárias ao conflito.

É neste contexto que, em 23 de setembro de 1923, o General Miguel Primo de Rivera efetua um golpe de Estado dentro da Monarquia. O objetivo primeiro de Rivera, ou função primeira, era pôr fim às desordens que se radicalizaram a partir do triênio bolchevique.

Seu governo proíbe o movimento anarquista de atuar (o que não significou muito), reprime sindicatos e faz um estratégico acordo com a UGT, que passa a centralizar as reivindicações sindicais. Contudo, sem habilidade política, Primo de Rivera acumula ao longo de seu governo diversos desafetos entre as diferentes camadas sociais, impondo medidas controversas ao Exército (decretos salariais), aos autonomistas catalães e bascos (ofensiva contra os movimentos nacionalistas), aos proprietários rurais (decisão sobre salários e condições laborais).

Com problemas causados pelo abandono de importantes setores governamentais e com a desvalorização da *peseta*, somados aos problemas anteriormente vistos, em janeiro de 1930, Primo de Rivera se demite.

Como aponta Aróstegui (1996), a sua ditadura não regressou às formas liberal-parlamentárias, senão criou um Estado autoritário com partido único. Em outras palavras, sem

⁹ Em acordo com a França, à Espanha coube a região marroquina chamada de Protetorado do Rife. Já em 1909 esta situação com o Marrocos eclode na Semana Trágica de Barcelona, como reação contra a guerra com este país. O fracasso do Governo Espanhol fez necessária a mobilização de reservistas para o *front*; contudo, eram estes em sua maioria da classe operária, uma vez que até 1912 os ricos podiam ser liberados do serviço militar pagando 1500 pesetas ao Estado. Como em momentos futuros, também esta mobilização prescindiu de lideranças.

a intenção de criar um regime, criava um Estado de exceção¹⁰. Por isso a ditadura primorriverista teve conseqüências *liquidacionistas* para com a Monarquia, pois esta passou a ser imediatamente relacionada com aquela.

O fracasso da tentativa de Alfonso XIII em recuperar as garantias constitucionais suspensas durante a ditadura se evidenciou nas eleições de 12 de abril de 1931, quando os candidatos monarquistas foram amplamente derrotados. O núcleo de oposição cristalizado em 1930 (e que em maior ou menor medida perdurou no decênio) reunia republicanos, o movimento operário e uma fração do Exército. Constituído por Alejandro Lerroux, líder do *Partido Republicano Radical*, e Manuel Azaña, criador do grupo *Ação Republicana*, formaram a *Aliança Republicana*. O acordo selado na reunião de San Sebastián¹¹ resultou na conjunção de forças na República que emergia.

Tendo o campo votado nos candidatos monarquistas, as principais cidades espanholas votaram a favor da República, que foi proclamada com a abdicação ao trono e sem nenhum derramamento de sangue¹².

Em 14 de abril de 1931 é proclamada a Segunda República espanhola, cuja coligação fora vencedora em 41 das 50 capitais de província. Como chefe provisório de governo, Niceto Alcalá Zamora preside a construção das bases político-jurídicas da nova Constituição, aprovada em dezembro de 1931, sob o governo de Manuel Azaña.

Moradiellos (2000), citando Tuñon de Lara, afirma que a *crise de hegemonia* das classes oligárquicas possibilitou às forças historicamente a elas subordinadas um alçamento ao poder sem grandes distúrbios, visto que de modo algum estas forças eram revolucionárias.

Assim, o programa reformador e conservador da burguesia demonstrava cuidado com operários e com camponeses, cada vez mais organizados nas fábricas, em seus partidos e sindicatos, porquanto, “é sobre estes que recai a preocupação de quem, a partir de 1931, possui algo a perder” (BROUÉ, 1992, p. 78).

O primeiro biênio republicano foi marcado pela normalidade constitucional (1931-33), e, o segundo, com maioria direitista nas Cortes, chamado de *Biênio Negro* (1934-36).

¹⁰ A Assembléia Nacional Consultiva de 1927 e o projeto de reforma constitucional de 1929 abririam espaço para um *novo regime*, diante da possibilidade de uma lei constituinte vir a substituir a Constituição de 1876. A ampla oposição parlamentar descortinava a consagração da ditadura se viessem a ser aprovadas tais leis.

¹¹ Acordo ocorrido naquela cidade entre as forças de oposição à Monarquia e favoráveis à instalação da República.

¹² Ainda assim, houve um grupo militar e político que acreditava na instauração da República através de um golpe insurrecional, ocorrido, porém fracassado. Neste período de Governo Provisório, os setores militares antimonárquicos ligados à tentativa de golpe exigiam a participação de operários socialistas na conspiração como um garantia de que não haveria distúrbios das massas após a tomada de poder.

Neste primeiro momento se impunha à República a difícil tarefa de promover a revolução burguesa e de se reformar as estruturas do Estado, algo nada consensual entre republicanos e socialistas¹³, que não possuíam um programa de governo, mas sim pontos de comum acordo. As mudanças abarcavam questões em torno da terra, da propriedade, das nacionalidades, das relações entre Igreja e Estado e, principalmente, do reordenamento do aparelho burocrático e do Exército advindos da Monarquia. Já o grupo ao qual a República representava uma ameaça é visualizado socialmente por seu comportamento político, por sua filiação à classe e por seus meios de expressão escrita (ARÓSTEGUI, 1996).

A nova coligação que ganha o poder pouco conseguirá resolver dos problemas históricos espanhóis, frustrando as classes trabalhadoras e os aliados políticos mais à esquerda. Todavia, pela primeira vez, o poder político saiu das mãos das oligarquias para se assentar nas camadas burguesas mais dinâmicas, reformistas, algo socialistas, e em outros grupos urbanos industriais organizados.

Considerando-se que em 1930 a Espanha contava com uma população de 23,5 milhões de habitantes, e que a ocupação majoritária seguia sendo a agricultura (embora, se somados, os setores de serviços e industrial superavam o da população agrária¹⁴), as medidas adotadas por Largo Caballero¹⁵ demonstravam as preocupações de alguns setores do governo.

Em um decreto chamado “*decreto dos limites municipais*”, impedia-se a contratação de trabalhadores de fora da comuna enquanto houvesse, nesta, desempregados. Além de atacar o mecanismo mais eficaz dos grandes proprietários para acabar com as greves existentes, tal medida tentava regular o salário, acabando com a pressão exercida sobre trabalhadores de outras regiões, além de fiscalizar o respeito às oito horas diárias de serviço. Igualmente, não mais as terras poderiam ficar sem cultivo.

¹³ No amplo leque dos partidos republicanos, sobressaem-se o *Partido Republicano-Radical*, de Alejandro Lerroux; o *Partido Radical-Socialista* e o *Acción Republicana*, representantes da esquerda burguesa; o *Partido Republicano Progresista*, de Zamora, e o *Partido Republicano Conservador*, de Maura, como representantes da direita republicana. De esquerda, havia o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) e o *Partido Comunista Español* (PCE); na Catalunha formara-se o *Bloque Obrero y Campesino* (BOC), uma dissidência do PCE; de tendência trotskista havia a *Izquierda Comunista de España*, sob a direção de Andreu Nin. O BOC e a *Izquierda* viriam a formar o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM). Galícia e Catalunha, bem como o País Basco possuíam seus partidos republicanos autóctones. Na Galícia havia a *Federación Republicana Gallega*, em que o grupo mais destacado era a *Organización Republicana Gallega Autónoma* (ORGA). Na Catalunha o mais importante grupo político era a *Esquerra Republicana de Catalunya*, de Francesc Maciá e Lluís Companys; existia também o *Partit Catalanista Republicà*. Destes, o único que não era explicitamente republicano era o *Partido Nacionalista Basco*.

¹⁴ A população ativa agrária situava-se entre 3,7 e 3,8 milhões; a de serviços, em cerca de 2,5 milhões; e a da indústria, em 2,2 milhões (ARÓSTEGUI, 1996, p. 42).

¹⁵ Ministro do Trabalho de 1931 a 1933, tornou-se figura de proa da esquerda socialista nos anos 30 e Primeiro-Ministro de 04 de setembro de 1936 a 17 de maio de 1937.

Sem aplicação prática das reformas por parte dos latifundiários, o apoio à República declina, aumentando a ação anarquista e da Federação Nacional dos Trabalhadores da Terra (FNNT), cujo objetivo era a expropriação das terras e a constituição de unidades de produção coletivas, retornando deste modo a violência no campo.

Outro ponto de atrito do governo republicano ocorreu com os militares e a relação destes com a unidade do território espanhol. Para a desarticulação do movimento autonomista da Catalunha e do País Basco, o governo central sempre contara com o apoio do Exército. Contrariamente, a República dispõe-se a conceder autonomia à Catalunha através de um estatuto autonômico que, mesmo frágil conquanto à sua aplicação, desperta a desconfiança àqueles que reivindicavam uma Espanha una.

No plano religioso, a Constituição revela-se ferozmente anticlerical. Estabelece em seu Artigo 3º que o *Estado não tem religião oficial*. Tal desapego do Estado à Igreja, e vice-versa, tinha por objetivo desvincular a identidade espanhola do Catolicismo. As mudanças na Constituição abalaram temas que iam desde o ensino religioso até a dissolução e o fim do apoio financeiro estatal às ordens religiosas e ao clero, além de limitar o direito da Igreja à riqueza¹⁶.

Ao final, o caráter laico, reformador e liberal da Constituição pôs o governo de Azaña na condição de refém, cada vez mais dependente dos socialistas¹⁷. Após um grupo centrista ter passado para a oposição, o governo vê-se apresentando uma imagem esquerdista muito maior do que a que desejava ter, e que de fato não possuía.

Por seu turno, a estratégia dos grupos de oposição à República foi minar as regiões do País com propagandas que ressaltavam as tradições espanholas, angariando descontentes e desconfiados para as linhas reacionárias. A estratégia política da oposição partia de dois grupos distintos, os “acidentalistas” e os “catastrofistas”. Os primeiros pensavam os regimes governamentais como acidentais, não importando serem ditaduras, governos democráticos, parlamentaristas ou presidencialistas. No desenvolvimento histórico que levava à conformação da Nação, estas eram formas ‘acidentais’, e o que importava de fato era o conteúdo social do regime. Assim, sob o comando de José Maria Gil Robles, e com a estrutura montada das Federações Agrárias Católicas, forma-se o grupo denominado de *Acción*

¹⁶ O ensino laico estatal obrigou as ordens religiosas a terem colégios privados se quisessem ensinar as suas doutrinas. Do mesmo modo, a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios e a liberdade de consciência estavam contempladas nos Artigos na Constituição.

¹⁷ Azaña, como republicano de esquerda, fazia parte de um grupo de intelectuais e de pequenos burgueses sem uma orientação política unitária, diferentemente dos socialistas sob os desígnios do PSOE.

Popular, cuja estratégia era atacar o governo através de intensa propaganda tradicionalista para então, nas eleições de 1933, voltar ao poder.

Já o grupo denominado “catastrofista” acreditava que a República deveria ser derrubada por uma catástrofe ou por um levantamento. Este grupo articulava-se a partir de três frentes para a retomada do poder: a *Comunhão Tradicional*, de caráter antimoderno, coordenadores da milícia *requete*, treinada na Itália de Mussolini; a *Renovación Española*, de monárquicos afonsistas, responsáveis pela movimentação financeira; e a *Falange Espanhola*, fundada por José Antônio Primo de Rivera, de caráter fascista.

Os exemplos de repressão às manifestações e às greves, protagonizadas por trabalhadores filiados ou não às centrais sindicais, enfraquecem o governo da República perante os trabalhadores, custando-lhe a perda da maioria no Parlamento nas eleições de 1933, quando os anarquistas boicotam o pleito. Medidas como a Lei de Controle dos Sindicatos, a Lei Sobre a Ordem Pública, entre outras, permitem perseguir e condenar militantes políticos e trabalhadores (ARÓSTEGUI, 2000).

Uma vez mais, diante da situação política e social espanhola, em 10 de agosto de 1932, um golpe militar fracassado alerta o governo para as articulações dos setores opositores.

Os conflitos regionais ganham escala nacional com o enfrentamento intenso entre o PSOE e a recém-formada Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (CEDA). Diante de um governo em descrédito, as insurreições armadas eram consideradas como a única forma de promover a transformação social ou de conservar a ordem anterior, sendo utilizadas tanto por setores das Forças Armadas quanto pelo movimento operário e pelas milícias de direita e de esquerda.

Ao contrário de 1931, nas eleições de novembro de 1933, republicanos e socialistas disputam o pleito separados e são derrotados, pois a lei eleitoral beneficiava as coalizões.

Neste caso, a CEDA e os Radicais fizeram 115 e 104 deputados, respectivamente. Os partidos de direita, coligados, fizeram 3.345.504 votos e 212 lugares; em contrapartida, os de esquerda, desunidos, receberam 3.375.432 votos e somente 99 lugares.

Ao reconquistar o poder, e iniciar o período denominado Biênio Negro, os vencedores tiveram a possibilidade de encerrar com as reformas iniciadas na República, contando para isso com apoio do Exército e da extrema-direita conservadora e não apenas monarquista.

As divergências entre “acidentalistas” e “catastrofistas”, acerca de suas táticas para retomada definitiva de poder, por eleições ou por golpe, ocasionaram a união da Falange

Espanhola com as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FE de las JONS), em 1934, radicalizando a violência no campo e nas cidades, sob seu canto ritual à moda nazifascista: *España! Una! España! Libre! España! Grande!* (PRESTON, 2005; BROUÉ, 1992).

Desde então, a cada greve ou manifestação operária ou camponesa, as FE/JONS organizavam outra manifestação com caráter fascista¹⁸ em algum local histórico e cercado de simbologia.

Os novos arranjos políticos nacionais entregaram três ministérios do governo para membros da CEDA, que iniciam a derrocada das reformas republicanas. O reflexo popular desta situação deu-se na chamada Revolução de Outubro, quando diversas greves e manifestações foram realizadas principalmente na Catalunha, no País Basco e nas Astúrias, e onde o grau de violência representou, para muitos, o início da Guerra Civil.

No Outubro Asturiano, um destes enfrentamentos, a espontânea resistência dos trabalhadores asturianos e de seus líderes políticos resultou na formação de uma comuna revolucionária que tomou conta dos serviços de transporte, comunicação, distribuição de alimentos, entre outros. A responsabilidade em terminar com esta comuna coube ao General Francisco Franco e a seu Exército marroquino.

As novas eleições realizadas em 16 de fevereiro de 1936 apresentaram uma escassa vitória da Frente Popular, constituída por diversos grupos políticos e por organizações autônomas de esquerda. Assim, a abstenção anarquista de 1933 não se repetira e fora fundamental para a vitória da Frente Popular.

A polaridade social dos tempos do Biênio Negro repete-se em confrontos abertos. No sul, igrejas e propriedades privadas são saqueadas e queimadas. Nesse período, 1933-34, 12% da força de trabalho espanhola encontrava-se sem emprego e, no sul, cerca de 20%. Foi neste período que a Depressão de 1929 incidiu fortemente na Economia espanhola, sendo a crise econômica o vetor da violência social (MORADIELLOS, 2000).

Assim, o golpe militar iniciado em 17 e 18 de julho não foi um simples pronunciamento. Bem estruturado e contando com o apoio de militares dispersos entre as cinquenta regiões espanholas, precedeu-se por um acontecimento que lhe deu força: José del Castillo, tenente esquerdista perseguido por ultra-direitistas ligados à Renovação Espanhola, é assassinado no dia 12 de julho. No dia posterior, foi vingado por seus camaradas com a

¹⁸ Em 09 de setembro, a JAP (Juventude de Ação Popular – integrante da CEDA) realizaria um desfile nas Astúrias, no local onde começou a Reconquista Espanhola sobre os mouros.

execução de um importantíssimo líder de direita, e que provavelmente seria o principal dirigente político depois do golpe: Calvo Sotelo¹⁹.

Resumindo a impossibilidade de uma via alternativa que não fosse a da violência dos grupos, Aróstegui (2000, p. 77) afirma que

(...) o fracasso do projeto democrático e modernizador da pequena burguesia e do setor reformista do proletariado, e a impossibilidade dos setores revolucionários e fascistas de estabelecer uma nova estrutura de poder, deixou aberto o caminho para a Guerra Civil, que é igualmente o fracasso da via insurrecional: os grupos que propunham a via violenta não conseguiram convertê-la em um elemento de superação da crise do sistema espanhol.

A violência verificada nas ações das milícias de esquerda ou de direita teve origem e se desenvolveu de acordo com as dinâmicas históricas de cada região do País, com caráter distinto no campo e nas cidades. Um dos fatores de identificação do inimigo, o assunto das autonomias regionais aprofundou o conflito dentro da sociedade espanhola.

1.1.1 A questão das autonomias

Aqui caberá tratar dos casos catalão e galego, visto que o primeiro concentra as disputas nacionais da Espanha, ao contrário do galego, de menor amplitude. Além disso, é destas regiões que saem a maioria dos depoentes desta pesquisa, marcados pela participação política no primeiro caso, e pela pobreza campesina, no segundo.

Deve-se frisar que as autonomias regionais foram tema de intenso debate nas Cortes espanholas. As reivindicações autonomistas contempladas pela Constituição na forma de *regiões autônomas* resultaram na formação de um núcleo político-administrativo dentro do Estado espanhol. Desde 1931 a Catalunha é contemplada com o estatuto autonômico aprovado em plebiscito. Por sua vez, Vizcaya e Guipúzcoa tiveram o seu estatuto aprovado durante a Guerra Civil; ainda havia anteprojetos do País Valenciano e da Galícia.

A formação do Estado nacional espanhol se fundamentava em uma concepção unitária da Espanha como Nação. A aparição dos nacionalismos catalão e basco, e mais tarde do galego, levaram a recomposições constitucionais que ensejaram grandes disputas políticas e que, por sua vez, motivaram o golpe militar.

¹⁹ José Calvo Sotelo, monárquico autoritário, dirigente da *Renovacion Española*, assassinado em 13 de julho de 1936.

O *problema catalão* ganhara força quando a ditadura de Primo de Rivera reprimiu duramente a cultura, a língua e as instituições da Catalunha. Desde o Pacto de San Sebastián, em 1930, que a Frente Republicana se propusera a resolver a situação autonomista catalã.

As eleições de 1931, que levaram à promulgação da Segunda República, também resultaram em mudança política na Catalunha. Com a substituição do regionalismo moderado e direitista da *Lliga Catalana* para o nacionalismo radical e progressista da *Esquerra Republicana de Catalunya*, obteve-se um agrupamento político de base social muito mais ampla e popular, integrada por um leque de forças que unia desde a pequena burguesia até o setor operário (ROSICH, 1996).

Seus líderes, Francesc Macià e Lluís Companys, declaram o Estado catalão dentro da Federação de Repúblicas Ibéricas, claramente a favor do federalismo. Tendo sido eleitos por sufrágio universal e sendo inicialmente apoiados pela frente republicana, consideravam ter força política para tal feito.

O debate federalista era ousado à época e a esquerda republicana evitava-o. A discussão catalã se dava no mesmo momento em que a Constituição do País era discutida e reformulada, e toda mudança constitucional causava acirrados debates. A resposta dada à Catalunha serviria de modelo a todos os outros pedidos autonômicos a partir então. Sendo uma escolha complicada, ao definir-se como não-unitária e não-centralista, a República colidiria em mais uma frente com a Igreja, com os militares e com os conservadores em geral.

Descartado o federalismo, optava-se pela denominação “regionalismos autonômicos”, que significava possuírem estas regiões um amplo poder de autogoverno. Pressionada pela votação da Lei de Reforma Agrária que acontecia ao mesmo tempo nas Cortes, o estatuto aprovado diferia do que fora votado em plebiscito meses antes na Catalunha.

Nos dois anos de governo autônomo da *Generalitat*, as conquistas referiam-se à potencialização da língua catalã, à criação de instituições de ensino e de bibliotecas populares, de arquivos, de museus e à conservação do patrimônio histórico e artístico. Também à modernização pedagógica em todos os níveis; ao desenvolvimento do urbanismo e da arquitetura vanguardista; à criação de hospitais, a campanhas de vacinação, ao atendimento psiquiátrico gratuito; ao desenvolvimento do cooperativismo no meio rural, entre outros (ROSICH, 1996).

Desta forma, a *Generalitat* representava, como os republicanos a nível nacional, uma ameaça aos setores sociais opositores. Não por acaso fora alvo de ataque do governo nacional durante o Biênio Negro.

Sobre o aparecimento dos nacionalismos catalão²⁰ e basco, Fusi (2000) relaciona-os a longos processos históricos de consolidação de suas identidades particulares, possibilitados por economias regionais integradas, por grandes e dinâmicas cidades, por uma opinião pública articulada, por uma educação regional comum e homogênea e por meios de comunicação de massa. De fato, o conjunto desses fatores construiu uma consciência coletiva que tomou a regionalidade como constitutiva de uma nacionalidade própria e distinta.

Já o desenvolvimento econômico e social do País Basco é semelhante ao caso da Catalunha. De seu desenvolvimento econômico nasceram grandes cidades que demandavam iniciativas culturais desde o início do século XX, refletindo no aparecimento de revistas e de salões de artes que incentivavam a produção artística. Entretanto, à diferença do caso catalão, no País Basco a formulação da idéia de nacionalidade, segundo Fusi (2000, p. 112), vai ser disputada por uma cultura basco-espanhola e pela cultura etno-euskaldún, dividindo-se, por este motivo, a sua intelectualidade e o projeto de regionalidade/nacionalismo que reivindicavam.

Já o processo de nacionalização da Espanha é identificado por Fusi (2000) no primeiro terço do século XX, quando a Nação, e não a região ou a localidade se impõem como âmbito da preocupação social e política. Neste sentido, uma maior integração territorial, através de meios de transportes e de comunicação, contribuiu para consolidar uma coletividade espanhola desde o fim do século XIX.

Todavia, a Espanha ainda seguia com níveis críticos de alfabetização. Guibernau (1996) ressalta que os países com nível de alfabetização elevado no século XIX tiveram mais condições de criar um nacionalismo inspirado no Estado e, por conseqüência, Estados-Nação mais homogêneos. É interessante notar que os nacionalismos autonomistas catalão e basco

²⁰ Para Fusi Aispurúa (1998), a cultura catalã era já autônoma desde metade do século XIX, independentemente e alheia a outra importante cidade espanhola, Madri. A origem deste desenvolvimento individual remonta ao século XIX desde o período da *Renaixença*, um movimento romântico de recuperação da língua, da história e dos direitos civis catalães através de expoentes em todas as artes plásticas, musicais, decorativas, industriais, literárias. Os participantes difundiam uma idéia da nacionalidade catalã e da Catalunha como única pátria para os catalães através da estreita ligação com os intelectuais da época. O Modernismo adquirirá diversos matizes dentro da Catalunha, ou mesmo não existirá para muitas de suas comunidades; contudo a efervescência artístico-cultural que o resto da Espanha não conhecia indicava que a cultura catalã era distinta e tinha identidade própria, em um processo de *catalanização* da vida civil, favorecida pelo seu desenvolvimento econômico e articulação regional.

desenvolveram-se nas regiões mais desenvolvidas dentro de uma Espanha sensivelmente heterogênea. Em um contexto de miséria e de escasso desenvolvimento econômico e social, estas regiões, com maior desenvolvimento, criaram uma forte cultura regional, tão forte como a da Espanha de então.

O caso galego seria o avesso das duas outras regiões. Somente em 1920 surgia, em língua galega, uma produção literária com qualidade, diferentemente das publicações em castelhano, pouco numerosas, mas com maior qualidade no início do século. Seus autores descreviam, em castelhano, uma Galícia “arcaica e mística, supersticiosa, fidalga, rural e intemporal, como também uma região brutal e grotesca” (FUSI, 1998, p. 111), refletindo o baixo estágio de desenvolvimento econômico e social em que se encontrava.

Era a Galícia, segundo Fusi (1998), uma região sem proposta cultural que correspondesse a um *galeguismo* que articulasse a região. Até os anos de 1930, a circulação cultural estava restrita a pequenos grupos de intelectuais e universitários, inscritos em uma sociedade pouco industrializada, carente de grandes cidades, com níveis educacionais baixíssimos e pessimamente comunicada. Isso incidirá diretamente no posicionamento social e político que a região terá na década de 1930 até o fim do conflito civil.

Assim, porque a cultura basco-espanhola era majoritária, e não tendo a cultura galega adquirido força e consistência identitária, a Catalunha era o único *problema* para a unidade espanhola.

Deste modo, a Segunda República pensava o Estado espanhol como uma unidade histórica, lingüística, cultural e estatal, que reconhecia a existência de várias culturas particulares e sentimentos de identidade regional. Era uma opção pela lenta descentralização política que contemplava os nacionalismos mais antigos, sem se questionar a potencialidade do Estado espanhol.

Na Galícia, região de minifúndios, de analfabetismo e de pobreza, a situação econômica provavelmente era mais sentida do que entendida, do mesmo modo como acontecia com os debates políticos do período que, provavelmente, não encontravam muito interesse nas populações do interior. Remígio Blanco Besteiro, galego, nascido em 1923, em Verin, província de Ourense, recorda um cotidiano comum dos povoados interioranos:

A minha vida, trabalhei em terras, tínhamos terrenos. Plantávamos para viver, para comer. Escolas, como eu estava aqui [aponta no mapa], pequenas. Depois terminei o período escolar, tinha que trabalhar, a família era numerosa. (...) Eu tinha onze irmãos, dois que morreram... Eu sou o maior da turma. Tive que trabalhar já de pequeno, saí do colégio e sempre trabalhando pra ajudar os outros. Trabalhando,

trabalhando. O meu pai se dedicou a comprar madeiras e a serrar. Nós serrávamos madeira assim: uma serrona daqui até aqui. Botava as toras em cima, dividia a tora, tirava uma de cada lado, virava, marcava com uma linha preta e serrava. Depois revendia. Até que alcancei a idade de dezoito anos. Quando tinha dezoito anos deu uma Guerra Civil.

Filho de militar, posteriormente, durante a ditadura franquista, Remígio serviria ao Exército e vagaria pelo País à procura de trabalho como caminhoneiro. As poucas e pequenas parcelas de terras disponíveis, as famílias numerosas e a falta de perspectiva faziam com que a região expulsasse um grande número de habitantes.

Leonisa Fernandez Moreiras, também galega, nascida em 1949, recorda as histórias acerca do trabalho e da fome que seus pais contavam e que remetem a este período:

[Eles] moravam em aldeias: Codesas, minha mãe, e meu pai, Iglesia. Era pertinho, uns 2 km. Porque é salpicadinho de aldeias pequenininhas. E naquela época não havia estradas. Havia aqueles caminhos que iam de uma aldeia a outra. Não havia carros, havia carroças puxadas por bois, cavalos. Mas quem tinha bois pra carregar uma carroça e cavalos já era rico. O que meu pai fazia? O meu avô era pedreiro, ele construía casas. Então o meu pai ajudava, fazia a mão-de-obra carregando coisas pra ele e tal. A família era a minha mãe, mais duas irmãs e um irmão. Eles ficaram órfãos muito cedo. A minha mãe tinha 13 anos quando ficou órfã. Primeiro morreu o pai dela e dois anos depois a mãe dela. Então a minha tia tinha 18 anos, a minha mãe tinha 13, tinha outro de 10 e o outro de 6. Os quatro se viraram sozinhos. Tinham que trabalhar nas terras (...). Elas tinham duas vacas que davam leite. Ela pegava de umas outras vizinhas que tinham também leite e levava numa vila próxima, 6 km. (...) Era uma vida muito difícil, difícil. (...) Os mais ricos matavam um ou dois porcos, bem nutridos. Mas o nosso era sempre meia-boca! [E era] Difícil eles consumirem [carne de gado]. Não é que na Galícia não tivesse gado, tinha, muito bom, os pastos muito bons. Só que eles não matavam o gado para comer. O gado era para o leite, para dar cria e vender essas crias. Era mais pra sustentar a casa do que para matar. E não tinha, não tinha grandes fazendas. Mesmo porque a geografia não permite.

Estes dois relatos tão-somente ilustram uma paisagem que, além de ser comum em regiões interioranas do início do século XX, confirmam, por oposição, que a dinamicidade das províncias industrializadas transformava a sociedade que dela participava. Tanto a moldura estática dessas vidas como a experiência sob o caráter emancipatório das movimentações sociais que aconteciam nas grandes cidades ocasionarão a emigração espanhola.

1.1.2 O Anarquismo e o Anarquismo na Catalunha

Dos três catalães entrevistados para esta pesquisa, somente Remédios Falceto faz referência à experiência libertária vivida em Barcelona e em Siétamo, pequena cidade para onde fora levada por seus pais para fugir da guerra. Ressalta-se esta experiência porque atinge

um número expressivo de espanhóis que seguiam a filosofia anarquista. O grupo que chega a Porto Alegre possui um histórico de militância na CNT tanto na Espanha quanto no exílio francês, e reproduziria na cidade os modos sociais e políticos com os quais estavam acostumados.

Apreendendo-se o significado do anarquismo, compreender-se-á a postura daqueles que se engajavam em sua militância e na reprodução de suas sociabilidades.

Vinda do grego, a palavra anarquia significa “sem governo” ou ainda “sem autoridade”. Como teoria política, acredita na organização da sociedade sem a presença do Estado (WOODCOCK, 1981). Comumente os anarquistas se identificam com os termos socialistas libertários, comunistas libertários ou ácratas (sinônimo). As duas primeiras formas constituem-se em teorias em oposição ao socialismo autoritário marxista-leninista, bolchevista, stalinista.

Para Rucker:

O anarquismo é uma corrente intelectual, definida, de pensamento social, cujos adeptos advogam a abolição na sociedade dos monopólios econômicos e de todas as instituições políticas e sociais coercivas. No lugar da ordem econômica capitalista, os anarquistas teriam uma livre associação de todas as forças produtivas baseadas no trabalho cooperativo, que teria por único propósito a satisfação das exigências necessárias de cada membro da sociedade. No lugar dos atuais Estados nacionais, com sua maquinaria sem vida de instituições burocráticas, os anarquistas desejam uma federação de comunidades livres que devem estar vinculadas por seus interesses econômicos e sociais comuns e que devem resolver suas questões por meio do acordo mútuo e do livre contrato (ROCKER, 2005, p. 7).

Compreendendo-se a organização social através do uso das coletivizações e das cooperativas, de comitês e de sindicatos, os anarquistas sempre abdicaram de concorrer ao poder uma vez que a autoridade que emana das estruturas do Estado são viciadas: o “Estado é a obra da própria sociedade que se aliena. Sua insistência [dos anarquistas] é na devolução, à sociedade, do poder que esta atribuiu ao Estado. Tratar-se-ia, portanto, de uma desalienação da sociedade, de uma reapropriação de seu poder alienado” (MOTTA, 1981, p. 113).

O teórico anarquista Nicolas Walter (2002) resume o âmbito das preocupações anarquistas na sociedade: no plano *Econômico* é contra o monopólio da propriedade; no *Político*, é contra o monopólio da autoridade; no *Social*, busca uma sociedade tendo por base a liberdade, a igualdade e a fraternidade autênticas; na esfera *Individual*, luta pela supressão da autoridade nas relações cotidianas.

Na Espanha, basicamente o movimento anarquista organizara-se formalmente a partir de 1870, através de uma estrutura de sindicatos profissionais independentes entre si, mas organicamente articulados através da Federação Regional Espanhola (FRE), sendo uma mistura de federalismo proudhoniano e de coletivismo bakuniano²¹.

A partir do início do século XX, o comunismo anarquista (derivado das idéias de Kropotkin, Malatesta e Reclus) será hegemônico na Espanha, com o movimento dividindo-se entre comunistas anti-sindicais e coletivistas-sindicalistas. Vindo da França, o sindicalismo-revolucionário daria origem ao anarco-sindicalismo, doutrina sindical pró-violência.

Dentro da CNT, o grupo FAI²² adquire representatividade a partir da proclamação da Segunda República, organizando diversas manifestações através de seu método de “ginástica revolucionária”. Este consiste em organizar uma greve, incitar à revolta, apoderar-se da prefeitura e, através de um sistema de comitês, gerir a vida local. Em muitos casos, as forças republicanas prontamente encerravam com a experiência revolucionária. Em 1933, esta prática levou ao auge o movimento faísta dentro da CNT.

Durante o percurso histórico espanhol, Borrás (1976) e Broué (1992) salientam a importância do anarquismo, ao mesmo tempo em que identificam as suas limitações. Nas vezes em que optou por boicotar o governo republicano, causou a retomada do poder pela direita (Biênio Negro) e a radicalização da violência. E nos momentos em que se eximiu de assumir o poder nas regiões em que obteve controle, fragilizou os processos autogestionários iniciados com sucesso no primeiro momento da Guerra Civil.

Neste mesmo sentido, Enric Mompó (1996) emprega a expressão de Broué, “hidra sem cabeça”, para se referir ao fato de que o movimento operário espanhol prescindiu de organizações políticas ou de sindicatos que centralizassem a sua espontaneidade.

Por possuir características econômicas e sociais diferenciadas das demais regiões, foi em Barcelona que o anarco-sindicalismo imprimiu seu caráter revolucionário e antifascista à Espanha e ao mundo. Como força preponderante nesta cidade, a CNT aglutinava uma imensa massa de trabalhadores e os serviços públicos estavam sob o seu poder imediatamente após

²¹ O federalismo proudhoniano (mutualistas), buscava a construção de uma sociedade livre e igualitária, possível somente com a eliminação do Estado. Entretanto, seu método prescindia de uma estratégia revolucionária insurrecional, preferindo uma transformação gradual, reformista, não-hierárquica, com a formação de organismos econômicos federalizados que substituiriam a lógica capitalista. Já o coletivismo bakuniano (coletivistas), buscava igualmente uma sociedade socialista, como os mutualistas, mas por socialismo entendiam a eliminação da propriedade privada e a sua coletivização, de onde os trabalhadores coletivizados ergueriam uma organização proletária em substituição ao Estado (WOODCOCK, 1981).

²² Federação Anarquista Ibérica (FAI), anarquistas “puros”, contrários ao reformismo sindicalista. Grupo mais radical, minoritário dentro da CNT, porém com grande apoio dos filiados em suas ações.

iniciar o golpe militar de 1936. Desde antes, a organização anarquista criava uma sociabilidade paralela nos bairros operários através dos ateneus e dos círculos libertários.

Remédios Falceto Abadia, catalã de Barcelona, nascida em 1926, guarda na memória a convivência naqueles tempos:

Na Catalunha, o Ateneu era uma coisa muito importante culturalmente. Quer dizer, os operários, muito bem organizados por sindicatos, fosse qual fosse... Tinha uma casa que era um Ateneu, que era um Centro Cultural, onde as pessoas tinham bibliotecas. Cada bairro, todos os núcleos operários tinham o local onde se reuniam. E isso foi uma coisa muito boa, até para ensinar para os sindicalistas. (...) Se formou quase que uma elite cultural nesses ateneus, porque era tudo livre, havia teatro. Claro que eu freqüentei porque os meus pais iam lá e os filhos iam junto, mas eu era pequena ainda. (...) Tudo isso antes da guerra, antes dos meus nove anos.(...) Minhas memórias são de antes. Mas eu me lembro que aquilo..., éramos todos muito felizes, (...) se faziam excursões às montanhas, e aí íamos, parecíamos nômades. Aquilo deu um atendimento cultural que eles não tinham, maravilhoso.

Da mesma forma, nos ateneus organizava-se o ensino, nestes bairros que eram a “maravilha do proletariado”:

Lá na nossa rua não tinha uma escola oficial, havia muito poucas escolas, muito poucas. Digamos, estaduais, municipais. Pelo sindicato estava tudo organizado: eles tinham mestres, eles tinham tudo. Então os pais se reuniam e alugavam uma casa e formavam uma escola com a ajuda do sindicato. E tínhamos mestres maravilhosos. Escola Sol e Vida, que era da filosofia de Francisco Ferrer y Guardia, foi a escola em que nós estudamos, e era muito boa. Mas também, quando acabou a guerra se acabou a escola. Naquele colégio eu me lembro que não eram só os do nosso bairro, eram de bairros também..., atendia toda uma zona de bairros. Então os próprios pais formavam um comitê, que era renovável a cada, sei lá, 6 meses, porque todo mundo trabalhava, então eles se encarregavam, tinham os maestros que faziam a lista dos materiais que precisava, e eles compravam os materiais do colégio, cuidavam da limpeza, cuidavam de tudo, aquela escola era totalmente... autônoma. Então, foi assim, aquele pedaço da infância foi muito bom. Depois tudo aquilo acabou. Aí ficamos sem colégio e na rua. Porque os colégios normais estavam já super saturados. Eram bons, claro que ensinavam todas essas coisas normais, religião e tudo...

O educador catalão de tendência anarquista, Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna, estabelecera as diretrizes e divulgara seu método pedagógico até ser fuzilado pelo governo em 1909.

Segundo a pedagogia estabelecida pelo referido educador:

A Escola Moderna tenciona combater todos os preconceitos que impedem a emancipação total do indivíduo, e é por isso que ela adota o racionalismo humanista, que consiste em inculcar na infância o desejo de conhecer a origem de todas as injustiças sociais a fim de que, por esse reconhecimento, ela possa, em seguida, combatê-las e opor-se a elas (SAFÓN, 2003, p. 46).

A educação nestas escolas era mista, social, com alguma contribuição financeira dos pais, indo até a gratuidade, e sem o estabelecimento de exames ou de qualquer tipo de organização hierárquica. As reuniões, ou as “conversações”, eram constantemente realizadas fora do ambiente escolar, em parques ou praças, sendo abertas ao grande público. Para Férrer y Guardia, as escolas laicas e anticlericais tinham uma “pedagogia moderada”; enquanto que as escolas anarquistas, existentes nos ateneus, eram “demasiadamente marcadas política e socialmente”. Ele apresentava, desta forma, sensibilidade em reconhecer que o anarquismo assustava a classe média, e sua escola, apesar de revolucionária, tendia à emancipação humana, e não de classe (SAFÓN, 2003).

A instalação das escolas racionalistas deu-se com dificuldade na ditadura de Primo de Rivera, e com mais agilidade e liberdade nos anos da República, apresentando grande evolução nos anos da Guerra Civil Espanhola. Pretendendo manter o espírito *ferrista*, o Conselho da Escola Nova Unificada²³ (CENU) inicialmente recebeu o apoio dos anarquistas; no entanto, como organismo de Estado sob influência stalinista, adquiriu cada vez mais o caráter de ensino profissional, indispensável em um momento de guerra. Serão então os ateneus anarquistas que aplicarão os preceitos da Escola Moderna. Mesmo assim, sob a influência do CENU, em um ano a cidade de Barcelona aumentou de 34.000 para 116.000 o número de crianças escolarizadas, e em seis meses haviam sido nomeados 5.000 professores (SAFÓN, 2003).

Cabe ressaltar que o desenvolvimento educacional e as coletivizações ocorridas na Catalunha durante a Guerra Civil deram dinamicidade aos eventos daquela região. Segundo Vilar (1989), a aglomeração urbana das cidades industrializadas proporcionava ações de maior visibilidade porque inviabilizavam um maior número de serviços, afetando mais pessoas e expondo os problemas enfrentados pela classe. Em seus bairros pobres, trabalhadores das mais diversas áreas de atividade organizavam-se em coletivos que supriam a ausência do Estado e dirigiam a vida comunal das periferias industriais, criando um ambiente propício a turbilhões sociais.

Desta maneira, ao estourar a Guerra Civil a população não aguardaria qualquer liderança para se lançar à direção das esferas que regulavam a vida da sociedade.

²³ Joan Puig Elías, pedagogo, foi membro do Comitê de Cultura do Conselho Municipal de Barcelona e encarregado da coletivização do ensino dentro do CENU. Da França, no ano de 1952, chega juntamente com outros membros da CNT na cidade de Porto Alegre.

1.2 A Guerra Civil

A sublevação militar²⁴ intentava tomar o controle do território rapidamente. Não contaram, porém, com a resistência e com a espontaneidade das massas populares que transformariam o *alzamiento* em Guerra Civil. Seu golpe iria justamente libertar operários e camponeses para a Revolução que tentavam prevenir (ARÓSTEGUI, 2000; BROUÉ, 1992; VILAR, 1989; PRESTON, 2005).

Remígio Blanco Besteiro tem claros na memória os motivos da Guerra Civil. Filho de um militar “guerreiro” que participara da conquista do Marrocos, serve ao Exército quando atinge 18 anos, ou seja, logo após a vitória de Franco:

Eu não lia muito, mas partiu daqui, partiu de lá. Greves, que falam aqui, crimes, um cara roubava, matava, não acontecia nada. É o que está acontecendo aqui, exatamente igual. Até que o povo foi se enchendo, enchendo, enchendo. Aí se levantou aquele general contra o governo, Franco. A Espanha antes disso tinha tido um Rei, Monarquia. O último rei havia sido Alfonso XIII. E depois virou República, com Alcalá Zamora, uns quatro ou cinco anos. E aí começaram a República. Bom, era..., ninguém trabalhava, mortes, matavam... Aqui não estão matando? E o que acontece? Nada. Fica assim, são impunes e fazem de novo. Até que esse general se levantou, Franco. Esse Franco era nascido aqui, Ferrol, Ferrol del Caudillo. Pertence a essa província de Coruña. E ele era um grande militar. O pai era militar, o irmão era militar, a família era militar.

A Guerra Civil Espanhola colocou em conflito aberto as classes sociais que desde a Segunda República disputavam seus projetos políticos. As reformas republicanas serviam de esperança para o povo, de receio para as camadas médias urbanas e rurais e de alerta para as tradicionais oligarquias.

Como afirma Broué (1961, apud Nóvoa, 1996), “a revolução espanhola, diferentemente do Outubro russo, não é a primeira centelha de um incêndio que se propagava, mas somente a última chama de um fogo já extinto em toda a Europa”. Dito de outro modo, de uma revolução burguesa tardia advinham processos populares revolucionários que não mais possuíam espaço na Europa moderna.

²⁴ Sob o comando de Francisco Franco, Sanjurjo (morto em um acidente de avião quando se dirigia à Espanha), Queipo de Llano e Emilio Mola, a sublevação tomou forma e partiu do Marrocos - das cidades de Ceuta, Melilla e Tetouán -, ganhando a Espanha através de Castela, Galícia, Navarra, Sevilha, Cádiz e Salamanca. Cabe referir que possuíam as principais regiões cerealíferas, a comida. As demais partes do território ficariam mais ou menos tempo sob domínio republicano, sendo Barcelona, Madri, Valencia, Málaga e Bilbao as grandes cidades resistentes ao golpe, detentoras da indústria pesada, metalúrgica e de energia (VILAR, 1989).

Segue-se com o relato de Remígio, que apresenta conhecimento da movimentação militar, da proteção do Estreito de Gibraltar por tropas que se mantiveram leais ao governo e da ajuda italiana, sem a qual o movimento de Franco teria fracassado:

Franco se levantou e veio por aqui [aponta no mapa]. Era da Espanha o Marrocos, um protetorado. E ele tinha formado todo o Exército que tinha no Marrocos. Ele formou aquela Legião de Estrangeiros. Essa Legião de Estrangeiros, em Tetouan ele tinha uns três mil legionários. Se chamava Segunda Legião. Aqui tinha três mil; aqui em Melilla tinha três mil; em Rabat, é a capital do Marrocos, tinha por aqui três mil. Eram cerca de nove mil legionários. Ele se levantou com transporte de fora, ele que tinha fundado tudo aquilo e entrou por aqui, tomou Sevilla com mil homens. (...) Aviação ele não tinha. Se levantou sem nada. Então aí a Itália lhe mandou aviação, Mussolini. Mandou e passou uma Legião.

De fato, o conflito teve uma divisão territorial bem nítida. Nos bastiões católicos e nas regiões onde as Federações Agrárias Católicas tinham o poder, as vitórias dos nacionalistas se consagraram tão logo a rebelião iniciou, com níveis maiores ou menores de resistência (PRESTON, 2005). Broué (1992) verifica que a Guerra pode ser balizada na medida em que as organizações operárias ou camponesas deixaram-se paralisar pela fidelidade à República, que não havia liberado a distribuição de armas para a população e ainda pregava, nestes momentos iniciais, o respeito à ordem. Quando se verificou esta demora de iniciativa popular, os rebeldes militares saíram vitoriosos. Isso aconteceu na a Andaluzia, na Extremadura, em Castela-Leão e Galícia.

Do contrário, onde as massas se anteciparam à movimentação do Exército, montando barricadas, cercando quartéis militares, roubando armas e contando com o apoio de setores do Exército, sem aguardar por qualquer ordem, o *Movimiento*²⁵ fora derrotado (BROUÉ, 1992; MOMPÓ, 1996; PRESTON, 2005).

Remígio é, dentre os depoentes, aquele que faz relato preciso sobre o levante. Com um mapa à sua frente, aponta os lugares por onde passava a coluna franquista e o número de mortos que ela deixava. Identifica, no presente, o referente republicano como “os sem-terra”, aqueles trabalhadores que foram armados, “metidos a comunistas, que não entendiam nada”:

Franco demoliu com tudo e subiu. Entrou e chegou na Galícia, “estão comigo?”, todos com ele. Aí sim começaram. (...). Astúrias tem muito ferro, muitas minas, se levantaram com o governo. Os bascos, contra o Franco, tudo contra. Mas olha, aquela Legião fez miséria. Tomou Zamora, tomou Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva, Sevilla e Cordoba. E aí foi indo e ficou Madri com os comunistas, Guadalajara, Ávila, toda essa parte ficou com os comunistas. Navarra é

²⁵ Termo genérico para o esforço de guerra nacionalista; mais especificamente, o partido único de Franco que uniu todos os outros grupos de direita a 19 de abril de 1937.

completamente comunista; Santander, Bilbao, San Sebastián, tudo com os comunistas.

No conflito, ficaram tipificadas as duas forças que combatiam e, mesmo na posterior ditadura, persistiriam como *nacionalistas* (franquistas), de um lado, contra *los rojos* (os vermelhos ou somente “os comunistas”), de outro. A caricatura esquerdizante, porém, escondia uma série de ideologias sob as quais os revolucionários se filiavam, combatiam e se odiavam.

Muitas vezes testemunhados por jornalistas estrangeiros que acompanhavam as tropas ou que lutavam nas milícias²⁶, os excessos cometidos eram estarrecedores. Igrejas, monumentos religiosos, clérigos ou conhecidos direitistas eram alvos preferenciais dos trabalhadores, principalmente dos anarquistas. Acredita-se que mais de seis mil padres foram mortos (MORADIELLOS, 2000).

Do lado franquista, a destruição de sedes de sindicatos e comitês, o assassinato de inúmeros sindicalizados e de suas famílias eram fatos corriqueiros, principalmente quando as tropas envolviam os *Regulares*²⁷ e os Legionários.

Em direção a Madri, a última cidade importante é Talavera de La Reina. Emílio de La Puerta, nascido em 1928 nesta cidade, guarda algumas lembranças:

No dia 3 de setembro [1936] foi que entraram as tropas de Franco em Talavera. (...) Estou vendo todo aquele Exército desfilando, entrou desfilando! Não houve força, claro, levaram mais de uma semana bombardeando a cidade, dia e noite, bum bum bum. (...) Em Toledo ficava a capital da província, do Estado, digamos, já próximo a Madrid, que é a capital da Espanha. Então em Talavera fizeram como um ponto de referência para o auxílio das tropas e tudo o mais. Então é uma cidade, pode imaginar, que tivesse como uns quarenta mil habitantes, e aquilo se pôs com mais de oitenta mil soldados, de mouros, muita tropa da África.

Mais precisos são os seus sentimentos, aquilo que reteve na memória em torno da violência da Guerra Civil:

Porque Espanha foi um país que viveu anos melhores, e continua vivendo, se vive bem, comparado com a época da nossa infância, nossa adolescência. Porque com dez anos sofremos uma Guerra Civil, eu perdi meu pai, minha mãe ficou viúva com uma família com seis filhos para criar. Eu estava com dez anos e o último não havia nascido. Era uma época onde as famílias eram numerosas e tudo o mais. Hoje os anos mudaram e a gente recorda aquela infância com muita dor porque passamos muita necessidade. E são coisas que mesmo que sendo pequenos te gravam muito. A perda do pai, o sofrimento da mãe que com 33 anos ficou viúva para criar uma família. E isso foi generalizado de forma que o regime que entrou em Espanha,

²⁶ George Orwell, Herbert Matthews, Jay Allen, John Whitaker, entre outros.

²⁷ Forças do Exército espanhol instaladas no Marrocos que contavam com a participação de mercenários mouros, temidos combatentes conhecidos por sua violência.

regime franquista, ditador, foi um regime opressor. Nós éramos crianças, verdade? E como crianças sofremos e vimos muitas coisas que, a mim pelo menos, me gravaram muitíssimo até hoje. Recordo coisas, por exemplo, que são impactos (...), recordo coisas muito tristes de Espanha. [Meu pai] Era republicano, lutou pelos republicanos, e isso custou-lhe a vida.

Não sendo a sua família anarquista, apenas operária, o descontentamento com o posicionamento da Igreja é claro: “houve muitas baixas, mandaram muitos italianos que até o Papa Pio XII benzeu seus canhões. Um Papa bendizer armas que vão matar, armas de fogo que vão matar pessoas humanas!”.

Com sofrimento, recorda a imagem que lhe ficou da guerra e que envolve sua mãe:

Ela era bordadeira, tinha a profissão de bordadeira. Bordava dia e noite para poder nos sustentar. E recordo muitas, muitas vezes, de estar bordando na luz de uma vela, porque não podia acender a luz porque se viam as luzes das casas, sabiam onde bombardear. E por muito tempo vivemos nos refúgios, e isso não é vida.

John Whitaker, jornalista norte-americano que acompanhava o Exército franquista neste momento, escreve relato que dá luzes à situação enfrentada na cidade de Talavera por Emílio:

Nunca passei uma noite em Talavera que não tivesse sido acordado de madrugada pelas descargas dos pelotões de fuzilamento. A matança parecia não ter fim. No fim do segundo mês ainda estavam a matar tantos como nos meus primeiros dias aqui. Estavam a conseguir uma média perto dos trinta por dia. Eram simples camponeses e trabalhadores. Bastava ser portador de um cartão sindical, de ter sido maçom ou ter votado na República (PRESTON, 2005, p. 94).

Elena Rico, catalã nascida em 1932, tão logo começa o seu relato, faz referência à falta do pai, exilado na França devido à sua participação junto à CNT:

Saí com 17 [anos] da Espanha. Fiquei dez anos sem meu pai. Me criei sem pai. Isso foi muito triste. (...) Ele estava bem antes da guerra. Trabalhava numa empresa de trens, ele era o chefe da marcenaria, arrumava as gares. Ele ia cuidar como estavam os bancos, as portas e ele tinha um ajudante. Era da *Renfe*, ainda continua *Renfe*. Aí quando chegou a guerra muitos foram para a guerra, muitos amigos dele. (...) Uns diziam pra ele “não vai pra guerra, tu trabalhando nos trens é como se fosse fazer trabalhos pra guerra.” Mas ele quis ir. E aí quando chegou, eles ganharam, os contrários, os nacionalistas, aí claro, muitos se mandaram pra França. A França acolheu eles.

A violência da repressão tinha significado uma vez que era claro para as forças insurgentes que o “inimigo era bem organizado” e as punições deveriam ser “exemplares” para os movimentos de rebelião ou grevistas (PRESTON, 2005, p. 83).

Por sua vez, Maria Purificaci3n, nascida em 1921 na cidade de Val3ncia, recorda um epis3dio cl3ssico de viol3ncia anarquista. Seu pai, navarenho de Pamplona, rompera com a tradi33o militar de sua fam3lia e, vivendo em Val3ncia, era conhecido professor de Hist3ria da Arte na Universidade e Comiss3rio de Guerra republicano. Ao iniciar a Guerra Civil, interv3m numa manifesta33o de rua, atitude que posteriormente lhe salvaria da pena de morte.

Maria Purificaci3n conta que a padroeira da Val3ncia 3 a Virgem dos Desamparados, cuja imagem 3 uma obra de arte, crivada de j3ias, feita em madeira do s3culo XV. De grande valor econ3mico e art3stico, guardada em uma Igreja igualmente bela, os republicanos, “que t3mb3m haviam cometido barbaridades” queriam atear fogo ao edif3cio:

Meu pai saiu, eu me recordo que seriam como dez da noite, est3vamos jantando e a r3dio deu a not3cia. Ent3o meu pai saiu esbaforido at3 a Virgem, que est3 numa pra3a linda. Chegou e subiu em cima de um caminh3o de bombeiros que estava ali parado e disse “olhem, 3 uma barbaridade, uma selvageria”, e todo mundo a criticar, “a Virgem vale uma fortuna, 3 melhor que a salvemos, que a vendamos porque vale muito dinheiro”. E aquela horda, para ganhar dinheiro disse “*si, si*”. E correu para pegar a Virgem e levar para o ajuntamento. “E n3o queimais, porque aqui podemos fazer um hospital, uma biblioteca, museus”. Tinha muita facilidade com a palavra meu pai. Os acalmou, salvou a Virgem e n3o a queimaram. Isso foi o que salvou a ele. Quando pediram tr3s penas de morte, minha m3e - porque pediam tr3s, quatro, com uma n3o tinha bastante -, minha m3e nos pegou, os quatro filhos, e nos levou a falar com o arcebispo e disse “olha, meu marido salvou a Virgem dos Desamparados, tenho testemunhas, n3o a queimaram por ele e n3o 3 direito que matem este homem”. E o arcebispo era t3mb3m do norte, n3o sei se basco ou navarro, “N3o se preocupe, n3o o matam”. E no dia do julgamento, se apresentou ao juiz e disse que havia salvado a Virgem dos Desamparados e n3o o podiam matar, e por isso n3o o mataram.

Assim, verifica-se que a viol3ncia na Guerra Civil partia de ambos os lados, tendo origens distintas para um ou outro grupo opositor, bem como objetivos pol3ticos difusos e, por vezes, somente era um escape ao 3dio de classe reprimido por d3cadas.

Ressalta-se agora a situa33o de Barcelona, uma das cidades onde a defesa da Rep3blica se fez prontamente. A greve geral e a forma33o de mil3cias na cidade garantiram a imediata derrota dos rebeldes. Tanto o dom3nio republicano em toda a Catalunha, igual que em Madri, representaram o grande fracasso franquista. Entretanto, na capital espanhola, as for3as defensoras eram minoritariamente anarquistas, com predom3nio de socialistas e comunistas.

Depois que os combates iniciais da Guerra Civil cessaram e a greve geral foi desconvocada, reiniciaram-se os trabalhos nas fábricas. Entretanto, constatava-se que os “patrões” haviam abandonado as fábricas. Segundo Bernecker (1992), não existiu um modelo único de coletivização no território republicano, senão que este foi um processo complexo e heterogêneo em cada região, produzido, basicamente, ante uma situação de vazio de poder e abandono de fábricas, casas comerciais, escritórios etc., por seus proprietários. Eis a razão pela qual os trabalhadores seguiam trabalhando e criando o contexto revolucionário que tomava em suas mãos a direção e o controle de uma parte da atividade econômica. Inscritos principalmente no sindicato da CNT, estes trabalhadores organizavam-se cooperativamente na produção e na distribuição de produtos e tarefas.

Já as coletivizações agrárias foram predominantes na Andaluzia, Valência, Extremadura e em Aragão, onde a organização de milícias, anarquistas e/ou socialistas, garantiu a produção e distribuição de comida para as frentes de batalha.

Para Moradiellos (2000), esta mobilização popular proporcionou um golpe fatal nas estruturas do Estado no momento em que demonstrava outras formas de gestão pública a partir do processo revolucionário desencadeado.

Na Catalunha predominaram as coletivizações industriais e de serviços: ferrovias, transportes urbanos, agências marítimas, centrais de eletricidade etc., foram coletivizados paulatinamente nos meses seguintes à sublevação militar; “em alguns dias, 70% das empresas industriais e comerciais foram tomadas pelos trabalhadores da Catalunha, que concentrava sozinha dois terços da indústria do país” (MINTZ E GOLDBRONN, 2002, p. 16).

À administração operária de diversas empresas e indústrias, seguia-se a organização de um importante meio educacional e cultural, atuante nos bairros pobres das capitais republicanas. Também dirigido pelos operários, em sua maioria anarquistas da CNT, os ateneus libertários aglutinavam trabalhadores, jovens e crianças, proporcionando atividades de entretenimento político e sendo muitas vezes o único espaço onde um trabalhador podia aprender a ler.

Para Remédios, a sua partida de Barcelona decorreu dos bombardeios por ocasião do golpe de Estado protagonizado pelos generais. Recorda a depoente:

Começaram a bombardear Barcelona, os meus pais nos levaram, aos meus irmãos e a mim, para o interior. Nos levaram para a Província de Huesca, mas já estava a [linha de] frente. Inclusive o lugar onde nós fomos, Siétamo, tinha sido muito bombardeado, porque tinha havido muita batalha. Foram demolindo tudo. (...) Nós chegamos, imagina, fomos atrás de segurança e fomos bem perto da guerra! É que

quando a gente foi para lá as linhas de frente não estavam bem estabelecidas, e além do mais eram móveis, então... [Era uma cidade] que já tinha sido fascista. Então, primeiro foi republicana e aí vieram os fascistas com toda força e arrasaram com tudo, e depois veio o Exército republicano e despejaram de novo pra trás.

Siétamo marcava uma linha divisória que, quando foi ultrapassada pelos franquistas, abriu caminho para entrada na Catalunha. Mas, enquanto Remédios esteve nesta cidade, ela era republicana e possuía um hospital para atender aos milicianos feridos na frente de Aragón.

O jornalista e escritor George Orwell, que lutava neste local em uma milícia do POUM, registrou impressões sobre esta cidade:

[Siétamo] fora disputada três vezes até que os anarquistas finalmente a conquistaram em outubro [1936], e partes da cidade foram reduzidas a escombros pelo fogo de artilharia, enquanto a maioria das casas exibia marcas de bala de fuzil. [Seus hospitais] eram barracões de madeira, construídos às pressas, onde os feridos ficavam, via de regra, apenas algumas horas antes de serem mandados [para outras cidades] (ORWELL, 1986, p. 17, 196, 197).

Remédios ficou em Siétamo durante quase todo o conflito, somente voltando a Barcelona no final de 1939. Tendo sempre vivido sob influência anarquista e sob os modos familiares e sociais que ele engendra, possui até hoje a lembrança da convivência e da sociabilidade durante a guerra:

Lá éramos os *Rojos* que mandavam! Era muito interessante porque não havia nada organizado. Então os próprios soldados republicanos davam aulas para as crianças, porque não tinha mestres, não tinha nada. Mas alguns soldados eram mestres, que vinham lá da Catalunha. Então eles nos davam aulas muitas vezes nas linhas. (...) Eles nos levavam para as linhas e era muito interessante, e aí nos ensinavam educação física, a fazer ginástica, até matemática, o que tivesse que ser. Mas então tínhamos que estar com uns pedacinhos de madeira, porque tinha disso nas linhas, para quando passassem os aviões pôr na boca, mastigar, para não machucar. Mas nada era trágico para nós, éramos crianças. (...) Quando os aviões vinham vindo, que não era muito longe, então, “agora todo mundo, corpo-terra”, aí nos jogávamos na terra, ficávamos olhando e tal. (...) Éramos uma família, porque aí não havia muitos homens. Uns tinham ido do lado dos fascistas, os proprietários e os grandes. E outros tinham ido para a guerra. Então também era [uma cidade] mulheres e crianças. Porque aí as mulheres - como se ganhava a vida? -, tinham que ganhar, porque não dava para plantar campos, estava tudo ameaçado da metralha. Então lavava a roupa dos soldados, que ganhavam o seu soldo. Faziam comida, porque a comida dos acampamentos deles não era muito boa. Então eles saíam, como tinham dinheiro, saíam à compra de ovos, de galinhas, de coelhos...

Os contrastes entre as regiões evidenciam como as especificidades econômico-sociais e políticas influenciaram na perspectiva de cada um dos depoentes. O militar Remígio se prende a fatos do movimento da Guerra e à identificação do “inimigo interno”, mesmo

porque a Galícia esteve afastada de tal movimentação, tendo visto, quando muito, as tropas franquistas desfilando nas cidades. Já Emílio recorda de momentos de violência traumática da qual seu pai também foi vítima.

Por sua vez, Remédios concentra-se na influência que o meio urbano-operário e anarquista teve em sua vida, destacando a organização à qual sua família sempre esteve em contato. Seu pai era filiado à CNT, diretor da Companhia de Transvias de Barcelona; sua mãe acompanhava de perto a movimentação do marido nos ateneus, nas greves e na cobertura familiar porque, como ela diz “[sem] aquela base de apoio não há sindicalista que vá pra frente”.

Sua visão retrospectiva lhe faz atentar para a “coletividade” criada em Siétamo, tendo sido este termo sempre caro aos anarquistas. Seguimos com o relato de sua vivência:

Os homens, os que estavam em idade de combater, já tinham ido para a guerra, então ficaram praticamente só os velhos, as mulheres e crianças, mas organizavam as comitativas e funcionava muito bem. (...) Então, era assim, eles trocavam os produtos que continuavam trabalhando, trigo, azeitona, por alpargatas, por roupas, por açúcar, pelas coisas que eles não tinham. Era só ir na cooperativa. Mas aquilo marcou tremendamente as pessoas. (...) Porque ninguém era especial no trabalho, cada um na medida de sua possibilidade. Os homens faziam os trabalhos mais fortes e as mulheres colhiam uvas, tudo que lá se dava, era uva, trigo, azeite, frutas. (...) Não tinha açúcar, não tinha arroz. Essas coisas que não tinham a cooperativa ia buscar, porque eles elegiam um comitê, que era o comitê de gestão. Então eles atendiam o armazém digamos, e não faltava nada naquele lugar. Eu fiquei nos secos [armazém] com eles enquanto a guerra..., então pude ver como funcionava. (...) Para mim ficou marcado por causa disso.

No relato de Maria Purificación há presente uma característica destes tempos de guerra observada nos relatos de quem a vivenciou de mais perto: porque todos eram crianças, “nada era trágico”. O cotidiano da guerra, vivenciado nas regiões onde havia conflito, possui esta dimensão em que o hábito transforma e cria novas relações com o trágico:

Lutou na frente de Teruel [pai], em um povoadinho que se chama Bessaz. Há muitos povoados por aí. (...) Então me levou a conhecer estes povoados quando ele ia levar coisas. Eu não sabia que ia levar coisas, dizia “vamos ir a Bessaz, que um professor aí é muito meu amigo, e vamos comprar cogumelos, que há muitos”. E são povoados lindos, cheios de *Pinus*, são lindos. E eu ficava com a senhora do professor e do médico e ele ia repartir as coisas que levava de propaganda, [saber] como estavam as coisas, o que fazia a Inglaterra, o que fazia isto, aquilo...

Seu pai fora Comissário de Guerra, responsável pela distribuição de informação e de propaganda na linha de frente. A guerra estática permitia aproximações e um certo convívio

com a situação, sugerindo que, por longos e seguros períodos, podia-se transitar por locais disputados no “teatro da guerra”.

No âmbito internacional, o pacto de não-intervenção feito pelas grandes potências era ignorado por Itália e Alemanha. Sem os aviões destes Países, os rebeldes espanhóis não poderiam ter atravessado as suas melhores tropas, provenientes do Marrocos, para o território espanhol. Também empresas transnacionais ignoraram o pacto, como a norte-americana Texaco, que enviara grande quantidade de petróleo para os rebeldes. Do lado soviético, o envio de armas e de tropas para os republicanos só viria no fim do primeiro ano de conflito, e sob a condição de instalarem funcionários comunistas em pontos-chave do governo (PRESTON, 2005; MEIHY, 1996).

Embora sob as alegações de Direito Internacional a República devesse ser protegida, a postura britânica e francesa inclinou-se para a salvaguarda dos investimentos que possuíam na Espanha, com ambos os governos adotando posturas de neutralidade com relação ao conflito espanhol. Ainda assim, os partidos de esquerda e de direita destes Países trataram de apoiar veladamente, com dinheiro ou com propaganda, as forças que lhes interessavam.

Por outro lado, o internacionalismo do conflito espanhol era visto como a última chance para se acabar com o fascismo no mundo. O caráter internacionalista da Guerra Civil ficou marcado pela formação das Brigadas Internacionais, regimentos formados por cidadãos de diversas nacionalidades, e que foram dissolvidos antes do término da Guerra Civil. Destes brigadistas internacionais, muitos não puderam voltar a seus países e participaram, na França, da luta contra o nazismo. No caso dos brasileiros, muitos comunistas corriam o risco de prisão se voltassem ao País, devido ao governo de Getúlio Vargas (ALMEIDA, 1999).

Em maio de 1937, estando o governo central sob poder dos comunistas, as disputas internas causaram em Barcelona uma Guerra Civil dentro da Guerra Civil. Após uma ordem para o recolhimento de armas da população, visando claramente desarmar os anarquistas, o PSUC²⁸ e a Guarda Civil ocupam prédios públicos e tentam retirar da CNT o poder sobre o Centro Telefônico da cidade.

Nestes dias de conflito, Remédios recorda o que sua mãe contava:

Os comunistas caçavam os anarquistas, então ele [pai] ia para o trabalho com um fuzil. Os comunistas tinham ódio mortal dos anarquistas. (...) Estavam todos sitiados para morrer. Naquela época eu não estava em Barcelona, quando isso aconteceu eu estava em Aragão. Logo depois minha mãe me contou tudo. Então era muito difícil.

²⁸ Partido Socialista Unificado da Catalunha ou Partido Socialista da Catalunha. Formado no início da Guerra Civil por diversos partidos marxistas, incluindo o Partido Comunista da Catalunha.

O madrilenho Félix Garces, nascido em 1921, filiara-se à CNT pelo descontentamento com a postura comunista na Guerra Civil:

Eu comecei na resistência com o partido comunista, irregular, porque não existia oficialmente. E saí porque não queria mais estar com eles. Porque havia um companheiro que havia sido preso e tínhamos condições de entrar na Direção Final de Seguridade e salvá-lo, porque senão iam condená-lo a morte. Então o partido decidiu que não, era melhor ter um morto que isso serviria de base para incentivar a..., e então eu disse “não, não, aí não, isso vai contra o que penso. Se somos todos companheiros temos que mirar contra o Franco”. E eu saí, e então eu entrei pra CNT. E continuei como anarquista. Passei a França como anarquista. Mas não tínhamos célula, tínhamos uma célula mas com muito cuidado. Tanto é assim que, ao final, a polícia soube e tivemos que sair.

Cabe referir agora que a ofensiva final das tropas franquistas nos territórios acabou por tomar as duas últimas cidades grandes, Barcelona e Madri. Remédios tem viva em sua memória a fuga de Siétamo, imediatamente anterior à chegada das tropas rebeldes em Barcelona. Também Elena recorda a fuga do pai em direção aos Pirineus:

Remédios: Quando a gente ia indo embora de Siétamo, nós misturados com os soldados, caminhando pelos campos, fugindo, os aviões, infelizes, eles nos metralhavam, e a gente parecia, (...) ovelhas, correndo, se escondendo, se atirando... (...) E aí fomos, minha tia, minhas primas e eu, correndo por aqueles campos até chegarmos a Torres de Montes, ali dava pra ficar em segurança. Porque havia outra coisa: quem vinha na frente eram os mouros, e os mouros traziam uma história que todo mundo tinha terror, porque matavam as pessoas, roubavam.

Elena: Eu estava com sete anos quando ele [pai] foi embora. Ele nos deixou na casa da minha avó materna e ele ficou de vir nos buscar, a mãe e nós dois. Mas ele..., não deu. Porque ele na estrada estava..., muitas pessoas carregando sacolas e sacos de roupa e ele estava com um caminhão e começaram a subir todos, e foi deixando eles na fronteira. Fez duas viagens assim. Na terceira que vinha nos buscar, segundo ele me contou, vinha correndo nos buscar, não deu mais. Gritavam pra ele “onde tu vai? Já está, o Franco já entrou, vai ligeiro!”. E aí nos deixou lá.

Mari Carmen Aladrén, aragonesa, nascida em 1947, quando cresceu e adquiriu idade para entender os motivos da emigração, soube de assassinatos ocorridos em sua família, republicana. Um dos tios foi fuzilado porque, sendo prefeito do *pueblo*, dava prosseguimento a um projeto que desviaria o curso de água de um rio para beneficiar um número maior de camponeses:

Os ricos, que tinham mais hectares que os camponeses, ou médios camponeses, e que não iam pra lá, só tinham uma baita de uma casa - e depois as terras estavam lá e muitas vezes nem eram cultivadas -, e [o projeto] ia pegar nas terras deles. E o tio da minha mãe estava envolvido nisso, neste projeto. E o meu tio estava em outra cidadezinha, e aí disseram “fala pra o tio que não venha pra cá, que fique ainda lá,

diz que ele não venha”. E nesses dois, três dias, depois de terem avisado que a guerra tinha acabado, ele não prestou atenção. Ele achava que não iam pegá-lo. (...) Tinha a questão da vingança desses riquíssimos, esses ricos que queriam se vingar nele por ele estar com este projeto. E se ele ficasse ali, claro que ele não ia mais ficar, se ele era republicano, ele não ia mais ficar como prefeito. Mas eles eram tão vingativos! Tem esse aspecto, a vingança é um pouco uma característica dos espanhóis daquela época, do antigo espanhol. Eles se vingavam. E aí quiseram matá-lo mesmo. Porque ele com mais alguns que vinham de volta, pra ir pra casa, pra se encontrar com as famílias, no caminho pegaram eles e mataram numa vala. E deixaram os corpos ali, que depois as famílias foram buscar.

Mais do que nunca, o estabelecimento da ditadura franquista ao final da Guerra marca, para muitos, a impossibilidade da vida na Espanha:

Emílio de La Puerta: O povo espanhol sofreu muita necessidade, muita miséria. A França abriu a fronteira dos Pirineus para os espanhóis entrarem. Entraram milhares de espanhóis. E as mulheres ficaram em grande quantidade. Porque na Espanha ficaram as mulheres, os velhos e as crianças. A flor da vida, a juventude, aquele que tinha 16 ou 17 anos pra cima já estava... Foi uma convulsão muito grande, é difícil para contar isso, muitas vezes sentes um nó na garganta. Nem sempre uma pessoa pode compreender o que passou naquela época. A época para nós, a temos aqui, foi uma desgraça que... Minha mãe já não existe, uma mulher que teve que criar os filhos pequenos, necessitados. Não para ter o prazer de ter filhos. Ter filhos era um calvário.

Remédios: eu voltei para casa e quando eu cheguei lá na minha rua, na minha casa e todos os meus amigos e tudo... Mas de pais não tinha ninguém. Só tinha mulheres e filhos. Os pais tinham fugido. Era um bairro operário. Todo mundo envolvido, todo mundo filiado aos sindicatos. (...) Meu pai depois de [19]39 nunca mais voltou para casa.

1.3 A ditadura franquista

*Yo quiero no olvidar todo lo que hoy sé.
Que otros hagan la Historia y cuenten lo que quieran,
lo que yo quiero es no olvidar,
y como nuestra capacidad de olvido lo digiere todo,
lo tritura todo,
lo que hoy sé quiero sujetarlo en este papel²⁹.*

Victoria Kent³⁰

²⁹ *Quero não esquecer tudo que hoje sei. / Que outros façam a História e contem o que quiserem; / o que eu quero é não esquecer, / e como nossa capacidade de esquecimento digere tudo, / tritura tudo, / o que hoje sei é que quero sujeitá-la neste papel.* (Tradução do Autor).

³⁰ Victoria Kent foi deputada da Câmara espanhola eleita pelo Partido Radical Socialista na década de 1930. Refugiada em Paris após a vitória franquista de 1939, detalha a vida dos exilados nos campos de concentração em Paris em uma autobiografia, *Cuatro años de mi vida*, lançada pela Editorial Bruguera de Barcelona, em outubro de 1978.

Por quase quatro décadas (1939 a 1975), o regime franquista ditou completamente os rumos da Economia, da Sociedade e da Cultura espanhola. Sua característica principal fora sua capacidade de transformação à medida que as conjunturas interna e externa assim o exigiam.

Conforme Moradiellos (2000), como *ditadura militar*, o regime se caracteriza logo ao início da Guerra. A intervenção militar era vista como necessária uma vez que os problemas sociopolíticos que, segundo os militares, destruíam o País, exigiam um regime de força para resolver tal situação fora das instituições democráticas. O período de violência que seguiu à sublevação militar, em que era necessário “esmagar” rapidamente o adversário para acabar com qualquer possibilidade de nova organização opositora, demonstra isso.

A partir disso, a conceituação como *regime autoritário* cumpriria os requisitos definidores desta categoria política: a aliança entre forças políticas afins; sem ideologia definida, possui mentalidade peculiar; a apatia, a desmobilização e o conformismo passivo da população são buscados a partir da aplicação de normas rígidas de controle social; o partido único divide o poder com o Exército e a Igreja; o ditador possui limites de poder formalmente mal definidos (MORADIELLOS, 2000).

Desta maneira, desde 1936 se configurou o *franquismo*, regime de caráter nacionalista, centralista e anti-separatista; antiliberal e antidemocrático; hostil a outras formas políticas (comunismo, anarquismo, socialismo, e a outras tendências de esquerda); possuidor de fé católica ortodoxa; rígido conservadorismo social, tradicionalista e reacionário.

Não por acaso, definia-se o seu líder, Franco, como *Caudillo de España por la gracia de Dios*³¹, sendo caudilho aquele que tem força militar própria e que exerce o poder não pela razão ou pela tradição, mas sim pelo carisma de seu dirigente, identificado com o destino de seu povo “ante Deus e ante a História” (MORADIELLOS, 2000).

Cabe frisar que os três pilares do Estado - Exército, Igreja e partido único (FE/JONS) - tiveram funções delimitadas. Segundo Moradiellos (2000, p. 234), ao Exército coube o direito de intervenção e de proteção da Espanha contra aqueles que haviam sido derrotados na Guerra Civil. À Igreja coube a força propagandista e o apoio católico beligerante contra *los rojos*, enquanto que ao partido único coube enquadrar e controlar a sociedade através de órgãos que dirigia, além da formação de quadros confiáveis para o serviço público, o que resultou em uma intensa *depuración administrativa*³².

³¹ *Caudilho da Espanha pela Graça de Deus* (Tradução do Autor).

³² *Depuração administrativa* (Tradução do Autor).

Juntamente a estes três poderes, estavam as “famílias”, grupos de direita aos quais Franco reservara minimamente alguns cargos, mais ou menos importantes, dependendo do contexto. Compunham estas “famílias” os tradicionalistas carlistas, monarquistas, falangistas e católicos.

Para Aróstegui (2000, p. 82), a essência do franquismo consistia na “articulação sobre o corpo social-político do país de um sistema de opressão e pseudojuridicidade”, sustentado por instituições e por antigos setores, profundamente arraigados na sociedade espanhola.

Visto que os depoentes desta pesquisa deixam a Espanha nas décadas de 1940 e 1950, quando partem para o exílio francês, ou quando rumam diretamente para o Brasil, interessa, neste momento, o Estado franquista da fase nacional-sindicalista (1939 até 1945) e da fase nacional-católica (1945 até 1959), conforme divisão proposta por Moradiellos (2000).

Assim, ao iniciar a Segunda Guerra Mundial, a Espanha franquista posiciona-se ideologicamente ao lado do Eixo e ambiciona retornar ao seu passado imperial. No entanto, esse desejo esbarrava em suas péssimas condições econômicas e nas suas exauridas forças militares.

A efetiva participação espanhola no conflito deu-se entre os anos de 1941 e 1944, com o envio da Divisão Azul³³ ao *front* oriental, quando a Alemanha atacava a União Soviética. O envio de 47 mil homens, assim como as condições de alistamento e de batalha, sempre foram controversos e mantidos em sigilo pelo governo.

O alistamento do pai de Maria Jesus Centeno Neves, nascida em 1945 na cidade de León, seguramente não era para expurgar alguma “culpa” republicana. Sendo militar franquista, foi voluntário ou convocado para o preenchimento dessas vagas. O fato de ter participado da Segunda Guerra será uma preocupação quando da imigração da família para Porto Alegre, já que seu pai, segundo Maria Jesus, “era nazista, não se pode negar”:

³³ O Ministério do Exército deu a esta unidade o nome oficial de “Divisão Espanhola de Voluntários”; no entanto, com organização a cabo das FE/JONS, o nome comum será “Divisão Azul” posto que esta é a cor do uniforme falangista. Segundo Jiménez (2007), a documentação oficial tornada pública, evidencia que menos de um terço dos “voluntários” foram civis. Quando, nas cidades de alistamento, o número de civis não era preenchido, o Exército completava as vagas. A constante decaída do número de civis indicava que a situação no *front*, escondida pelos oficiais de guerra, chegava até Espanha através de cartas e dos feridos de guerra regressados; além disso, seus comentários acerca dos mortos, feridos e mutilados, além das condições climáticas severas e da forte resistência soviética, produziam a diminuição de alistamento nesta divisão. Ainda, o autor referido salienta o alistamento forçado de civis, principalmente dos “vencidos” da Guerra Civil: ex-combatentes republicanos, que entre ir para os campos de concentração espanhóis ou servir no Marrocos, “escolhiam” ir para o *front* russo e talvez passar para o “outro lado”; filhos de presos políticos, provavelmente desempregados, ou empregados como mão-de-obra forçada em empresas estatais ou privadas, e que se alistavam em troca da diminuição da pena de familiares ou para “limpar” o expediente familiar e passar a ser “digno de ser contratado naquela Espanha de miséria e medo” (JÍMENEZ, 2007, p. 324).

Quando terminou a Guerra Mundial o meu pai tinha servido, ele foi voluntário [na] Divisão Azul. Ele foi servir porque Franco naquela época requisitou espanhóis pra lutarem do lado da Alemanha. Porque pelo que eu sei, a História conta também, a Alemanha naquela época ajudou a Espanha na Guerra Civil. Então acho que foi uma coisa de Franco com eles. E então o espanhol que quisesse ser voluntário pra lutar do lado dos alemães, ele foi um deles. Foi lutar. Esteve na Rússia, na Estônia, Letônia, Ucrânia. Pelo menos ele contava. E depois na volta disso aí foi que ele conheceu a minha mãe e casaram.

Ainda neste período de Guerra Mundial, Remígio servia à Legião Estrangeira no Marrocos, como caminhoneiro, e possui um relato interessante: em 1944, um grupo de guerrilheiros comunistas que combatia ao lado dos Maquís na França, entra pelo vale de Arán, em Lérida, tentando estender a luta até a Espanha. Seu entendimento da situação e a desilusão de não ter participado do combate, facilmente desarticulado pelas forças franquistas, são reveladores:

Fiquei a serviço da Legião de Estrangeiros. Neste meio tempo todos os comunistas que tinham fugido pela França, os Estados Unidos pegou eles, pagou e pôs eles (...) pra lutar contra os alemães que dominavam o norte da África. Então os americanos e ingleses pagaram aquela gente toda, comunistas treinados e pegaram tudo aquilo pra lutar. Os alemães perderam, um fiasco. (...) Em de Ceuta, é a parte mais estreita, botaram uma base de caminhão. Era pra movimentar a Legião. E os caras entraram pela fronteira da França [já ao final da Segunda Guerra Mundial], entraram por aqui, por Andorra, pra invadir novamente e mudar o governo da Espanha a favor deles. Aqueles que tinham fugido. Mas o Franco tinha fortificado tudo isto e foi um..., mas pouco sobrou, matamos quase todos. Então chegaram, nós preparados, navios, a Legião com três mil homens. E eles contentes. Tínhamos um monte de caminhões, cento e tantos caminhões aqui pra levar os primeiros legionários diretamente. Mas não precisou. Quando falaram que não precisava tinha legionário que chorava, “*puta, que mala suerte!*”. (...) Eles não conseguiram a intentona e ao cabo de três anos me licenciaram e voltei pra Galícia.

Após a Segunda Guerra Mundial, a situação econômica espanhola apresentava reservas internas mínimas, com pouca circulação de mercadorias; ao invés de abertura econômica, o regime optara pela intervenção estatal na Economia, objetivando a auto-suficiência ao ser o seu próprio financiador, o que resultou em quase nenhum gasto social e terminou por isolar ainda mais a Espanha do exterior. A produção agrária também declinou dramaticamente. Tal política econômica causou a implantação da cartela de racionamento de alimentos, de tabaco e de gasolina, e o aparecimento de um grande mercado negro de preços elevados.

Maria Jesus Centeno Neves tinha pouca idade para se lembrar do que acontecia nesses tempos franquistas. Contudo, as histórias contadas por seus pais causaram-lhe profundas impressões:

Porque naquela época, quando Franco assumiu, Espanha estava arrasada com a Guerra Civil. Espanha ficou sem nada, absolutamente sem nada, ficou no chão, isso é verdade, ficou arrasada. (...) E naquela época era tudo medido. A gente ganhava, eles ganhavam pouquíssimo e não se podia sair daquilo. Era tudo racionado. Era tudo contado. Eles iam nas casas e contavam tudo, até a farinha, o açúcar, tudo que a pessoa tinha. Mas como a imigração estava aberta e ele [Franco] fazia questão que também saíssem para poder, com os espanhóis que ficassem lá, ter melhores condições e também trabalhassem, foi um dos motivos [da saída].

A inflação no que diz respeito ao período anterior ao golpe militar subira 90%, enquanto que os salários não aumentaram 40%. Segundo Moradiellos (2000), do total da população espanhola, 80% de assalariados e empregados de todas as categorias tiveram ampla diminuição no seu nível de vida, enquanto que os outros 20%, formado por empresários, proprietários agrícolas, industriais e financistas não foram influenciados pela crise.

O referido autor cita um informe de 1942 do Conselho Superior de Câmaras Oficiais do Comércio e da Indústria, que informava que o custo de vida havia subido 300%. Esse quadro econômico manifestava-se nos níveis de vida da população. Fora a marca desse período a fome, a desnutrição crônica (o pão “negro e duro” foi fixado até 1945 em 150 gramas diárias), o aumento das doenças, as graves privações de vestimenta, os péssimos meios de transporte e de moradia, a falta de condições sanitárias e de educação (MORADIELLOS, 2000, p. 88).

Por seu turno, a Igreja teve restabelecidos os seus plenos poderes ao lado do Estado, com uma série de leis em seu benefício: lei de restabelecimento do pressuposto de culto e clero; lei de restabelecimento do corpo de capelães militares; decreto de reconstrução de igrejas a cargo do Estado. Uma lei de dezembro de 1936 ordenava a destruição de livros de matiz socialista ou comunista que se encontrassem nas bibliotecas das escolas, deixando somente aquelas obras com caráter religioso. No mesmo sentido, o “catolicismo militante” fez, até 1938, um expediente depurativo, demitindo quase 52 mil professores, sendo 1.339 do Secundário e 1.101 de Universidades (MORADIELLOS, 2000, p. 51).

Já o poder dado à Falange consistia no controle das manifestações sociais, seja com o expurgo do serviço público, seja na formação estudantil extra-classe. Era exercido por quatro órgãos criados logo no início da ditadura: a Frente de Juventudes, o Sistema Espanhol Universitário (SEU), a Seção Feminina da FET e a Organização Sindical Espanhola (OSE).

Segundo Moradiellos (2000), a Frente de Juventudes e o Sistema Espanhol Universitário (SEU) agiam conjuntamente no enquadramento de crianças e de jovens no âmbito da Educação. A primeira tinha por função doutrinar, mobilizar e integrar as juventudes

espanholas por faixa de idade e por sexo³⁴. Já o SEU, era responsável pela sindicalização obrigatória de todos os estudantes das Universidades espanholas e também assegurou o predomínio da cultura católica no ensino oficial, além de garantir o livre ensino nas escolas religiosas privadas³⁵.

Este quadro demonstra o reforço da identidade nacional-católica que, através da releitura de episódios históricos grandiosos, ganhou plena força com o poder delegado à Igreja em coordenar a Educação. Para Castro e Blanco (2007), a criação de uma vontade ou de um caráter coletivo passa justamente pela criação de uma memória coletiva que impulsiona, orienta e dá sentido ao conjunto social. E, na esteira do projeto nacionalista de caráter fascista do franquismo, ter a Igreja como orientadora pedagógica representava o sucesso da criação de uma mentalidade aos moldes do projeto franquista.

À Seção Feminina da FET coube a formação de mulheres católicas e nacional-sindicalistas através da Educação Profissional. A partir de maio de 1940, toda mulher entre 17 e 35 anos era obrigada a prestar um Serviço Social de seis meses de duração. Este programa chegou a abranger 90% das mulheres espanholas e era exigido para a obtenção de emprego ou para o acesso à Universidade (MORADIELLOS, 2000, p. 78).

A última ferramenta de poder fascista no governo franquista era a Organização Sindical Espanhola (OSE), responsável pelo controle, vigilância e enquadramento da classe operária.

Do lado dos vencidos, a nova Historiografia espanhola comprova que o período inicial da ditadura foi de extrema miséria, fome e silêncio. Conforme Moradiellos (2000, p. 81), em 1940, a Espanha contava com uma população de 25,87 milhões de pessoas, das quais ao menos a metade era potencialmente contrária ao regime dos vencedores. A sangria demográfica da Guerra representava cerca de 300 mil mortos, 300 mil exilados permanentes e cerca de 240 mil presos políticos.

De maneiras distintas, os efeitos do Pós-Guerra geraram traumas maiores na medida de sua proximidade aos eventos. Sentir a Guerra em Barcelona ou em Madri era diferente do que estar na Galícia, ainda que possam ter havido, e houve conflitos, mas em menor escala.

³⁴ Em 1941 havia enquadrado 12,9% do total de jovens homens, e 7,6% de jovens mulheres. Mais tarde chegaria a ter mais de um milhão e meio de “mobilizados” (MORADIELLOS, 2000, p. 75).

³⁵ 73% dos estudantes de ensino primário estudavam em escolas estatais, contra 14% de escolas religiosas e 12% em escolas seculares. No Ensino Médio 60% dos estudantes estavam em colégios da Igreja, 11% em instituições estatais e 29% em outros colégios privados (MORADIELLOS, 2000, p. 77).

Das famílias que tiveram os seus homens exilados na França, a sobrevivência econômica foi dificultada por uma série de preconceitos expostos na sociedade. Desde a dificuldade de se conseguir um emprego por ter sido “vermelho”, até a conseqüente necessidade de se submeter a trabalhos sem regulamentação ou de se realizar serviços forçados em obras públicas, como forma de expurgar a “culpa republicana”, quiçá a debilidade econômica teve outro sentido.

A família de Maria Purificación sentiu a repressão aos “vencidos”:

O terrível foi quando terminou a Guerra. Todos os homens que não eram de direita foram para a prisão! Meteram eles na praça de touros de Valência e os assassinaram. Alguns, como meu pai, foram ao consulado de Venezuela. Ficou ali três ou quatro dias. Mas quando saiu o pegaram e foi para a prisão. (...) E logo em várias vezes, porque se meteu em política, o pegaram. Pois, estive até sete anos [preso], perdeu o emprego. Minha mãe, não a deixaram trabalhar. Tivemos que vender, o primeiro que saiu de minha casa foi o piano. E logo os quadros. Meu pai adorava pintura, ele tinha muito bons quadros. Até que eu comecei a trabalhar na Telefônica e fui subindo posições, e minha mãe cozinhava e bordava. E assim fomos andando.

De outra parte, a emigração econômica também possui algo de exílio, uma vez que é por aquele regime ditatorial que se emigra. As difíceis perspectivas de vida, econômica ou social, resultaram no abandono, sempre temporário, da Espanha.

São estes casos, estas vidas, desenraizamentos e deslocamentos, que se acompanha a seguir.

1.3.1 A emigração econômica

Cabe destacar que as condições econômicas da Espanha fizeram-na estar com índices de desenvolvimento abaixo dos países latino-americanos nas décadas de 1940 e 1950 (MORADIELLOS, 2000, p. 114). A penúria alimentar e laboral, educativa e material, estavam presentes tanto no campo como nas grandes cidades do norte.

Nesta pesquisa, esta emigração se caracteriza como refúgio econômico buscado ante a penúria da vida nas regiões relatadas ou, ainda, por oferta de trabalho em outro país. O deslocamento por motivo econômico parece mais fácil de se realizar, tanto a saída quanto o retorno, do que com relação àqueles que através do engajamento político tiveram de abandonar o seu país. A relação afetiva pareceu ser distinta.

Há também casos de emigrantes cuja saída tardia de Espanha não conteve origem política, porque não envolveu ações políticas, nem tampouco a motivação era de ordem puramente econômica. A saída dava-se por ambos os vieses, caracterizando-se como refúgio

político por seu caráter de inconformidade com o sistema vigente e, ao mesmo tempo, como emigração econômica.

Na Galícia, os povoados rurais mal interligados, distantes das grandes cidades e com precárias estruturas escolares, fizeram com que muitos espanhóis dali emigrassem desde a metade o século XVIII, caracterizando-se como uma região que perfaz uma emigração econômica clássica, na busca por melhores condições de vida (GÁLVEZ, 2003; MAUAD; GOMES, 2006).

Entre os colaboradores da pesquisa advindos desta região, Emílio Rozado, nascido em Becerreá, em 1948, relata os motivos da trajetória da família:

Meu pai era pedreiro, foi pedreiro a vida inteira, modo de dizer, não?! (...) Meus pais emigraram da Espanha, foi em 1957. Papai, na verdade, veio em 1956, nós viemos em 1957. Foi uma emigração econômica. Ou seja, emigrou porque lá não estava bem economicamente, ele queria progredir, queira fazer alguma coisa diferente, queria encaminhar também, uma coisa que meus pais sempre tiveram, encaminhar os filhos para um curso superior, um estudo.

A experiência da pobreza fica latente no depoimento de Emílio Rozado. Posteriormente, já em Porto Alegre, a família viverá no “galpão de obra” da construção onde o pai empregara-se. De igual forma, “encaminhar os filhos” à educação, isso ressalta uma característica da região galega de oferecer pouco acesso aos estudos.

Leonisa e Remígio possuem relato semelhante quanto aos motivos da emigração. Ainda que o relato de Leonisa tenha paralelos com o de Emílio Rozado, no tocante à expectativa de nova vida e à emigração familiar, Remígio sempre esteve, desde os 18 anos, a percorrer a Espanha como militar ou como caminhoneiro:

Leonisa: Porque ali o futuro ia ser sempre aquela coisinha: trabalhar a terra, levar o leite pra vender, o pai fazendo aquelas coisas. Não tinha estudo nem nada, porque não havia como.

Remígio: [Na Galícia, depois da Guerra] trabalhei numa estrada de ferro, que nós chamamos de *ferrocarril*, M.Z.O.V, que é Madri, Zamora, Ourense, Vigo, M.Z.O.V. (...) Trabalhei nas montanhas, muito, fazendo túneis. Mas eu com caminhão, levando as coisas. (...) E daí terminou o serviço de trem e... Bom, terminou o serviço, só tem serviço em Madri ou Barcelona, “onde paga mais? Barcelona”, “vou pra lá então”. (...) Fiquei mais três anos ali [em Solsona], trabalhando. (...) Falei “aqui não muda!”. Anos e anos, seis anos, sempre esperando um salário.

Emílio Rozado e Leonisa possuem um ano de diferença de idade e saem da Espanha no final da década de 1950, ainda crianças, acompanhando as suas famílias. Remígio, com bem mais idade, resume a situação de sua geração:

Eu vim pra ver se aqui eu ganhava um dinheiro e conseguia alguma coisa. Lá estava passando a minha vida e eu não conseguia nada, nada! Na Espanha não se conseguia nada naquela época.

Já Evaristo Iglesias, nascido em 1942 na capital de Pontevedra, Vigo, importante cidade portuária, representa uma emigração profissional, de oferta de emprego a seu pai, uma vez que sua família possuía melhores condições de vida e não necessitava emigrar:

Meu avô [materno] era construtor naval, tinha estaleiro, era bem de vida por causa disso. A família do meu pai era mais simples. (...) Esse estaleiro era em Bolsas que é um bairro de Vigo. A família do pai era de Coia, mais afastado, mais alto. Ele foi muito dedicado a esportes. Ele fazia remo, fazia boxe, e principalmente futebol. Mas sabia que era uma coisa que não tinha futuro, e ele estava ao mesmo tempo estudando arte. Aprendeu uma profissão que era fluorografia.

Da região galega, excetuando-se Evaristo, natural de uma capital desenvolvida, os outros colaboradores apresentam características típicas da zona rural, como a pobreza, as famílias numerosas, a falta de escolaridade ou de acesso a níveis escolares superiores. As suas perspectivas de vida eram limitadas por uma condição econômica precária, em uma região historicamente pobre. A crise espanhola da qual o País sairia somente na década de 1960 aprofundava a necessidade de emigração.

À semelhança de Evaristo, Maria Jesus vive em uma importante capital de província e o motivo familiar para emigrar é outro:

Na Espanha depois da Guerra ele [pai] foi ser da Guarda-Civil. E a minha mãe tinha outra condição de vida. A minha avó, mãe dela, tinha casa própria, apartamento, tinha tudo bem. O pai da mãe já era falecido, ele era Conde, naquela época. E a avó não queria o casamento deles. Mas é aquela coisa, proibiu é pior. Aí ela concordou com isso, mas desde que morassem junto com ela. E eles claro, aceitaram. Ela tinha 14 e ele 21. Foi então a época da emigração pra cá. (...) Ele queria ter uma vida melhor, não queria depender da minha avó, aquela coisa toda. Ele queria fazer a vida dele aqui. Ele veio por isso. Principalmente por isso, pra fazer dinheiro! Que era naquela época a maioria dos que vinha assim, e não através da Guerra, vinham pra tentar uma vida melhor.

Os motivos que levam a família de Mari Carmen Aladrén a emigrar coincidem diretamente com a decisão do governo franquista em buscar auto-suficiência econômica, paralisando-se as importações de produtos:

Uma das razões foi que meu pai, como ele tinha uma oficina mecânica, ele era *chapista*, ele trabalha só com a estrutura do carro, (...) Franco proibiu a importação

de qualquer tipo de peça, de qualquer coisa do exterior. E o papai dependia muito de peças pra repor nos automóveis, nos consertos que ele fazia. Bom, tudo isso era zero. Decaiu tanto o trabalho dele, os carros, as pessoas nem tinham condições de ter. Então ele viu que esse tipo de profissão estava morta³⁶.

Sua família, apesar de republicana e com dois assassinatos por motivos políticos, não possuía problemas com a polícia franquista. Além disso, sua mãe “trabalhava num bom atelier de Zaragoza” e ganhava bem, não necessitava “ir pra onde o marido fosse”:

Talvez se o papai tivesse conseguido agüentar mais uns anos, ou tivesse feito outra coisa temporariamente. Mas quem dizia, para aquelas pessoas que tinham passado por aquele tormento da Guerra Civil, que a Espanha ia poder se reconstruir em 10, 20 anos. E o pai estava em pleno vigor, com plenas forças, sua plena maturidade como trabalhador.

Seus avós possuíam terras e o período de fome pelo qual passava Espanha não lhes tocava:

No Pós-Guerra, a Espanha estava completamente exaurida, os campos todos estavam um desastre, não havia cultivo, não havia nada. Os meus avós tinham terras cultivadas. Eles plantavam. Eles não teriam necessidade de ter vindo pra cá, compreende. As terras eram boas. (...) Então os meus avós cultivavam cerejeiras, amêndoas... (...) Ao ouvirem que o Brasil era um país jovem, que tinha muitas alternativas de emprego, de negócios, os meus cunhados, os maridos das outras irmãs, acharam que também valia a pena vir. E os meus avós disseram: “nós vamos ficar aqui sozinhos? Não, queremos ir com nossos filhos”. Meu avô disse isso: “não, não, eu vou onde meus filhos estão”.

O êxodo espanhol de milhares de pessoas, mesmo em melhores condições de vida, evidencia diferentes motivos, econômicos ou políticos, de uma vida dura sob um regime ditatorial. Neste sentido, as condições se sobrepõem e a emigração econômica toma forma também de exílio político.

Emílio de La Puerta emigra em 1954, após ter servido ao Exército. A condição econômica e as trágicas lembranças da Guerra em sua cidade lhe impulsionam a partida, buscando esquecer o fuzilamento do pai e a fome pela qual passava a sua família. Com visão retrospectiva, emigrou para ter uma vida mais sã e para constituir uma família.

Tendo guardado poucas e más lembranças do período em que servira ao Exército, e não alimentando nenhuma simpatia pela Igreja, que está “sempre com o sol que mais esquenta”, identifica nestas instituições a impossibilidade de a Espanha viver em paz:

³⁶ Na década de 1950 na Espanha havia em média três veículos para cada mil habitantes, índice inferior a países como França, Portugal, Brasil, Uruguai e Venezuela, entre outros (MORADIELLOS, 2000, p. 114).

Havia também, tenho a dizer do que eu vi, não gostava, mas o quartel onde eu servi em Madri, o general era padre, o coronel era padre, o outro coronel era padre, o capitão era padre. Éramos três mil soldados naquele quartel e numa zona na parte baixa de Madri, pois havia muitos quartéis que estavam minados de soldados. E ali eu servi no ano de 1948. Servi dois anos. Foi a primeira quinta, que se diz, que serviu dois anos. Os outros serviram até seis anos. Seis anos da tua vida! O melhor da tua vida fica ali, no serviço militar. Homens revoltados também porque não viam futuro. (...) Quando era mocinho já, com 14 ou 15 anos, se tu vai [por exemplo] a Canoas, tem que passar pela Guarda-Civil, pediam salvo-conduto para ir a Canoas, “quantas horas vais estar aí, quando tu voltar tem que repassar por aqui para te liberarmos”, tudo super controlado. A comida, esta é a parte negativa do que eu vi da Espanha, e senti. A comida era toda racionada. Às famílias numerosas, no caso da minha mãe, lhe davam uma cartilha onde os comestíveis estavam marcados por quadrinhos. Então ias à loja e ademais de pagá-lo te descontavam um cupom, compreendes, e a loja com aquele cupom de alimentos, e lhe devolviam tantos litros de azeite, na padaria era igual, super controlado. Então tu chegas a uma idade e diz “isso não é vida, não é forma de viver”.

Maria Purificación é, dentre os depoentes, aquela que tardiamente chega ao Brasil. Da mesma geração que Emílio de La Puerta e de família republicana como ele, possui posição social mais elevada, moradora de uma capital e desde pequena em convívio com o círculo de intelectuais de esquerda do qual seu pai fazia parte, como professor de Universidade e presidente do comitê regional socialista. Seu marido fora capitão do Exército republicano e diretor de uma firma comercial, motivo pelo qual vivem por um período em Tânger, importante cidade comercial, centro do turismo internacional no Marrocos. Sob o seu olhar cosmopolita, as observações sobre o conservadorismo social imposto pela ditadura são curiosos:

[A repressão] Terrível. Olha, o que não estava proibido era porque não estava permitido. Era algo horrível. Era algo horrível. Por exemplo, eu me recordo quando tinha, quando namorava meu marido, um dia que me pegou na rua e me deu um beijo e me queriam levar presa. Na praia não se podia ir com *bañador*, não é biquíni, *bañador*. Tinhas que ir com uma toalha e te meter no mar e deixar a toalha ali na beira. O Arcebispo de Valência estava num sítio em Belimar que é um balneário na parte de cima, vendo as pessoas como iam vestidas. E havia guardas montados a cavalo que quando viam alguém com *bañador* corriam com o cavalo para detê-los. E então os prendiam. Lhes davam azeite de rícino, cortavam o cabelo a zero e lhe davam um purgante. Que te parece, é bonito? (...) A vida em Tânger era formidável. Porque depois de ver o que era Espanha, era horrível! Não se podia fazer nada. Tudo estava proibido, os filmes eram horrorosos. Quando levavam um filme do estrangeiro e eram amantes, diziam na tradução que eram irmãos. Claro, era uma coisa, tu não pode imaginar! O cinema que faziam era algo infantil e tonto. Eu vi alguns filmes daqueles, meu Deus! Vivíamos, Espanha ficou atrasadíssima, atrasadíssima, atrasadíssima! E então quando cheguei a Tânger, era uma libertação aquilo.

Da mesma forma, a depoente sentiu a violência quando das inúmeras prisões de seu pai e no período em que a perseguição política aos vencidos lhes fazia passar por abusos:

[Soldados franquistas] Se apresentaram com uma ordem de registro na minha casa, dizendo que havia desaparecido as jóias da Condessa de Montajal e que as estavam buscando e veriam se estava na minha casa. Na minha casa de valor não tínhamos nada, já tínhamos vendido tudo para comer. Tínhamos cadeiras, camas, mesas, mas enfim, de valor, nada. Minha mãe tinha três ou quatro coisas que tinha dado de presente ao meu pai quando se casaram, mas nada de jóias, correntes... E disse “bom, olhe o que eu tenho”. E registraram tudo, e um deles disse: “tu sabes onde estarão? Dentro dos colchões”. Sabe o que fizeram? Abriram todos os colchões da casa com uma tesoura, abriram assim e tiraram toda a lã de dentro. E depois disseram: “olha, nós nos equivocamos, verdade, era decente seu marido, não tinha nada”. E nos deixaram toda a lã dos colchões, naquela época eram de lã, e os colchões aí. E assim...

Após a Guerra do Marrocos e o fim de Tânger como cidade comercial, seu marido parte para o Brasil a convite de um cônsul brasileiro. Ela volta a Valência para trabalhar de carregadeira em uma casa de modas e para viver com a família em um ambiente de absoluta falta de liberdade cultural - a questão mais importante até então em sua vida.

Econômicos e sociais, aos motivos da emigração econômica se somariam aqueles relacionados à ação política. No caso desta pesquisa, esta emigração se refere à partida da França, local de exílio de inúmeros desterrados.

1.3.2 A etapa francesa

A França sempre foi aberta a diferentes migrações intra-europeias, aumentadas em dezenas de milhões no período entre-guerras. Segundo Groppo (2002), a sua proximidade geográfica com os países autoritários ou ditatoriais (Alemanha, Itália, Espanha, Grécia), a continuidade de seu regime democrático, somente alterado nos anos da ocupação nazista, e a atração exercida desde a sua Declaração dos Direitos do Homem a partir da Revolução de 1789, faziam daquele país um dos pólos receptores da imigração europeia até a década de 1970.

Para o referido autor, não por acaso alguns dos conceitos sobre o tema foram formulados nesse País. Assim, o termo *exílio* significa a “ausência prolongada de seu próprio país, imposto como medida punitiva pela autoridade constituída” (GROPPO, 2002, p. 71); é uma migração forçada e involuntária. Inscreve-se, e às vezes possui autonomia, dentro de outro conceito, o de refugiado, mais abrangente e que agrega outros tipos de perseguições de caráter religioso, étnico ou de classe.

Sendo emigração e imigração aspectos distintos de um mesmo fenômeno, a migração, o primeiro termo comporta “um significado mais profundo na existência e manutenção das relações com o país de origem. Consideram-se, por seus vínculos e pelo caráter de sua saída do país, sempre como emigrantes” (GROPPO, 2002, p. 71).

Assim, designa-se refugiado político tanto aquele que possui efetivo envolvimento em oposição ao regime ditatorial ou autoritário, como aquele que, mesmo sem o envolvimento político, emigra por desacordo com o regime sob o qual vive, e que geralmente lhe acarreta graves privações econômicas.

Dentre os depoentes, três catalães relatam a fuga de seus pais para a França ao fim da Guerra Civil. Narram as enormes filas de pessoas que atravessavam os Pirineus, fugindo de uma morte assegurada se ficassem na Espanha. Com maior ou com menor grau de militância antifranquista, eram filiados à CNT os pais de família que abandonavam suas casas e que davam veracidade àquela máxima: as cidades espanholas passaram a ser cidades de velhos, de mulheres e de crianças.

Com o término da Guerra Civil, Remédios retorna a Barcelona, reencontra sua mãe e seus irmãos - o pai, por sua vez, havia atravessado a fronteira. Seus relatos descrevem a vida de trabalho da mãe como faxineira em um colégio religioso, tendo que sustentar os filhos. Igualmente, à medida em que ela e seus irmãos atingiam idade para o trabalho, ajudavam no sustento da casa. A ênfase na falta de escolas, e principalmente das escolas libertárias que havia tido acesso no passado, retratam o abandono do Estado ao atendimento educacional nos bairros periféricos:

Eles [padres] precisavam de alguém que lavasse e cuidasse do edifício [da escola], então a minha tia contratou mulheres que iam trabalhar lá. A lavanderia era nas próprias escolas e lá lavavam batinas, enfim, toda a roupa. (...) Ela saía para trabalhar de manhã, e nós ficávamos. Aquela rua era uma maravilha do proletariado, porque todas as crianças brincando na rua! Mas era muito difícil para as mulheres, foram verdadeiras heroínas. (...) Na nossa rua não tinha uma escola oficial, havia muito poucas escolas, muito poucas. Digamos, estaduais, municipais. (...) Tinha para aqueles..., na linha boa não tinha nenhum colégio. (...) Porque o colégio que havia antes da Guerra era o colégio organizado pelos sindicalistas. Então era assim, quem não trabalhava ficava na rua brincando, até que tinha idade pra trabalhar. Porque era muito difícil que alguém conseguisse vaga no colégio que havia, digamos na comarca, naquela região que tínhamos direito, mas não havia lugar, então não havia colégio.

Seu irmão mais velho era pintor de casas, enquanto que o mais novo, não tendo idade mínima para trabalhar, colhia e vendia lenha que juntava nos arredores de Barcelona, até que

atingiu a idade para o trabalho e tornou-se ebanista. Da mesma forma, Remédios empregara-se com 14 anos em uma empresa. Todos deveriam trabalhar devido às dificuldades que atravessavam:

Minha mãe trabalhou duramente, duramente. Ela saía de casa às cinco da manhã porque tinha que estar às 6 da manhã, e voltava depois de noite, às vezes às dez da noite. Era um trabalho duro. E os meus irmãos e eu, funcionava assim, como minha mãe não estava todo o dia em casa, os meus irmãos levavam a comida e comiam lá no próprio lugar [de trabalho], e eu como trabalhava mais perto de casa ia comer em casa, eu sozinha, e o cachorro que a gente tinha. E de noite o primeiro que chegava começava a fazer a comida. Foi assim durante muito tempo. Até que minha mãe, como a gente já ganhava um salário, pôde deixar de trabalhar tanto, só reservou duas ou três manhãs, porque já dava pra ir vivendo, e aí era uma felicidade, a gente chegava de noite e tinha janta, tinha tudo arrumado.

Outra depoente inserida neste grupo, Maria Lázaro é basca de San Sebastián, nascida em 1941. Filha de um capitão do Exército republicano, teve “uns tios fuzilados pelos franquistas”. Conta que sua família passa para a França tão logo os rebeldes ganham a Guerra Civil e, devido à conquista alemã da França, abortam uma viagem já pronta para o México. Os homens, dentre os quais muitos espanhóis, estavam sendo recrutados pela Alemanha para fazerem trabalhos neste país ou mesmo na França.

Dessa maneira, uma parte da família regressa à Espanha, visto não terem problemas com a polícia:

Minha mãe na Espanha [após regressar da França], depois que eu nasci, ela trabalhava, mas por implicações políticas não permitiam que ela desse aulas. Então ela trabalhava de operária numa marmoraria, no polimento do mármore. Agora é em máquinas, mas naquela época era à mão, que ela ficava sem unhas. E de noite ela dava aulas particulares, clandestinamente. Mas tudo isso pra ajudar no sustento. Era uma época muito difícil da Espanha, porque havia racionamento, faltava muita comida e tudo. (...) O bom é que a família da minha mãe era uma família abastada; gente do interior que vivia em chácaras, *cacerías* que se chama lá, e ela nos fins de semana ia visitar um tio aqui, outro tio lá e sempre voltava com alimentos que não se conseguia: ovos, feijão, lentilha, enfim, com isso nós fomos vivendo, agüentando. E em 1945, quando ficou liberada a França, meu pai disse: “olha, vocês vêm, estou trabalhando, não tem problema”. Mas a Espanha não nos dava licença pra sair. Só numa ocasião permitiram que a minha mãe com os dois filhos atravessasse a fronteira, em Daia, para só um dia. Passar o dia e voltar. E para minha avó, que era a mãe do meu pai, eles não permitiram. Ou seja, a minha avó nunca pôde voltar a ver o filho dela, porque posteriormente ela faleceu. Então, nessa ocasião eu conheci meu pai, digamos, de relance, porque eles estiveram juntos. (...) E depois então voltamos pra Espanha e batalhamos pra ter a licença e finalmente deram, eu tenho o passaporte da minha mãe, diz: “autorizada a sair, mas não tem direito a voltar”.

Estes relatos elucidam algumas das características da ditadura franquista vistos anteriormente: a questão da Educação com ênfase no ensino da religião católica

proporcionava um estranhamento àqueles que sempre viveram sob o signo de uma Educação libertária; igualmente, fazia-se pagar pela “destruição” da Espanha com perseguição àqueles que haviam sido republicanos, quando a simples desconfiança lhes impunha o subemprego ou, como no caso da mãe de Maria Lázaro, obrigava-se a dar aulas escondida à noite, uma vez que não possuía permissão para lecionar.

Elena Rico e seu irmão também experimentaram a Educação da época, em internatos que separavam meninos e meninas. Sua mãe passa a sustentar sozinha a família, trabalhando em uma fábrica de tecidos e deve batizar os filhos para que entrem em uma escola. Batizá-los significava trocar os nomes que os pais “de idéias” haviam posto: seu irmão se chamava Germinal e passa a chamar-se Pascoal, nome daquele tio que fora assassinado na Guerra; ela ganha o nome de Elena, de uma tia que havia morrido de tifo anos antes, em substituição ao nome de nascimento. Seu nome causava desgosto naqueles que governavam a Espanha:

O meu nome era *Libertad!* Liberdade! Meu tio, ele pagou mil pesetas, naquela época pra nós trocarmos os nomes. Foi lá na cidade que a gente nasceu, Villa Franca, foi na prefeitura, não sei aonde, e ele trocou os nomes. Pagou mil pesetas por cada nome. (...) Lá não batiza, o Franco era um ditador. Esses nomes eram revolucionários. Quem é que não gosta de liberdade, uma coisa maravilhosa?!

Mais do que nunca, o Estado repressor estendia a sua dominação a esferas particulares da vida das pessoas. Para Remédios, havia “muita repressão. Era um estado policial. Não dava pra se falar mal do regime, nada, porque o outro podia ser o policial. A polícia secreta estava por todos os lugares. As cadeias estavam cheias”.

O contato com os familiares era escasso, mas representava uma maneira de diminuir a distância e sustentar a esperança do reencontro. Remédios recorda-se das cartas que escreviam aos domingos:

[Tínhamos] poucas notícias, de vez em quando, mas a gente continuava mandando sempre, mesmo que não chegassem. A minha mãe nos fazia..., todos os domingos à noite nosso último trabalho era escrever para o meu pai. Então primeiro ela abria a carta, depois o meu irmão mais velho, depois o outro e depois eu, que era a última. Às vezes a gente dizia “mãe não estão chegando as cartas”, “não interessa, nós vamos conseguir”. E continuamos escrevendo sempre. E quando chegava uma carta de meu pai era assim, uma festa maior, era uma alegria!

O exílio para a França caracterizava-se por duas situações trágicas: o êxodo nas quilométricas filas de republicanos que passaram imediatamente após a ocupação de Barcelona pelas tropas rebeldes e a sua alocação nos campos de concentração franceses; e a

situação, ainda desconhecida, de um novo exílio, para outro país, quando a França estará em conflito com as suas colônias africanas³⁷.

O ponto positivo, se é que possa haver algo de positivo nesta situação, eram os reencontros entre os homens anteriormente refugiados com as mulheres e filhos que se juntavam definitivamente na França.

Segundo Groppo (2002, p. 76), cerca de 450.000 espanhóis cruzaram a fronteira dos Pirineus para entrar na França. Foram recebidos com desconfiança pela população local e com desprezo pelos militares franceses de fronteira que os encaminhavam para diversos campos de concentração. Nomes como *Argelés sur Mer*, *Barcarés*, *Agde*, *Saint Cyprien*, *Vernet*, *Brams* ou *Gurs*, entrariam para a História como as prisões dos que lutaram por liberdade na Espanha – e que lutariam pela liberdade francesa como membros da Resistência -, mas também entrariam para a memória daqueles que viveram estas condições como um inferno cercado de arames e sob os fuzis dos gendarmes.

À guisa de se criar uma imagem mais completa daquilo que foi relatado pelos depoentes, testemunhos coletados por Sofía Moro dão conta de narrar o terror daquele tempo:

Luis Martí Bielsa (Zaragoza, 1921), soldado voluntário, comunista, guerrilheiro e preso político: *en Francia fue un desastre. Pensábamos que era un país amigo, que defendía la libertad, la igualdad y la fraternidad, pero nos trataron como perros sarnosos. Había hasta crueldad en su manera de actuar. Separaban a los matrimonios y a las familias en función del sexo. Los hombres y los muchachos en un lado, y los críos y las mujeres en otro. Era inconcebible* (MORO, 2006, p. 27)³⁸.

Abel Paz (Almería, 1921), anarquista, guerrilheiro e preso político: *esa noche llegamos a los campos de concentración. Los gendarmes senegaleses nos confinaron detrás de las alambradas. Esa primera noche dormimos en un hoyo en la arena. Abrazados, para conservar el calor. Saint-Cyprien era una playa cercada por una alambrada, donde setenta mil hombres nos hacinábamos, enterrados en la arena, hambrientos, heridos y moribundos. Sin agua potable y sin letrinas. Muchos murieron de disentería. No había médicos ni medicamentos. Los primeros días enterrábamos a la gente directamente en la arena. (...) En enero de 1939 me mandaron al campo de Argelès-sur-Mer. Era otra playa desierta donde nos hacinábamos ciento ochenta mil hombres. Muchos estaban gravemente enfermos. Llovía sin parar. Una vez al día nos tiraban pan por encima de las alambradas, como si fuéramos perros. Les hacía gracia ver cómo nos lanzábamos sobre la*

³⁷ Os movimentos nacionalistas das três colônias africanas da França levam este País a conceder independência à Argélia, em 1954, e ao Marrocos e à Tunísia, em 1956. Não sem violência e com severos enfrentamentos militares e de guerrilha, a situação dos refugiados que se encontravam na França era de instabilidade quanto ao rumo dos conflitos e ao de suas próprias vidas.

³⁸ “Na França foi um desastre. Pensávamos que era um país amigo, que defendia a liberdade, a igualdade e a fraternidade, mas nos trataram como cachorros sarnentos. Havia até crueldade na sua maneira de nos tratar. Separavam os casais e as famílias por sexo. Os homens de um lado e as crianças e mulheres no outro. Era inconcebível”. (Tradução do Autor)

*comida y nos peleábamos. Si había suerte, nos daban un poco de agua potable. (MORO, 2006, p. 112)*³⁹.

Josefina Piquet Ibañez (Barcelona, 1934), filha de um soldado anarquista, dez anos exilada na França: *un dia mi madre anuncio que iba empezar a ir al colegio. Me dijo “habrá muchos niños, verás como lo pasas bien”. A mi me entraba una alegría... Con cinco años lo que más te apetece es jugar con otros niños y, después de estar tanto tiempo sola, encerrada en aquella habitación, mi deseo era aún mayor. Cuando puse los pies en el colegio, sufrí una decepción enorme. Para empezar, no entendía el idioma y por la manera en la que me miraron, me di cuenta que de que no era bien recibida; sufrí un rechazo total. Los niños, aunque no saben, oyen comentarios en sus casas y los reproducen. Según parece, los padres franceses estaban hartos de tantos refugiados y hablaban mal de nosotros* (MORO, 2006, p. 284)⁴⁰.

Porque não saiu da Espanha neste momento crítico, Remédios passa em 1948 a fronteira dos Pirineus a pé, com sua mãe e com mais um grupo de militantes da CNT e da UGT, seus conhecidos. Lembra de não ter havido problemas na travessia, “o guia sabia todos os caminhos”. Partem da Espanha porque seguiam com a militância política de distribuição de panfletos contra a ditadura. Seu marido morre na travessia dos Pirineus e o encontro com o pai é dramático:

Quando chegamos à França, mandamos um telegrama pra ele [pai]. (...) Ele trabalhava no campo e veio nos buscar em Perpignan. Porque ele mandou um telegrama dizendo “eu chego no trem das 12hs”, por exemplo. [E] cada um se distribuiu na casa de companheiros, de amigos [quando chegaram à França]. Mandamos o endereço pra ele, só dissemos que íamos esperá-lo. Mas aí eu fui na estação, e ele era muito inquieto, e chegamos atrasados porque a pessoa que tinha que me levar não conseguiu chegar em tempo. Fomos até a estação e chegamos dez, quinze minutos depois. Quando chegamos à estação, ele já não estava lá, ele tinha chegado e ficou desesperado, saiu a procurar. Naquela época ainda havia a administração de um campo de concentração, mas não tinha ninguém lá dentro. Era só para entrar e se identificar, e aí ganhava uma permissão para dizer que tinha passado. E ele sabia do campo de concentração. Ele foi lá e nós não tínhamos ido, fomos depois. Fomos ao campo e quando saímos ele estava vindo. Eu vi ele, magrinho, coitado, porque ele havia estado nos campos de Argeles, de Brahm, em

³⁹ “Essa noite chegamos aos campos de concentração. Os gendarmes senegaleses nos confinaram atrás dos muros. Essa primeira noite dormimos num buraco na areia. Abraçados, para conservar o calor. Saint-Cyprien era uma praia cercada por um muro onde estavam 70 mil homens, enterrados na areia, esfomeados, feridos e moribundos. Sem água potável e sem latrinas. Muitos morreram de desinteira. Não havia médicos nem medicamentos. Nos primeiros dias enterrávamos as pessoas diretamente na areia. (...) Em janeiro de 1939 me mandaram para o campo de Argelès-sur-Mer. Era outra praia deserta onde estavam 180 mil homens. Muitos estavam gravemente enfermos. Chovia sem parar. Uma vez por dia atiravam pão por cima dos muros, como se fossemos cachorros. Achavam graça à maneira como nos lançávamos sobre a comida e brigávamos. Com sorte nos davam um pouco de água potável”. (Tradução do Autor)

⁴⁰ “Um dia minha mãe anunciou que ia começar a ir ao colégio. Me disse ‘haverá muitas crianças, verás como passarás bem’. Estava cheia de alegria. Com cinco anos o que mais gostas é jogar com outras crianças e, depois de estar tanto tempo sozinha, encerrada naquela habitação, meu desejo era ainda maior. Quando pus os pés no colégio, sofri uma decepção enorme. Para começar, não entendia o idioma e pela maneira que me olhavam, me dei conta de que não era bem recebida; sofri um rechaço total. As crianças, mesmo que não saibam, escutam comentários em suas casas e o reproduzem. Segundo parece, os pais franceses estavam fartos de tantos refugiados e falavam mal de nós”. (Tradução do Autor)

quatro ou cinco campos, e eu me lembrava de meu pai, um homem alto, forte, poderoso. Eu disse: “olha, aquele senhor que vem vindo é meu pai”, eu digo: “não é possível”. Fui chegando e era ele, porque ele era muito parecido com uma irmã dele que morava em Barcelona. Quando ele me viu, coitado..., ele ainda me xingou, “mas como não esperaram por mim”, mas ele começou a chorar, e foi um choro coletivo. Eu fazia nove anos que..., sonhando aquela figura, “meu pai, meu pai”. E aí foi o reencontro.

Maria Lázaro relata a vida de sua família nestes campos. Apesar de trágica, possuíam melhores condições do que a maioria das pessoas:

Eles eram alojados em campos de concentração. Houve vários, mas o mais importante era o de Argelés, que era pra poder fazer uma triagem das pessoas que estavam ingressando na França, porque, bem, no meio de tudo isso havia coisas, gente que tinha que ser controlada. E depois, ali nesses campos, eles podiam ir trabalhar e voltar, dormir no campo. Minha mãe, como ela tinha formação, ela era professora também, falava francês, ela exerceu a função de tradutora e ajudava na parte administrativa dos campos, porque senão o pessoal não conseguia se comunicar, as ordens e as instruções. Isso pra eles de certa forma foi bom porque tiveram um tratamento um pouco mais [humano].

Remédios possui lembrança clara da situação nos campos de concentração e da condição dos espanhóis como mão-de-obra estrangeira em um país em guerra:

A gente ficava maluca; alguns se mataram. Caminhavam para o mar, não tinham nem noção, porque foram acampar nesses lugares; e rodeados com arames, pra não poder fugir, e controlados por senegaleses, soldados totalmente atentos à circunstância social que estavam vivendo. Depois, com o tempo foram se habituando, mas aquilo foi um horror. Coitados. (...) Porque o que fizeram os franceses? Eles não tinham mão-de-obra para trabalhar nos campos, porque os jovens estavam na guerra, todo mundo estava, ou de um lado ou de outro. Então iam aos campos de concentração e as autoridades permitiam aos que tinham capacidade de sair, sair para trabalhar. Saíam com um salvo-conduto e tinham que voltar para o mesmo lugar quando passava o trabalho. Daí o pai trabalhou nisso. Ganhavam o seu salário que evidentemente nunca era igual ao dos franceses, afinal, nos estavam fazendo um favor também. O meu pai fez o que podia fazer. (...) Cada um tinha os seus interesses, mas muitos foram para as minas e para a agricultura. Saíam para trabalhar e depois voltavam. Mas não podia circular para outro lugar que não fosse aquele onde estavam destinados. Em fábricas, às vezes também. Mas tudo controlado. E sempre voltando para o campo. Ficaram muitos anos os campos de concentração.

Já o pai de Elena Rico não queria que ela e sua mãe passassem a pé pelos Pirineus por ser perigoso demais. Passam com passaporte, de maneira legal. Seu pai também havia ficado em *Argelés* e fora pego pelos alemães para trabalhar. Após um período, passa a trabalhar de marceneiro, cortando árvores nas montanhas.

Recorda que nas rádios francesas havia notícias falando mal dos espanhóis que, de fato, fizeram uma invasão. Entretanto, do mesmo modo, encontravam franceses que lhes

acolhiam e que lhes davam algum tipo de trabalho. Para Elena, a França representava uma nova vida:

Chegando na França foi um céu aberto. Foi uma bênção. O pai diz: “não, aqui tu não vai trabalhar”. Me matriculou num colégio que era do governo, entrava de manhã e saía de tarde, e ali se aprendia um pouco de cada coisa. Costurar, eu já sabia costurar um pouco, cozinhar, várias coisas. E aprender o francês também. (...) Não na França ela não trabalhou [mãe]. Ela ia nos montes pegar madeirinhas, coisinhas das árvores porque lá tínhamos, como era no inverno muito frio, não tínhamos calefação nem nada, eram dois fogões à lenha.

O caso de Norma Castellarnau, catalã nascida em 1937, é distinto. Atravessa a pé os Pirineus com sua mãe; seu pai ainda seguiu com a militância em Espanha. De seu depoimento infere-se, sobretudo, o caráter dramático da nova emigração da França em direção ao Brasil:

Norma: Eu esqueci de dizer um detalhe, de dizer porque nós viemos pra cá [Brasil]. Meu pai tava muito bem lá na França, trabalhando. Inclusive o dono da fábrica que ele trabalhava propôs pra ele não vir embora, propôs sociedade pra ele. Só que naquela época estava ameaçando uma nova Guerra Mundial, em 1950, um zunzum de uma nova guerra. Ele já tinha passado por duas [guerras]. Não queria se arriscar a passar por outra. Nós não precisávamos ter vindo, estávamos muito bem.

Elena: De noite, depois da janta, [o pai] começava a nos contar a vida que ele levou lá [na França]. Nós tivemos uma vida boa. Porque na Espanha ainda se passou muita fome, depois da Guerra. Tudo racionado. Na França também. Quando chegamos, ele tinha um carnê que vinha ali o que te davam a preço bem barato, e havia grandes armazéns que a mãe ia e já pegava as coisas que tinha direito. Até chocolate! Lá tinha fartura! O pão era maravilhoso, tudo. (...) A mãe chorava, a mãe chorava muito. Como a mãe chorou, meu Deus! Todo o caminho [para o Brasil]. E a mãe da Norma... Ela já estava ambientada na França, e eu também. Todos... Porque a França, tu pegavas a *Micheline*, o trem, rapidíssimo, em quatro horas tu estava na fronteira. E eu sempre pensava assim, depois que ficamos sem trabalho, que eu estava no colégio, eu vou poder ir à Espanha, ver meus avós, meus primos... Mas viemos pra cá. Nunca mais...

Da mesma sorte, o caso de Félix Garces na França demonstra a força de um passado imediato ditado pela cooperação anarquista, com reflexo em seu trabalho, e que se manteria também em Porto Alegre:

Quando passas para a França podes escolher dois ofícios: agricultura ou minas. E eu disse: “em qual deles estarei melhor?”, “estarás melhor nas minas”, “então me dá minas”. E aí conheci [Crispina, sua esposa]. E eu queria casar-me com ela, mas “não”, [interpreta a fala de Crispina], “enquanto tu seja mineiro [não]. Porque se tu é mineiro, eu não quero passar o que passei com meu pai [militante anarquista perseguido pela polícia], porque quando estourava a Guerra era todo mundo para os tonéis de vinho [para esconder-se]”. E eu lhe disse: “bom, então vamos ver outra coisa”. E me disseram no sindicato que em Toulouse havia uma escola. Toulouse é uma cidade grande aí da França, está perto da fronteira espanhola, muito perto, uns 300 km. Havia uma escola profissional, e eu fui ver o que podia aprender. E me encontrei com um companheiro da CNT, e disse “escuta, posso fazer para

costureiro?”, “se tu queres fazemos”. Era carpinteiro ou costureiro. E como a mãe da minha esposa trabalhava com costureiros franceses..., então aprendi isso. Quando terminamos o curso, que durou mais ou menos um ano e meio, eu me encontrei junto com os da outra escola. Havia dez que eram mutilados da Guerra da Espanha. Faltava-lhes uma perna, ao outro uma mão esquerda, ao outro... Enfim, tinham problemas assim. Não por mim, mas sim por eles, tentei ver se podíamos conseguir uns fundos porque, sendo costureiros, podíamos abrir uma fábrica de confecções ou um negócio assim para viver. E eu consegui entrar em contato com a IRO (Organização Internacional de Refugiados), órgão da ONU, e fiz amizade com o Presidente da Associação das Comunidades Francesas, que eram cooperativas. Bom, conseguimos um dinheiro e montamos a cooperativa. E então a mesmo IRO nos dava muito trabalho para fazer.

É importante que se diga que o motivo de saída da Espanha foi semelhante em todos estes casos de exílio francês: uma nova guerra se aproximava; a cota de imigração de outros países preferenciais, como México, Canadá ou Buenos Aires estava completa e a IRO⁴¹ estava por encerrar as passagens pagas para refugiados rumo a outros países. A decisão deveria, pois, ser rápida.

Caso clássico, a família de Maria Lázaro havia já passado por inúmeras guerras. A escolha pelo Brasil ocorre de modo forçado:

Em 1951 era o último ano que a IRO, Organização Internacional de Refugiados, pagava as passagens. E nós não tínhamos meios, porque, afinal, o meu pai era simplesmente um operário especializado, tinha que sustentar três filhos porque nesse ínterim, em Paris, nasceu o meu irmão mais novo, em 1948, mais um filho! Então nós nos inscrevemos pra ir pro México. Mas naquele ano a cota de espanhóis já estava completa. Então procuramos o Canadá, também já estava com a cota de espanhóis esgotada. E aí a minha mãe, como já tinha um irmão e uma irmã na Argentina disse “ó, vamos pra Argentina”, mas também a Argentina não tinha mais vagas, era outubro de 1951, o prazo estava terminando, eles tinham que achar um lugar. O Brasil estava aceitando, ainda mais no caso do meu pai que ele era operário especializado, técnico, coisa que faltava, era ajustador mecânico, não é o operário daqui.

Alguns destes emigrantes possuíam contato em Porto Alegre, outros não. Chegando à cidade, o grupo ligado à CNT reproduziria os padrões com os quais estavam acostumados, formariam cooperativas, bibliotecas e, principalmente, fariam da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos a sua fortaleza antifranquista.

⁴¹ *International Refugee Organization* (Organização Internacional do Refugiado), órgão da ONU fundado em 1º de julho de 1947. Sediado em Genebra, possuía a tarefa de “identificar os refugiados, expedir seus documentos, assisti-los em suas diversas necessidades, atender às petições de repatriação, ajudar aos refugiados a obterem uma integração local adequada e, quando fosse necessário, intervir para obter o seu reassentamento em um terceiro país” (Traduzido pelo Autor a partir do *site* da ONU).

2. A chegada ao Brasil

2.1 A imigração espanhola em números

Terceira maior corrente imigratória para o Brasil, precedida por italianos e por portugueses, a imigração espanhola deixou um torvelinho de registros contraditórios. Nos estudos sobre este fenômeno, ocorrido no período da emigração em massa⁴² e nas décadas posteriores, reconhece-se uma falta de documentação que manifeste a sua presença no País.

Os números colidentes dos registros de saída da Espanha e de entrada no Brasil devem-se aos critérios utilizados pelos órgãos responsáveis em identificar quem era ou não emigrante/imigrante. Da mesma forma, após a década de 1930, momento de retomada da entrada de espanhóis no País, os seus registros possibilitam apenas uma aproximação estatística.

Apresentando números da imigração espanhola para o Brasil, entre 1882 e 1929, González Martínez (1999) mostra dados referentes aos emigrados por portos espanhóis, em que se tem a cifra de 238.739 emigrantes. Já as estatísticas brasileiras no mesmo período apresenta que chegaram ao Brasil 567.176 imigrantes espanhóis.

Constata-se que os estudos existentes enfatizam a imigração durante o período da expansão da cafeicultura em São Paulo, compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX, isto é, até meados da Guerra Civil Espanhola. Nos períodos posteriores, tanto séries quantitativas quanto análises qualitativas sobre a vida destes imigrantes são quase inexistentes.

A imigração européia para o Brasil inicia no século XIX, época da progressiva abolição da escravatura e do início das estratégias políticas para a recomposição da mão-de-obra.

⁴² Emigração em massa: “denominação atribuída ao período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas até a Depressão mundial de 1930, ocasião em que 60 milhões de europeus (e 10 milhões de asiáticos) cruzaram o oceano em direção a outros continentes. Deste total, 71% dirigiram-se para os Estados Unidos, 21% para a América Latina e 7% para a Austrália. Desses 21% ou 11 milhões de pessoas que se dirigiram para a América Latina neste período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% portugueses, para citar as correntes majoritárias. Focalizando especificamente o espanhol, tem-se uma cifra aproximada a três milhões de pessoas” (MORNER, Magnus, 1992, apud CÁNOVAS, 2004, p. 115).

Um primeiro experimento, chamado de sistema de parceria⁴³ - ainda obedecendo a um regime de disciplina que não diferenciava imigrantes de escravos -, foi abandonado em favor do regime de colonato⁴⁴, que viria ser o sistema vigente a partir de 1880, sob subsídios de grupos privados da classe rural ou do governo.

Para González Martínez (1999, p. 239), o Brasil não era o local de preferência dos espanhóis, sendo antes escolhidos Argentina, Uruguai ou Cuba. Do total de espanhóis saídos da Espanha apenas 12 por cento vieram para o País no período de 1882 a 1930⁴⁵.

Assim, historicamente, não se observam correntes de migração estabelecidas demoradamente entre os países. As origens de um aumento pontual das imigrações para o Brasil são explicadas analisando-se o país de destino, ainda que pesem as condições de expulsão.

O êxodo era provocado pela fome e pela miséria, decorrentes da questão agrária espanhola⁴⁶ - naquilo que Sanchez-Albornoz (1968) chamou de crise de subsistência ou miséria institucionalizada -, pelo medo das convocações militares (perda das colônias

⁴³ Articulado através do Senador Nicolau Vergueiro (opositor do sistema de colonização subsidiada), cafeicultores e Governo atuavam conjuntamente sob a necessidade de uma mão-de-obra alternativa à dos escravos. Os imigrantes pagariam com juros o seu deslocamento, tendo como salário a metade do lucro líquido dos pés de café que cuidavam, além de venderem pela metade do valor os produtos que plantassem em suas terras. Também eram pagos freqüentemente com vales e, quando do fim de seus contratos, podiam ser vendidos a outros fazendeiros. Apesar da margem para abusos ser bastante grande, muitos conseguiam poupar algum dinheiro para adquirir a sua autonomia.

⁴⁴ Em parte seqüência do experimento de Vergueiro, diferenciava-se pelo pagamento total da passagem transatlântica por parte do Governo, e os salários eram pagos por empreitada às famílias de imigrantes que substituiriam os escravos a partir de 1888. O pagamento era fixo pelo número de pés de café cuidados e pelo volume de café colhido, além de um salário por dia de trabalho especial.

⁴⁵ Cánovas (2004, p. 118) observa que até 1920 a população espanhola recenseada no Brasil era de 219.142 para uma população de 1.595.961 de estrangeiros, em uma população total de 30.645.296. Deste total, três a cada quatro imigrantes espanhóis localizava-se em São Paulo; 10,37% no Rio de Janeiro; 3,14% em Minas Gerais e; 2,44% no Rio Grande do Sul.

⁴⁶ Já anteriormente delineados, os problemas espanhóis foram agudizados neste período pelas “desamortizações” eclesiástica e civil. Tais desapropriações de terras não se reverteram em lotes que poderiam ser utilizados pelos camponeses, senão que entregou imensas propriedades improdutivas, primeiro caso, e as terras comunais, segundo caso, a grandes proprietários através de leilões (CÁNOVAS, 2004, p. 116). Esse padrão concentrador da terra, resultado da ingerência estatal, responsável pela estagnação econômica e pela baixa produtividade dos campos, acarretará intensa exploração laboral dos camponeses. Bahamonde e Martínez (1999, p. 239) apontam esta nova dimensão da organização fundiária, que faz com que os camponeses tenham que conseguir através do mercado o que antes possuíam gratuitamente da natureza, além do trabalho assalariado passar a ser a fonte de seus recursos. Por outro lado, as linhas de fuga à situação estabeleciam jornadas de trabalho sazonais buscadas pelos *jornaleros* e o aproveitamento da terra nas pequenas parcelas arrendadas ou coletivamente exploradas. Esta situação, marcadamente da Andaluzia, foi agravada pela crise que afetou os seus vinhedos por volta de 1870, ocorrendo em muitas regiões a perda de até 100% das plantações. Talvez isso esteja relacionado com o fato de a imigração andaluza ser maior do que a galega neste período quando, a partir de 1910, dos 10% de emigrados espanhóis, 80% serão de camponeses das zonas minifundiárias, como a Galícia.

americanas em 1898 e a questão das colônias africanas) e pela descrença de que a situação econômico-política mudasse.

Em 1853, o Estado espanhol assume a tutela e a proteção dos emigrantes e aumentam as restrições para emigração. Os cuidados recairão sobre os homens em idade militar e sobre as migrações coletivas por contrato, assim como sobre os contratantes e transportadores. Igualmente, as imposições burocráticas exigidas pelos alcaides aos emigrantes serão de difícil cumprimento, o que acarretará uma longa corrente de emigração ilegal, principalmente através do pouco supervisionado Porto de Gibraltar.

Por outro lado, no Brasil os fazendeiros eram também governantes, e utilizavam-se desse poder para fomentar uma política oficial imigratória que lhes satisfazia os anseios econômicos. A imigração brasileira subsidiada era comparativamente mais atraente àqueles que escolhiam o seu país de destino. As facilidades, além do subsídio da passagem, eram o transporte após a chegada no porto até a Hospedaria do Imigrante; o sustento e o alojamento durante os oito primeiros dias após a chegada e o transporte da hospedaria até a estação de trem mais próxima da fazenda onde o imigrante trabalharia (CÁNOVAS, 2004, p. 124). Além disso, a ação dos fazendeiros chegava até a Espanha, através da propaganda e do trabalho realizado pelos *ganchos*, agentes de emigração contratados pelas companhias de navegação ou pelos governos dos países receptores, e que percorriam as cidades, persuadindo pessoas a emigrarem, muitas vezes sob falsas promessas (CÁNOVAS, 2004; KLEIN, 1994).

Os dois grandes fluxos da emigração espanhola para o Brasil ocorreram até 1930 e depois de acabada a Segunda Guerra Mundial. Neste período, desde 1900 até 1970, chegam ao País cerca de 750 mil espanhóis. Segundo Klein, os espanhóis estavam entre os primeiros e maiores grupos de imigrantes a chegar aos cafezais paulistas, ultrapassando inclusive os italianos. Nos registros da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, entre 1910 e 1915, dos 102.800 espanhóis que por aí passaram, apenas 15 por cento pagavam suas passagens (KLEIN, 1994, p. 36).

Em 1910, após investigação do governo espanhol sobre as condições de vida dos súditos no Brasil, o *Conselho Superior de Emigração* decide proibir a emigração subsidiada. A justificativa do governo declarava:

Los informes oficiales demuestran, sin dejar lugar a duda, que la situación de los emigrados españoles en el Brazil es verdaderamente lastimosa (...). Los contratos que los inmigrantes suelen celebrar en las hospedarías con los representantes de las

haciendas carecen con frecuencia de las garantías necesarias para asegurar su cumplimiento (...).⁴⁷

O decreto ressaltava problemas de moradia, de atrasos e de pagamentos em outras espécies e de que a emigração subsidiada já fora proibida em países como Holanda, Alemanha e Itália. Esta decisão recebeu apoio da imprensa, porém não teve efeito no trânsito para o Brasil, uma vez que se redirecionaram os portos de saída dos espanhóis. Os provenientes das províncias do sul e do leste passaram a buscar saída pelo Porto de Gibraltar, enquanto no norte, especialmente Galícia, região densamente povoada e de minifúndios, a saída se dava pelo Porto de Vigo, em Portugal (CÁNOVAS, 2001; KLEIN, 1994; MARTÍNEZ, 1999).

Em 1912, proibem-se as atividades dos *ganchos*, e em 1914, criou-se fiscalização em portos fora da Espanha, como Gibraltar. Em 1924, estabelece-se pena de prisão a quem estivesse envolvido com as agências de emigração, propaganda e recrutamento, expedição de passagens, vistos ou reservas de viagens que não fossem emitidas pela Companhia de Navegação, que pagava uma taxa à *Secretaria de Emigração* e que estava comprometida com a proteção dos emigrantes (MARTÍNEZ, 1999, p. 246).

Os espanhóis, comumente tidos como agricultores neste período, dedicaram-se mais à produção de frutas, verduras e legumes do que ao plantio de café, ao contrário dos italianos. Para Klein (1994) e Martinez (1999), eram importantes produtores de cebola, banana e laranjas, sendo os primeiros entre os grupos imigrantes na relação entre terra cultivada e colheita. Possuidores de terras tão logo cumprissem os seus contratos com os fazendeiros de café, tratavam de produzir nas chácaras que lhes eram dispostas.

É importante ressaltar que, neste primeiro movimento, a imigração para o Estado de São Paulo foi majoritariamente de andaluzes, 60% do total, enquanto que 20% eram de galegos e estes pouco utilizaram dos subsídios visto que preferiam se direcionar para áreas urbanas, diferentemente dos andaluzes (MARTÍNEZ, 1999, p. 250).

Sob este aspecto, Blanca Sanchez Alonso (1995, apud D'ÁVILA, 2004, p. 27) afirma que as regiões de Espanha com maior número de saídas eram as de pequena propriedade, possibilitando-se deste modo o acúmulo de reservas exigidas para a viagem. Da

⁴⁷ “Os informes oficiais demonstram, sem deixar lugar à dúvida, que a situação dos emigrados espanhóis no Brasil é verdadeiramente lastimosa (...). Os contratos feitos pelos imigrantes nas hospedarias com os representantes das fazendas carecem, com freqüência, das garantias necessárias para assegurar seu cumprimento” (KLEIN, 1994, p. 43).

mesma forma, eram estas regiões que apresentavam menor índice de analfabetismo. Para a autora, a alfabetização significa acesso à difusão da informação, produzindo indivíduos conscientes e menos conformistas, pois “não se emigra desde as áreas que são mais pobres senão desde onde alguém se sintia mais pobre” (D’ÁVILA, 2004, p. 27).

Conhecida região de grandes latifúndios, a Andaluzia teve grande emigração até a década de 1910. Deste momento em diante, a Galícia, minifundiária e mais densamente povoada, será a região que mais emigrantes produzirá. O fato de serem mais ou menos pobres e analfabetos, ou de virem de uma região de minifúndios ou de latifúndios, prova somente que eram das áreas rurais o local de onde se partia.

Os espanhóis não se sobressaíram, neste momento, em atividades como comércio, negócios e indústrias, característica da imigração somente a partir de 1940. Para González Martínez (2000), ao não estarem presentes em modalidades de negócios mais avançadas, comprova-se que provinham das regiões mais pobres da Espanha e que, se possuíssem recursos, provavelmente procurariam países com maior afinidade cultural e tradição imigratória.

Mesmo assim, foram importantes na organização dos trabalhadores sob perspectivas socialistas e anarquistas. Das 106 pessoas identificadas como líderes dos trabalhadores no Brasil entre 1890 e 1920, 22 eram espanhóis. Dos 556 organizadores sindicais expulsos do País entre 1907 e 1921, 113 eram espanhóis, ou seja, cerca de um quarto do total (KLEIN, 1994, p. 76). Mais tarde, já no período varguista, a influência “nociva” dos estrangeiros aos trabalhadores nacionais foi enfrentada através de expulsões sumárias do País. Entre 1935 e 1937, do total de estrangeiros expulsos por questões políticas, 45,78% eram espanhóis (SOUZA, 2006, p. 62).

Quando da imigração inicial para as áreas rurais, até 1910, os espanhóis casavam-se dentro de seu próprio grupo étnico em uma proporção maior do que a de italianos e portugueses: 62% dos homens casaram-se com espanholas, enquanto que 69% das mulheres casaram-se com espanhóis⁴⁸. No período das próximas levas de imigração, a partir de 1940, quando esta se torna urbana, os registros de casamento de São Paulo apresentam que apenas 12 por cento dos espanhóis casaram-se entre si, sinalizando-se com isso a tendência de integração à cultura brasileira.

⁴⁸ Dados da Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Estes dados também ilustram a porcentagem entre italianos e portugueses: 34 por cento de italianos se casaram com italianas; e 43 por cento de italianas casaram-se com seus compatriotas. Estes índices são maiores se forem avaliados a porcentagem de mulheres que se casaram com os homens (KLEIN, 1994).

Cabe referir que com a Primeira Guerra Mundial, o fim dos subsídios imigratórios no final da década de 1920 e o começo da migração interna em massa no Brasil contribuíram para diminuir o movimento imigratório de espanhóis para o País. Nos dados da *Secretaria Geral do Instituto Geográfico, Cadastral e de Estatísticas – Estadística do movimento de transporte e passageiros por mar com o exterior*, do ano de 1933, percebe-se que as emigrações espanholas seguiram um alto fluxo, entre 250 e 180 mil indivíduos, com uma leve oscilação entre 1914 e 1918, retomando o crescimento até a década de 30, quando volta a declinar⁴⁹.

No Brasil, o quadriênio de 1925 a 1929 mostra um franco declínio da imigração, seguindo quase insignificante entre 1935 e 1949, ou seja, entre a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial. Em 1948, devido ao empobrecimento da Espanha no Pós-Guerra, Franco permite novamente a emigração. Até então proibida, toma proporções significativas para o Brasil, que vivia seu período desenvolvimentista, resultando necessária uma mão-de-obra qualificada.

Esta última grande leva da imigração espanhola para o Brasil trouxe, entre 1950 e 1960, cerca de 120 mil indivíduos, entre eles, muitos refugiados. Já entre 1952 e 1970, 25 mil espanhóis chegam ao País, representando 22% de todos os europeus entrados em território nacional (DIÉGUES JÚNIOR, 1964; ZAMBERLAM, 2004). Nos trabalhos de Diégues Júnior e Zamberlam, os censos utilizados demonstram que, depois de 1940, não passaram de três mil os imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul.

Deve-se ressaltar que a partir da liberação da emigração por Franco, as características socioeconômicas dos emigrantes serão distintas da etapa anterior. Entre 1940 e 1950, 87,6% sabiam ler, enquanto que entre 1908 e 1936 a porcentagem de analfabetos era de

⁴⁹ Com dificuldades estatísticas anteriormente mencionadas, são importantes os dados de González Martínez que, a partir de informes de cônsules ao Ministério de Assuntos Exteriores de Madrid em 1931, mostra a origem regional dos imigrantes espanhóis, a saber: Pará: 1500 espanhóis, 90% galegos, 7% de Castilla-Leon, 3% de outras regiões. Esta imigração foi feita sob contrato para o desenvolvimento da agricultura e para a criação de núcleos coloniais na região. A maioria destes imigrantes abandona a região em busca de cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo ou ainda Buenos Aires e outros voltam para a Espanha. Recife: 476 espanhóis, 70% galegos, 5% catalães, 5% andaluzes, 5% castelhanos velhos e 10% outras regiões; Salvador: concentrava 96% dos 3500 residentes em toda a Bahia, 98% eram da Galícia – a maioria da região de Pontevedra. Monopolizavam o comércio de mercearias, padarias e restaurantes e também de casas de penhores; Mato Grosso: 150 em Campo Grande e 110 em Corumbá; Amazonas: quase mil; Espírito Santo: quase 500; Rio de Janeiro: 40 mil espanhóis, 70 % galegos, 30% outras regiões, com predomínio de homens (70%), possuindo as mesmas características comerciais dos outros lugares; Paraná: 500 espanhóis em Curitiba; Santa Catarina: menos de 400; Rio Grande do Sul: existência de vários núcleos: Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana, Bagé, Santana do Livramento, com cerca de 10 mil residentes; o restante dos Estados não possui importância quantitativa (MARTÍNEZ, 1999, p. 246).

65,1% Também os ofícios que exercem são distintos, sendo comuns as profissões de sapateiro, tecelão, artesão, alfaiate, padeiro e de donos de bares e de restaurantes (MARTÍNEZ, 2000).

Contudo, se em um primeiro momento a emigração familiar era comum, agora geralmente emigra o chefe da família. Observadas e aceitas as condições de vida e de trabalho, encontradas as redes de contato, o restante da família é chamado. Estas características não alcançariam a todos os espanhóis, pois os refugiados que estavam na França e chegam ao Brasil deslocam-se com famílias inteiras. Sobre esta particularidade, é notória a chegada deste imigrante “político”, o refugiado, no entanto, até o momento, poucas foram as pesquisas acadêmicas realizadas sobre eles.

Um fato importante que ajudaria a restabelecer a emigração de 1950 até 1970 foi a fundação do CIME – Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias -, em Genebra, no ano de 1951. A Espanha ingressou neste órgão em 1956, mesmo ano da criação do Instituto Espanhol de Emigração. Este organismo articulou a viagem de cerca de dois milhões de europeus, a maior parte para a Austrália, mas também para a América Latina, basicamente Brasil, Argentina e Venezuela. Responsabilizava-se pelo transporte e pelos gastos ocasionados com estadia nos primeiros momentos da chegada. No caso brasileiro, segundo González Martínez (2000), os emigrados ganhavam uma pequena quantia de dinheiro. Klein relata que metade destes indivíduos seriam emigrantes dos próprios países signatários e a outra metade de refugiados que se encontravam já em outros países. Ainda segundo Klein, dos cerca de 340 mil emigrantes que vieram para a América Latina, 85 mil eram espanhóis, dos quais 87% foram patrocinados pelo CIME (KLEIN, 1994, p. 62).

Já nas décadas de 1960 e 1970, através de acordos firmados entre Brasil e Espanha, é facilitada a vinda de espanhóis que possuíssem familiares no País, regularizando-se assim a sua nacionalidade, direitos trabalhistas e sociais. Esta década também representou a última em que se emigrava para o Brasil, tornando-se a emigração espanhola intra-européia. E, na década de 70, os espanhóis emigravam pelo CIME com um contrato chamado MOPC (Mão-de-Obra Profissional já Colocada, mais restritivo do que a antiga Carta de Chamada), o que demonstra o declínio da emigração e a necessidade de se estancar o processo de entrada de mão-de-obra estrangeira no País.

2.1.1 As agências internacionais para migrações humanas: contextualização

Após a Segunda Guerra Mundial, os refugiados seriam uma preocupação não somente européia, senão que as potências mundiais se encarregariam de organizá-los e dirigi-los aos emergentes países periféricos necessitados de mão-de-obra qualificada. Inaugurava-se desta maneira uma nova fase da expansão capitalista: o trânsito de empresas e de indivíduos pelo globo, originado principalmente pelas guerras existentes naquele período.

Citando Ginesy, Andrade (2005) escreve que o problema do “milhão restante”⁵⁰ surgiu quando cerca de 53.536.000 pessoas deslocadas de suas cidades ou países, no período entre 1939 a 1947, optaram por não serem repatriadas. O motivo, quase sempre de cunho político, relacionava-se com a perda de vínculo com o país de origem, que foi ou anexado por outro país ou vivia um novo regime político e social que impossibilitava o seu retorno.

Fundada em 1947 para resolver o problema destes refugiados que se encontravam em campos de concentração, a IRO encerra formalmente suas atividades em 1951 e, de fato, em 1952, quando se esvaziaram tais campos. Dispunha neste período de 2.659 funcionários internacionais, de uma frota de 3.900 veículos, e da utilização de 39 navios, que possibilitaram o transporte de 37.500 passageiros (MOUSSALLI, 1992, p. 86 apud ANDRADE, 2005).

Afora ter conseguido o deslocamento destes refugiados, a importância deste organismo consistiu no aprofundamento do conceito de refugiado e das razões de sua perseguição. Segundo Andrade (2005), para Aga Kahn, foi a individualização do termo *refugiado* o maior feito desta organização. Assim, permitia-se a qualquer pessoa proteger-se de quaisquer arbitrariedades e receber desta maneira proteção e auxílio, mediante a comprovação de seu temor de perseguição, no presente ou no futuro.

Sucessor da IRO, o CIME (Comitê Intergovernamental para Migrações Européias), fundado em 1951, fomentou migrações causadas por variados motivos, e recebeu quase todas as funções da extinta IRO. Contudo, foi um organismo fomentado fora da ONU, devido à não-concordância dos Estados Unidos em que países do Bloco do Leste participassem deste organismo como membros.

⁵⁰ *Last million*: aproximadamente 275.000 poloneses; 200.000 judeus; 200.000 espanhóis; 190.000 lituanos, latislavos e estonianos; 150.000 iugoslavos – tanto sérvios quanto croatas –; 100.000 ucranianos (STOESSINGER, 1956, p. 55-58 apud ANDRADE, 2005). Do “milhão restante” (precisamente 1.038.750 pessoas) a maioria foi reassentada fora do continente europeu.

Andrade (2005) salienta que, segundo Bouscaren, os programas do CIME para as emigrações de europeus correspondiam a formas de transporte (subsidiado ou não) e às formas de inserção através da seleção e do transporte por oficiais dos países receptores por meio de acordos bilaterais; da mão-de-obra qualificada; da reunião familiar ou de dependente, dando preferência aos chamados de residentes antes estabelecidos; dos casos individuais indicados pelo CIME e dos refugiados.

Para Paiva (2008, p. 9), as atividades do CIME, financiadas em grande parte pelos Estados Unidos, “respondiam ao interesse de reforço e dinamização do desenvolvimento capitalista em várias regiões do globo”, além do que acontecera durante o período da Guerra Fria. Para este autor, se observados desde o plano geográfico, nos países receptores desta mão-de-obra qualificada (Japão, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul e América do Sul) se reconhece “uma linha imaginária de reforço não só do capitalismo, mas também da influência dos Estados Unidos”, cujo alvo era o isolamento da URSS.

Para os fins deste trabalho, importam as conseqüências dos acordos entre a IRO e o Brasil.

Basicamente, ao governo brasileiro da metade do século XX interessava participar das atividades internacionais, e uma das maneiras de fazê-lo era aceitar o reassentamento de europeus no País, obtendo dessa maneira inserção na ONU e também adquirindo mão-de-obra qualificada a baixo custo (ANDRADE, 2005).

Desde a década de 1930 que a política imigratória do Estado Novo⁵¹ era restritiva, visando nacionalizar a mão-de-obra. Citando o trabalho de Ribeiro sobre o Departamento Nacional de Imigração, Andrade (2005) observa que menos de 30 mil imigrantes entraram no País neste período, e que em 1941 suspendera-se por completo a imigração. É neste momento que regimes de direita assumem o poder em países de tradição emigrantista, como Alemanha, Espanha, Portugal e Itália. Portanto, será somente após a Segunda Guerra Mundial que

⁵¹ Orientado por intelectuais alinhados a projetos fascistas, notadamente Oliveira Vianna e Francisco Campos, o Governo Vargas deveria impulsionar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao mesmo tempo em que direcionava a sua política para o centralismo, para o intervencionismo estatal, evidenciando o que alguns chamam de *modernização conservadora*. Assim, ao renovar o caráter nacional de desenvolvimento agrário para o industrialismo dos centros urbanos, buscava-se o fortalecimento da independência econômica do País, o que fez com que da mesma forma a mão-de-obra imigrante fosse intensamente diminuída. Sobre estes aspectos, ver: MACHADO, Nara Elena. **Modernidade, arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1998; MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990. 266 p.; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 405 p.

retornariam as condições necessárias para que o Brasil fomentasse novamente uma política imigratória que ia de encontro às suas origens históricas como país receptor.

O acordo da Comissão Mista Brasil - IRO previa inicialmente o transporte, encaminhamento e colocação de 1000 famílias (cerca de 5000 pessoas) e o livre direito de recrutamento dos imigrantes pelo Brasil. Uma “cláusula particular” permitia a utilização de 15% do frete do transporte para as migrações internas e a possibilidade de imigração de famílias inteiras e das demais pessoas que viviam em sua companhia. Por fim, através do Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, “cujo objetivo era disciplinar a imigração” buscavam-se estrangeiros considerados assimiláveis à cultura brasileira para “reforçar a ascendência” européia e que fossem agricultores ou técnicos (ANDRADE, 2005; DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 337).

Citando dados do Arquivo Histórico do Itamaraty, Andrade (2005) afirma que, entre 1948 e 1949, 14.016 pessoas foram recebidas e encaminhadas através deste convênio, sendo o maior contingente o de poloneses (5.468), seguido de húngaros (1.450).

Setores do governo acreditavam que a Comissão Brasil - IRO atentava contra a soberania nacional por não gerenciar completamente a escolha dos imigrantes e por permitir que refugiados de guerra estivessem entre os candidatos. Através de propaganda nos órgãos difusores de informação, tentava-se convencer empregadores e sociedade civil dos benefícios destes acordos. Esta situação fez surgir subdelegacias criadas em São Paulo⁵², Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Bahia.

A demora burocrática na assinatura e na liberação de recursos fez com que todo o esforço da Comissão resultasse em um número menor de imigrantes do que o pretendido. Com a extinção da IRO, em 1952, e com o fechamento de seus escritórios, contavam-se cerca de 29.000 refugiados recebidos pelo Brasil entre 1948 e 1952 (STANSBY, 1952 citado por ANDRADE, 2005).

⁵² Segundo Paiva (2008, p. 6), “as atividades da O.I.R. em São Paulo foram coordenadas pelo Serviço de Imigração e Colonização e logo depois transferidas para o Departamento de Imigração e Colonização. Em São Paulo, estes refugiados ficavam alojados na Hospedaria de Campo Limpo, próxima à Capital, para depois serem encaminhados para o seu local de trabalho. Esta Hospedaria ocupava antigos galpões que serviam de depósito de café e funcionou até o início dos anos 1950”.

2.2 Trajetórias

2.2.1 Breve etapa paulista

Para Pesavento (2007), os estudos sobre a cidade das décadas de 1960, 1970 e 1980, influenciados pelo materialismo histórico, tinham por objetivo uma análise não propriamente do fenômeno urbano, mas sim concentravam-se nos processos de acumulação de capital e da formação da força de trabalho, incluindo estudos de imigração com ênfase na substituição de mão-de-obra, em um “território onde se realizava o processo de produção de capital e onde se produziam as relações capitalistas e, assim, onde as classes sociais se enfrentavam (PESAVENTO, 2007, p. 13).

A ênfase posterior dada aos estudos culturais produzirá uma História cultural que, a partir da década de 1990, utilizará estes aspectos econômicos para desvendar a cidade “a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais, (...) a compor um tecido social sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Desta maneira, esboça-se o processo econômico brasileiro que manteve a cidade de São Paulo como grande pólo de atração de imigrantes. Este apêndice é válido porque nesta cidade se concentrará a característica econômica observada nas outras grandes capitais com centralidade econômica, e porque três dos depoentes desta pesquisa aí chegam primeiramente, antes de se dirigirem a Porto Alegre.

Apesar de Norma também passar com a sua família um curto período em São Paulo, Remigio Blanco e Emílio de La Puerta são os que narram suas experiências nesta cidade.

Posteriormente, delinear-se-á o processo econômico rio-grandense e porto-alegrense para se demonstrar porque o desenvolvimentismo econômico absorvia imediatamente a mão-de-obra estrangeira. Partindo do aspecto econômico e de seus imediatos produtos – moradia, alimentação, educação, cultura -, passa-se a vislumbrar as sociabilidades, os modos e as identidades do grupo espanhol propriamente dito.

O período desde o final do Estado Novo até a década de 1960 foi um dos poucos momentos de certa estabilidade na política brasileira. Além disso, o contexto internacional impossibilitava a permanência da ditadura varguista no País. Ainda, a fragilidade do governo fazia com que novamente se aglutinassem os partidos políticos. Em março de 1945, surgem o Partido Trabalhista Brasileiro, a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, entre outros. Igualmente, é decretada a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, após 23 anos na clandestinidade e, então, Getúlio é deposto pelos militares.

Nas eleições realizadas, o General Dutra (1945-1950) sai vencedor, contando com o apoio da máquina estatal e dando prosseguimento ao projeto varguista, inclusive na cassação dos direitos políticos dos recém-eleitos e na repressão aos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que fortalecia a burguesia industrial (BASBAUM, 1975).

As novas eleições presidenciais de 1950 recolocam Getúlio Vargas no poder, agora sob viés populista e nacionalista. Em três anos e meio de governo fixa o salário mínimo, cria a Petrobras, elabora uma série de medidas trabalhistas e “amacia” os sindicatos. Sem o apoio das forças de direita, da esquerda e dos militares, isolado das massas e sofrendo ataques públicos que lhe seriam fatais, a saída para deposição fora o suicídio.

São notórias as cenas de seu velório, a comoção pública que tomou conta do País. Para Emílio de La Puerta, a sensibilidade de seu deslocamento para o desconhecido lhe fez reviver cenas que pensava haver deixado na Espanha:

A experiência da vida quando ela te propõe fazer uma aventura dessas, é o rumo ao desconhecido. As pessoas sabem que vão entrar numa fase..., é uma coisa estranha. Quando chegamos ao Brasil, em 1954, recém-casados, minha esposa e eu, viemos perdidos, porque a distância naquela época não é o que é hoje. Então nos pomos naquela época e também aqui começaram as revoluções, porque quinze dias depois de nós chegarmos [em São Paulo], nós chegamos no dia 25 de julho de 1954, e nos primeiros dias de agosto foi quando se matou Getúlio Vargas, e toda essa convulsão: “*e bueno, que pasa, será que toda nossa vida está destinada a sofrer desta forma?*”.

A 03 de outubro de 1955 é eleito Juscelino Kubitschek, tendo por vice João Goulart, na coligação entre PSD e PTB, inaugurando um período de relativa paz social – ausência de presos políticos, imprensa livre, anistia a presos políticos -, estabilidade política e de desenvolvimento econômico.

Desde o governo Dutra e da implantação do parque industrial brasileiro, seguido do Plano de Metas de Kubitschek, incrementava-se o setor de serviços urbanos. A característica principal do período é a consolidação da industrialização, com a instalação da indústria pesada, automobilística, e implementação da siderurgia e da indústria naval. A orientação econômica do governo era de intervenção estatal nos investimentos privados acrescidos de capital e de tecnologia estrangeiros.

Em São Paulo – cidade onde Remígio e Emílio de La Puerta vivem, por catorze anos o primeiro, e por dois anos, o segundo -, era quase irrestrito o acesso ao emprego. Segundo Gattaz (1996, p.59), entre 1940 e 1960, a população da cidade passou de 1.326.261 para 3.825.351 habitantes (288,42% contra 58,1% no País). Já os setores industriais registravam

crescimento de 100% (aço), 125% (mecânicas), 380% (elétrica e comunicações) e 600% (equipamentos de transporte).

O estudo de Gattaz (1996) sobre a imigração espanhola para a cidade de São Paulo na década de 1950 tem por objetivo a ação antifranquista, tendo como foco a atuação do Centro Democrático Espanhol na cidade. Os relatos coletados pelo referido autor sobre as oportunidades de emprego condizem com os dos depoentes desta pesquisa.

Remígio Blanco, que emigra pelo Porto de Barcelona, afirma que “lá a situação não mudava nunca”, motivo pelo qual chega, em 1952, a São Paulo:

Eu tinha que desembarcar em Santos. Eu falei: “qual é o ponto do Brasil mais industrializado?”, “é São Paulo”, “então eu vou pra São Paulo”. Vim aqui sem falar português, sem dinheiro quase. E vim pra São Paulo, cansado de andar sempre, tempo de guerra. (...) Eu tinha feito um curso de mecânica em Tetouan, um curso que me ministraram. Cheguei em São Paulo, tinha trabalhado em mecânica e o primeiro emprego foi de mecânico. Fui pra uma oficina grande que havia, a Auto Geral, ali no centro de São Paulo; fiquei olhando, olhando, olhando, e daí me falaram: “olha, fica de experiência aqui, quer ficar, fica. É um mês”, “tudo bem, me dá um pouco pra comer?”, “claro”. Aí eu fiquei calculando os outros e a maioria era pior que eu, homem. Eu não sou bom, mas...

Após ter trabalhado por algum tempo em diversas mecânicas de porte na cidade, compra um caminhão em sociedade com um imigrante basco, “aqueles C-700, uns diesel, de dois tempos, tu não conheceu, agora não tem mais”. Assim, passa a fazer viagens de transporte de mercadorias, primeiro entre São Paulo e Santos, e logo para cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Até que perde tudo em um acidente em uma de suas viagens, tendo que recomeçar novamente.

Uma vez mais um patrício espanhol lhe oferece ajuda para a compra de outro caminhão, já que de forma alguma Remígio se dispunha a ser “empregado” de alguém. Neste período, casa-se com uma gaúcha de Porto Alegre e resolvem vir para esta cidade já que os “aluguéis eram mais baratos” e a família dela poderia ajudar em algo.

O relato de Emílio de La Puerta, chegado dois anos mais tarde, encontra ainda a forte demanda de emprego em São Paulo. Trabalhando em “marcenaria de qualidade”, ofício que aprendeu em sua cidade natal, recorda a abundância de alimentos que não encontrava na Espanha. É a falta de sua família para usufruir desta fartura que pesa em seu testemunho:

Estivemos em São Paulo um ano e meio, e naquela época São Paulo era uma fonte de trabalho. Chegavas hoje como imigrante, a imigração era fortíssima, e amanhã podias trabalhar. Todos os lugares precisavam de trabalho. (...) [Nesta] época, eu por desgraça não pude ter perto de mim [o pai]. Minha mãe coitada passou a vida

sofrendo. Muitas vezes me lembro, se a minha mãe visse tanta comida aqui, tanta banana, tanta comida e tanta coisa, desfrutaria. Claro, não desfrutaria porque é uma pessoa de idade... O que menos lhe importa é a comida [e sim] o que são suas lembranças, sua família, suas coisas.

Em seu relato, faz observações sobre o ambiente onde estava inserido. Entende que a vida, parecendo desgraça, era dura para pessoas de diferentes etnias que, pelo sofrimento, se identificavam:

Em São Paulo, em cima moravam japoneses, gente muito boa para morar com eles, muito sérios. Os velhos não falavam português, e os nenês que tinham viviam mais em baixo conosco. Aprendiam com a gente o espanhol com mais facilidade que o japonês. E estivemos num casamento de japoneses. Os únicos que eram brancos éramos nós, o resto todos eram orientais. E, claro, te sentes assim mas... (...) Por isso muitas vezes eu digo que eu gosto muito das pessoas, tenho amigos de..., morei com japoneses em São Paulo, pessoas maravilhosas, mas também pessoas muito sofridas. Todo mundo, italianos... Os barcos quando eu vinha, vinham abarrotados de gente, fugindo daquele martírio, porque não vinham somente da Espanha, seguramente eram de todas as partes.

Com seis meses de estadia em São Paulo, sua mulher engravida e apresenta sintomas de grave abatimento. Por estar trabalhando, “não sentia o impacto” da mudança; sua esposa, no entanto, passa os dias em casa, sentindo a ausência de sua família na Espanha. Em uma das consultas médicas, quando o “pouco dinheiro” ficava com o hospital, é aconselhado pelo médico a partir rumo ao sul:

“Tens que compreender, doutor, que uma pessoa, recém-casado e praticamente levando uma vida assim na nossa situação”, e o homem muito sério, era jovem, “e eu queria saber a verdade: o que tem ela?”, e disse: “não, tua esposa não tem nada, não tem nenhuma enfermidade, nada disso. É que se apoderou dela um sistema que ela já é sensível a muitas coisas, e o pensamento de ter os pais, os irmãos que são família numerosa e tal, ver-se tão longe”, e eu disse: “eu compreendo”, “e sabe mais uma coisa, senhor, vou dizer uma coisa”, disse: “me formei”, era filho de imigrantes também, disse: “eu me formei, meus pais tiveram para eu formar-me que suar gotas de sangue no trabalho, eu sei o que é isso”. E me deixou assim com um nó, sabes, e me disse: “eu lhes aconselho com todo o coração que vocês fossem para o sul. O sul é mais parecido a sua terra. O sul não é São Paulo, é diferente”. Eu acho que ele deveria conhecer porque vinha aí, ele era italiano.

Este é o motivo pelo qual em 1956 o casal de La Puerta partiria para Porto Alegre e, mais de uma década depois, Remígio daria seqüência à sua trajetória como caminhoneiro, iniciada na Espanha, e que o fixaria na capital gaúcha.

2.2.2 Porto Alegre: o trabalho e a moradia

Viu-se como a década de 1950 remetia a um período de desenvolvimentismo no Brasil que, apesar de não alcançar todas as camadas da sociedade, facilitava a absorção de mão-de-obra qualificada, advinda dos países industrializados europeus. Desde a década de 1930 que se ultrapassa o *modelo primário-exportador*, adquirindo hegemonia na Economia o setor industrial (LAGEMANN, 1980; COSTA, 1989). Deve-se isso à dificuldade de importações acarretadas pelos conflitos mundiais e pela Crise de 1930, que gerou escassez de divisas e a necessidade de aumento da capacidade industrial para a produção de bens de consumo não-duráveis, processo este que integrou nacionalmente a Economia brasileira, principalmente a partir do centro-sul do País (CARRION, 1979).

Para Müller (1979, p. 362), a “intensa urbanização e seus problemas econômicos e sociais, o crescimento do desemprego no meio rural e no urbano, a falta de infra-estrutura social para a maioria da população” foram problemas gerados pelo modelo econômico anterior que a instalação de um pólo industrial buscava sanar.

Porto Alegre acompanhava esta situação desenvolvimentista vivida pelo País, com o surgimento de indústrias (metalúrgica, química, têxtil, moveleira, do vestuário, etc.) e com a diversificação da atividade econômica, representada pela ampliação da rede comercial através de grandes estabelecimentos e por pequenas lojas varejistas que atendem à demanda da população local (SILVA, 1996).

Este cenário vai possibilitar investimento em mão-de-obra na cidade, particularmente no período do último fluxo imigratório para a Capital gaúcha. Igualmente, a industrialização gerava e fortalecia o setor de serviços e de comércio, setores onde os depoentes da pesquisa, assim como os imigrantes em geral, encontrarão trabalho. Além disso, tal contexto facilitava a abertura de negócios próprios, relatado com orgulho por alguns dos depoentes.

O capital estrangeiro circunscrevia-se a algumas indústrias e empresas, entre elas a multinacional da área de moinhos, a Samrig. Nesta empresa trabalharão três depoentes da pesquisa que, vindos da França, dominavam mais de um idioma, obtendo vantagem em relação a outros candidatos.

Resumidamente, este quadro fornece a perspectiva de como o desenvolvimento econômico e a expansão urbana favoreciam o emprego de imigrantes na cidade, ora mais, ora menos importantes na participação do desenvolvimento industrial. Como aponta Diégues

Júnior (1964), não faltou a participação do imigrante no desenvolvimento econômico e social de Porto Alegre, e de outras cidades brasileiras, contribuindo para a diversidade cultural da vida urbana.

Por fim, a mobilidade laboral e residencial evidencia a restrição econômica que caracterizava os primeiros tempos na referida cidade. O crescimento populacional e urbano aumentava a concorrência entre as atividades comerciais, elevando o valor dos imóveis e dos aluguéis (FIALHO; SILVEIRA, 1988). A proximidade com o centro, o acesso ao transporte, a cobertura de serviços básicos influenciavam no preço pago e na ocupação do espaço urbano.

Não por acaso as famílias dos depoentes residem nos locais de trabalho ou alugam casas em grupos, nos bairros afastados do centro da cidade. A proximidade ao centro acontecia à medida em que os mais velhos conseguiam melhor colocação profissional, indicando que o acesso à educação formal e técnica dos mais jovens resultava na obtenção de melhores empregos, ampliando-se desta forma a renda familiar.

Para todos os depoentes desta pesquisa, o Brasil foi destino secundário, sendo antes escolhidos países de língua espanhola, e mesmo em alguns casos, o Canadá francês. Configurava-se a Argentina como destino principal, no entanto este País preenchia rapidamente sua cota de imigração ou então a sua História política causava distúrbios sociais que os espanhóis queriam deixar para trás.

A fala de Emílio Rozado sintetiza outros relatos sobre esta questão:

Então disse [o amigo de seu pai]: “olha, eu vou antes”, ele tinha uma filha que morava na Venezuela, “eu vou antes e depois te chamo, mas vai preparando os documentos”. Esse amigo do meu pai, Don José, era de uma família rica de Lugo. Lá pelas tantas [ele disse]: “olha, arruma teus documentos, já estou aqui, já podemos começar a trabalhar por aqui”. E o pai arrumou toda a documentação, só que no momento de embarcar, toda a América fechou a imigração. E o pai estava com tudo pronto, tinha acertado tudo. Estava para ir, digamos, na próxima semana. E aí o que aconteceu: “bom, não posso ficar, já preparei tudo, qual é o país na América que está aceitando imigração? Ah, é só o Brasil. Puxa, o Brasil, tudo bem”

Os depoentes da pesquisa que partem da Espanha possuíam informações sobre Porto Alegre por relatos de familiares ou por amigos que haviam passado pela cidade, ou que nela permaneciam. Emílio Rozado afirma que possuía um “histórico de imigração na família”, de parentes que já haviam passado pela referida capital. Mesmo no caso dos que estavam em exílio na França, os contatos que aqui possuíam eram de espanhóis exilados que partiram um ou dois anos antes da França. Também o clima do sul do País foi decisivo para a decisão de se assentar em Porto Alegre.

É importante salientar que as impressões gerais iniciais entre todos os depoentes basicamente recaem na penosa viagem de barco agravada pela dor da partida; a visão, pela primeira vez, de negros tão-logo o navio atracava no Rio de Janeiro ou em Santos; a abundância de comida; a tragicômica viagem de trem de cinco dias até a cidade de Porto Alegre; as condições higiênicas nos açougues e a falta de azeite de oliva.

Os primeiros depoimentos analisados são dos cinco imigrantes mais novos envolvidos na pesquisa, com idade entre cinco e dez anos quando chegam ao País e emigrados entre 1947 e 1960. Excetuando-se Evaristo, que emigra com sua família, os demais aguardam as Cartas de Chamada de seus pais, que emigraram antes, conseguindo assim já algum emprego e moradia para a família. Afora Maria Jesus, leonesa, os demais são galegos, e a emigração de seus pais (como também nos casos analisados mais tarde) representa a busca do Brasil em atrair mão-de-obra qualificada dentre os países que recém saíam de conflitos, exaustos econômica e socialmente.

Maria Lázaro, basca, vinda da França com passagem paga pela IRO, e com histórico familiar de luta contra a ditadura franquista, insere-se neste grupo por possuir a mesma idade e a mesma data de emigração dos demais, e também porque a sua família não mantém laços de sociabilidade com o restante dos exilados da França, que se agrupam em Porto Alegre. Após ficarem por 15 dias no antigo Presídio da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, transformado em albergue para imigrantes recém-chegados, partem para Porto Alegre visto que seu pai achava que a cidade possuía um porto de mar e ainda porque era mais perto da Argentina, intenção inicial da emigração:

Nos levavam para a Ilha das Flores. (...) Não sei o que era aquilo, se eram instalações militares. Eu sei que de um lado eram as mulheres, no outro prédio eram os homens. Meu pai, assim como outros, ia todos os dias num vaporzinho até a cidade do Rio para fazer a papelada. E aí foi que eles decidiram, meu pai decidiu que nós iríamos pra Porto Alegre, porque ele se criou em Bilbao, à beira-mar, ele sempre gostou do mar.(...) E como tínhamos intenções de, posteriormente, ir pra Argentina, ele olhando o mapa viu Porto Alegre e pelo mapa achava que era um porto de mar. E era uma cidade sem ser pequena nem muito grande, porque São Paulo ele não queria de jeito nenhum. [Em Porto Alegre] Meu pai entrou na Companhia Geral de Indústrias, ele era contramestre, trabalhou lá sete anos, trabalhava a semana inteira, inclusive trabalhava fazendo serão quase todos os dias. (...) Ele tinha que sustentar a família. Como ele dizia “pra ganhar dinheiro é trabalhando e estudando”, e estudando tu podes conseguir. Era o lema dele, trabalho e estudo, sempre vai ser.

É interessante estender a análise ao marido de Maria Lázaro, uma vez que amplia o conhecimento acerca dos espanhóis e de suas trajetórias. Segundo a depoente, nunca haveria

casado, na Espanha, com um “valenciano”. No Brasil, seu futuro sogro chega em 1954; e após passar por São Paulo e Paraná, parte com um grupo de amigos para o sul, instalando-se na cidade de Arroio dos Ratos, “que possui um núcleo de espanhóis bastante grande”. Após dois anos, chegam sua esposa e filhos:

Em Charqueadas estavam construindo a usina termoeletrica, e tinham as minas de carvão. E ele [futuro sogro] conseguiu um emprego como guarda do paiol de pólvora, que era cuidar uma casinha que ficava no meio do mato. (...) E o meu marido e o irmão mais novo, eles usavam uma carroça para levar e vender verduras pela cidade. Mais tarde eles compraram uma barca pra carregar areia, trazer areia lá de Morretes, por aquelas bandas, eles pegavam das dragas e vinham descarregar aqui no porto, perto da ponte. Até que um dia eles tiveram um problema com a barca, foi mal carregada e emborcou. E claro, não tinham seguro nem nada, perderam tudo! E eles chegaram à conclusão de que lá em Charqueadas, rapazes, não tinham futuro. Vieram pra Porto Alegre, pra trabalhar. O meu cunhado, o Marcelino, ele trabalhava de torneiro. E o meu marido ele começou a trabalhar também na Micheletto, como ajudante lá. Ele entrou pro setor de métodos e tempo.

Este conhecimento adquirido ajudaria a empregá-lo, mais tarde, em grandes empresas, até que monta a sua própria indústria metalúrgica, fazendo peças para outras empresas.

Dando seqüência aos depoimentos, estes “jovens” incluem nas suas narrativas os empregos dos pais, a moradia da família e a importância que os estudos tiveram nas oportunidades da escolha profissional. Da mesma maneira, relatam suas percepções sobre a antiga cidade que encontraram. Lembra Emílio Rozado:

O papai estava fazendo um colégio para umas freiras, foi a primeira obra, ali na Agronomia, do lado da Vila Cefer. (...) E fomos morar no galpão da obra. Metade do galpão era para guardar as ferramentas e essas coisas, e a outra metade, dividida em duas pecinhas era onde nós morávamos. (...) [Já minha] mãe costurava. Ela ia nos judeus que tinham na Alberto Bins. (...) Ali havia um monte de lojas dos judeus, ou dos turcos também, e eles vendiam muita confecção, pequenas coisas. Eles entregavam pra mamãe a roupa cortada e a mãe costurava em casa, e depois levava pra eles e eles pagavam. Ou seja, ajudou, tinha que ajudar o pai.

Emílio ressalta que o pai chegara à cidade sem nenhum emprego. Neste momento, faziam-se as laterais do Arroio Dilúvio, “os muros de contenção”, e nesta obra consegue trabalho temporário, porém não se acostumou à insalubridade deste emprego. Porque a sua família foi morar no galpão de obra do colégio referido, recorda que a região era completamente constituída por granjas, e que sua irmã estudaria neste colégio “da elite gaúcha”, não por serem ricos, mas sim porque trabalhavam e moravam na área do colégio.

As famílias de Maria Jesus e de Leonisa também residiram no local de trabalho. Enquanto o pai de Maria Jesus alugou um galpão para fazer massas, doces, pães, e logo após iniciar o *reparto* entre os estabelecimentos que eram clientes, o pai de Leonisa alugou uma peça conjunta ao bar de sua propriedade; anteriormente, havia trabalhado com outro espanhol dono de outro bar na rodoviária da cidade. Estes dois relatos demonstram uma característica marcante da imigração espanhola e verificada na literatura consultada: são, pois, proprietários ou funcionários de bares, restaurantes e padarias, como no caso dos espanhóis imigrantes na cidade de Niterói, pesquisados por Ana Mauad e Angêla de Castro Gomes (2006). De fato, segundo Diégues Júnior (1964, p. 318), os espanhóis eram o segundo grupo imigrante proprietários de hotéis, restaurantes, cafés e bares, sorveterias e leiterias, atrás apenas dos portugueses.

Seguem os relatos:

Maria Jesus: Quando nós chegamos, já estava pronta a divisão [no galpão alugado], de madeira, que nós subíamos por uma escada móvel, onde a gente dormia. Dormiam a vó, a irmã da minha vó, o meu irmão pequeno e eu. E a mãe e ele [pai] dormiam em baixo. O telhado era de zinco, (...) e a fumaça vinha para cima e aquele telhado de zinco era preto de fumaça. Com a umidade, de noite, está tudo fechado, pingava em cima da gente aquelas coisas pretas. Era uma tragédia aquilo. Ficava tudo manchado com aquela coisa que escorria, a umidade, aquelas telhas. (...) A mãe que nunca tinha trabalhado, na Espanha não fazia nada, mas aqui a coitada teve que fazer. (...) Nesse lugar que ele fazia reparto, no café Panamericano, no Mercado Público, ofereceram pra ele um lugar dentro do bar (...) pra ele fazer churros. Então foi ele que eu sempre digo que introduziu o churros em Porto Alegre. Só que não eram churros uruguaios. (...) E o dono do bar, do café Panamericano, [ofereceu sociedade a meu pai], que foi de vento em poupa. Ele melhorou de vida, começou a juntar dinheiro. Porque a coisa dele era só juntar dinheiro.

Leonisa: [O pai] já tinha um barzinho, um botequinho desses. Mas antes ele afiou faca, ele vendeu roupa de porta em porta. Ele fez de tudo, tudo que podia ser feito ele fez. (...) O primeiro [bar] era lá na Augusto Severo, lá na zona norte, perto do aeroporto. Morávamos naquele barzinho que ele tinha. (...) Depois meu tio e ele montaram um bar. Acho que não é do teu tempo, o Bonami. Na Salgado Filho. Foi o primeiro bar daqui do centro que teve mesas na rua, porque naquela época o centro era chique. Inclusive nós recebemos uma medalha da prefeitura. Só que nós entramos lá devendo até a alma. Devendo tudo. (...) Meu tio ficava de noite, era o mais jovem. O pai fazia as compras, ficava na copa. Eu ficava no caixa, e a mãe na cozinha.

Evaristo Iglesias possui um relato incomum. A convite do dono de uma casa de arte em vidros de Porto Alegre, seu pai é convidado a vir morar na cidade e a ser funcionário desta firma, chamada Casa Genta. Semelhante, porém, com maior apelo econômico, o pai de Mari Carmen obtém contrato de trabalho com uma firma italiana de automóveis e, poucos meses

após sua chegada, através da Carta de Chamada, traz o restante da família. É, de fato, um caso clássico de cumprimento das etapas burocráticas para a imigração de mão-de-obra pelo país de destino:

Evaristo: Ele [Miguel Genta] viu o trabalho do pai lá [na Europa] e ficou insistindo através de carta e tal para contratá-lo. E enfim contratou e a gente resolveu vir. Facilitou a vinda o fato de ter um tio meu aqui nesta cidade de Porto Alegre, que se chamava Baltazar Iglesias. Esse era o mais velho dos filhos do meu avô. (...) Então a gente chegou aqui em 1947, e fomos morar na Rua do Parque porque o dono da Casa Genta gostava que os operários todos, as pessoas que trabalhavam com ele, morassem próximas. (...) O meu pai trabalhou oito anos nessa empresa, depois foi trabalhar por conta própria. Se associou a um pintor, e foi uma boa sociedade. Era um pintor com um gravador, faziam trabalhos extraordinários juntos. Durou um período essa sociedade. Depois ele ficou sozinho, se separou do sócio e tinha a loja, oficina e nos fundos era a casa.

Mari Carmen: Ele [pai] ficou sabendo que aqui em Porto Alegre iria abrir uma montadora de automóveis, que era italiana, se chamava Sirei. (...) Depois que terminou esse tempo dos cinco anos ele resolveu se independizar. Ele já conhecia muitas pessoas, no bairro onde a gente morava, aqui na Mariante, num apartamento. Ao lado desse edifício tinha um terreno, era bem grande e ele montou a oficina mecânica dele. (...) [Já a mãe] ela costurava em casa mesmo. E quando veio, eu me lembro, aquela moda dos cintos, anos 60 eu acho, de fazer o cinto combinando com o tecido do vestido que tu usavas, ou o cinto combinando com a saia, a mãe comprou uma máquina industrial pra trabalhar em casa fazendo estes cintos. E ela recebia pedidos da Casa Moda ou outras casas que agora já fecharam, e que vendiam cintos no centro. Eu ajudava ela, eu era adolescente e ajudava, ia colando a parte do tecido no forrinho e depois no próprio couro. Recortava pra ela pra deixar certinha pra depois ela só fazer os arremates.

Desses relatos observa-se que as dificuldades econômicas faziam com que morassem no próprio local onde eram empregados e, uma vez terminado os contratos de trabalho, ou arrecadados os recursos financeiros necessários, buscassem melhores residências, onde montariam também os seus próprios negócios. Tal característica encontra-se também no grupo caracterizado a seguir.

Os que vêm adultos para Porto Alegre, e com formação profissional, enquadram-se nos mesmos serviços que realizavam na Espanha, ressaltando sempre em seus relatos os estudos dos filhos e a colocação profissional por eles conseguida.

Dentre os depoentes, quatro são aqueles que partem da França e que chegam a Porto Alegre com idade entre 15 e 30 anos, nos anos de 1951 e 1952, vindos através da IRO e com contatos na cidade (excetuando-se Maria Lázaro, já analisado). Vindo de São Paulo, Emílio de La Puerta também chega neste período; por ter mais idade e por se agregar a estes espanhóis em uma fábrica de móveis chamada Catalunya, será analisado neste grupo.

Sobre a Catalunya, Norma recorda:

Aqui [em Porto Alegre] tinha um casal de amigos nossos, que se criaram com meu pai. (...) Como ele já tinha vindo um ano antes, ele tinha emprego, já tinha montado uma fábrica [de móveis], que eles eram da mesma profissão. Aí o pai veio pra cá e se associou com ele. (...) O primeiro trabalho que meu pai fez junto com esse amigo dele que tinha essa fábrica foi um desastre. Terminaram de fazer o trabalho e quando chegou na hora de receber o homem não quis pagar! (...) Era tudo catalão: meu pai era catalão, o sócio dele era catalão, o genro era catalão, outro sócio também era catalão. Então botaram o nome da fábrica de Catalunya.

Esta fábrica ofereceu trabalho a muitos espanhóis recém-chegados a Porto Alegre na década de 1950. Na Catalunya se reuniam os catalães anarquistas que vinham da França, tendo sido chamados por aqueles. Mesmo que não faça referência a IRO, Elena Rico relata como operava esta organização quando os imigrantes chegavam e a maneira como os empregadores buscavam a mão-de-obra nos albergues em que inicialmente residiam:

Um caminhão nos esperava, não sei se era um caminhão do Exército. E nos carregou a todos lá em cima, na Hipólito da Costa. (...) Ali ficamos uns meses, sabes?! Era um casarão e, como não tinha divisões, a gente dividia com uns cobertores, pois tínhamos um cantinho. Outros tinham outro cantinho e assim era dividido. (...) E o pai, vieram buscar ele pra trabalhar. Porque vinha gente buscar os imigrantes. Eles chegavam aqui já com uma profissão, e o Brasil precisava de muita mão-de-obra, e como ele era marceneiro... (...) Ele fez as Casas da Seda, a primeira da Rua Andradas. Ele fez a Tabajara, na Avenida Borges de Medeiros, foi a primeiríssima que era de um francês. Fez várias lojas. E também depois se dedicou a fazer móveis. Ele arrumou uma oficina e fazia móveis. (...) Sim, a Catalunya! Sim, quem te falou na Catalunya? A Norma! Claro, se o pai dela era sócio do pai! [Logo depois] Eu me empreguei numa camisaria.

Também esta fábrica ajudara Emílio de La Puerta, recém-chegado de São Paulo ainda com a sua esposa doente:

Nada, nada, nada [nenhum conhecido]. Minha esposa doente, com uma filha de 40 dias... Aquilo sim que foi um golpe! Minha esposa não se recuperava, tinha saudades da família, eu também tinha, mas como trabalhava era uma vida mais... compreende? Eu só trazia uma carta [que me recomendava] para uma firma de uns espanhóis que eu não conhecia, na Barros Cassal. Se chamava Catalunya, uma fábrica de móveis. Trabalhava para firmas comerciais e tal. (...) Resulta que me pus a trabalhar normalmente na firma com estes, estive pouco tempo porque se desmanchou a firma⁵³. E pegaram serviços bons, tinham alguns empregados. (...) [E então] me mudei da Lucas de Oliveira pra Eça de Queiroz, e no fundo da Eça de Queiroz (...) uma casa de madeira e no fundo tinha um terreno e aí pus minha oficina.

⁵³ Em todas as referências feitas a esta fábrica, não fica claro sua duração - sugere-se quase uma década. Encerrou os seus serviços pelo abandono de alguns sócios e por um grave acidente que feriu o pai de Elena Rico. Alguns dos marceneiros aí empregados formaram suas próprias fábricas e firmas de móveis.

Garces e Remédios não fazem referência a esta fábrica, no entanto os espanhóis que nela trabalhavam se conheciam desde o exílio francês. As suas famílias formavam um conhecido grupo na comunidade espanhola, por organizarem passeios recreativos e pela ação que tiveram na Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos. São os espanhóis sócios da Catalunya que recomendavam, por carta, que aqueles viessem para Porto Alegre.

Recebendo auxílio inicial da IRO, hospedam-se em um hotel no centro de Porto Alegre previamente alugado por esta organização. Semelhante aos outros casos, abrem seus próprios negócios nos locais de moradia tão logo deixam os empregos iniciais. Importante para se entender as disputas na comunidade espanhola é a informação trazida por Garces de que o grupo que imigrava junto da França passava de uma dezena e eram todos militantes da CNT:

Amigos nossos, me parece que éramos uns 14. E todos companheiros da CNT. Nos haviam feito aqui os papéis para poder imigrar legalmente. [...] Eu estive a trabalhar mais ou menos quinze dias [em uma relojoaria no centro de Porto Alegre] desde que cheguei. (...) Então eu comecei a trabalhar por minha conta. Éramos minha mulher, minha sogra e eu, trabalhávamos e pegávamos qualquer trabalho para fazer, jaquetas e calças de firmas que existiam e que tinham tecidos. Nos entregavam o tecido e nós o cortávamos, preparávamos e entregávamos. (...) [Era, a primeira fábrica] No Bom Fim. Na primeira casa que alugamos, na Miguel Tostes. Não estávamos folgados, mas não nos faltava nada, comíamos bem. (...) Crispina, minha mulher, se ocupava da cozinha. Minha sogra já era costureira, e eu também havia aprendido isso. Chegamos a ter aí seis empregados trabalhando.

A narrativa de Remédios acompanha a de Garces, uma vez que as suas famílias estiveram juntas por muito tempo na cidade. Reforça o número de “companheiros da CNT” que vinham no navio e conta a imagem que teve ao passar pelo Estreito de Gibraltar:

[Era] de noite já, a hora que atravessamos o Estreito de Gibraltar, que tu passa com o barco e vê do outro lado..., aquelas luzinhas são a Espanha, e todo mundo “ahhhh”, olhando, dando adeus para Espanha. Quem sabe quando vamos voltar, e muitos que eram mais velhos não voltaram. Já morreram por todos os lugares. (...) Nós ganhamos uma diária da IRO, não me lembro, não era muito, mas dava pra se sustentar, não lembro quantos dias. (...) E todo mundo encontrou um lugar ou outro. E a procura de trabalho, imediatamente. O meu pai trazia um pouco de dinheiro porque trabalhava no campo, tinha salário, o meu irmão também. Não estávamos pobres, nós tínhamos que conseguir trabalho em seguida para nos sustentar e assim seguíamos o caminho. (...) O meu irmão, como ele era carpinteiro ebanista, fazia móveis e também construía, ele logo encontrou trabalho. E o meu pai também trabalhou, começou a trabalhar com um grupo de espanhóis que tinham uma construtora. (...) A gente foi vivendo com o que eles ganhavam. O meu primeiro emprego, eu trabalhei numa fábrica de tecidos.

Depreende-se desses excertos a importância da fábrica de móveis Catalunya, não apenas por dar emprego a estes espanhóis, mas também porque dela se percebe a rede de contatos que trazem estes espanhóis à cidade de Porto Alegre. Formada por um grupo de espanhóis imigrados um ano antes, estes mantêm contato com seus pares ainda na França, até que acabam por se empregarem todos nesta sociedade. Além de se manterem unidos na nova cidade, deste núcleo partiriam outras sociabilidades porquanto, além de serem espanhóis, eram antifranquistas, possuidores já de um desterro e que deveriam adaptar-se novamente a um novo ambiente.

Como se viu, Emílio de La Puerta chega à cidade em 1956, com uma carta de recomendação para trabalhar na Catalunya. Não esclarece durante a entrevista como é feito o contato com os espanhóis desta fábrica. Possivelmente a rede de contatos se estendia de alguma forma até São Paulo, trazendo-o de lá com relativa segurança.

Diz-se relativa visto que, ao chegar a Porto Alegre, muitos se deparavam com um sério problema de difícil transposição: a primeira moradia, o primeiro aluguel, o primeiro fiador. É interessante notar a maneira como Emílio de La Puerta narra este episódio, sem dúvida um exemplo de outros casos de imigrantes:

Era um sobrado. Era a casa de um italiano e não tínhamos fiador, não tínhamos nada. E não adiantava: “eu lhe dou três meses adiantados”, “não, não”, “mas eu quero falar com o dono”. Isso na imobiliária, no centro, e de lá falei com uma moça e me informou na segunda vez que fui, e eu disse: “te vou a pedir um favor, porque a situação me obriga. Gostaria de saber quem é o dono desta propriedade, na qual estou interessado para alugar, um sobrado, a parte em cima do sobrado entre outra família e eu”, “sim, mas não temos ordem para dar o endereço para ninguém, dos proprietários”. Aí eu lhe contei: “minha senhorita, estamos chegando de São Paulo, tenho minha esposa que está enferma e tem um nenê de 40 dias. Estamos chegando de São Paulo, de trem, cinco dias e quatro noites. E estou desesperado, não sei o que posso fazer. Não conhecemos ninguém, e como ninguém vai sair de fiador para nós, não sei...”. Bueno, lhe expus o caso para aquela guria de tal forma que disse: “eu não fiz isso nunca, mas vou arriscar pelo senhor”. E me deu o endereço. E resulta que morava nos fundos da casa aquela, do sobrado. Tinha uma casa ao lado, o proprietário. Era italiano. Eu não sabia destas coisas, mas fui até ali e chamei. Conheci a esposa, e à esposa também lhe disse: “olha, estamos numa situação, estou chegando de São Paulo, porque minha esposa em São Paulo não se adaptou, o médico recomendou que tínhamos que fazer uma força para vir para o sul...”. Lhe contei esta história, e a mulher me disse: “olha, meu marido não está neste momento. Daqui uma hora por aí ele está aqui. O senhor fala com ele, ele vai resolver, vai resolver”. [Quando chegou] lhe contei a história, simplesmente lhe contei, e acho que viu nos meus olhos a necessidade, o problema. O homem nem terminou de comer, disse: “me dá um paletó aí”, e pôs o paletó. E “vamos agora a resolver isso, até a imobiliária”. Fomos os dois, falamos com a moça, e disse: “bueno, esse imóvel que tenho na Lucas de Oliveira”, ela já sabia, não havia esquecido. E disse: “esse imóvel é para este senhor. Disse, “eu sou o fiador dele, não se preocupe com isso”. Fomos vizinhos muitos anos, um par de anos, dois anos ou um pouco mais. Ficamos amigos até que o homem foi atacado por um câncer e desapareceu. Mas ainda com a esposa tivemos sempre amizade e tudo o mais. São

passagens da tua vida que tu não esquece. Como no mundo existem pessoas maravilhosas.

Após passarem por inúmeros empregos e moradias e finalmente se instalarem com alguma estabilidade, estes espanhóis tratavam de recuperar aspectos sociais com os quais estiveram acostumados, seja no recente exílio francês seja da vida na Espanha.

Juntamente com a Catalunya, algo próxima de ser uma cooperativa, que empregou espanhóis com atuação marcante na Sociedade Espanhola, este grupo de imigrantes reproduz na cidade a sua sociabilidade anarquista, formando uma livraria e um núcleo da federação anarquista.

Segundo Remédios, “chegamos no [19]52 e já nos organizamos. Em seguida nos encontramos. Todos estavam em contato porque viemos todos juntos, no mesmo barco, no mesmo trem, até aqui”. Notadamente, com a participação de Remédios e Garces, compõem o grupo a família Puig Elias, todos vindos juntos no mesmo navio, e espanhóis que anteriormente haviam chegado à cidade, como a família Pujol e a família Colet, dentre outros.

Remédios possui recordações desta época:

A gente pôs uma livraria. (...) Alugamos um local; cada um levou o que tinha. Começou com livros, os livros que trouxemos da França. Cada um tinha um pouco de dinheiro, que era pouquíssimo, e eu não tinha dinheiro então a minha parte foi fazer todas as prateleiras, porque como o meu irmão era carpinteiro ele fez toda a instalação. Aquela foi a minha parte e os livros que eu tinha. O pai do Hélius [o pedagogo catalão Joan Puig Elias] entrou com todos os livros, e ele que tomava conta da livraria. Estava lá como vendedor. E o médico também entrou com todos os livros. Em seguida se fez um nível de relacionamento muito bom. Esse nosso amigo, companheiro, doutor Pujol, ele encontrou um grupo muito bom de médicos aqui na Sociedade Pasteur, então o relacionamento foi muito bom. Conseqüentemente tivemos fiadores para que, digamos, o pai do Hélius conseguisse com as editoras, livros para vender. O nosso sonho era fazer uma grande livraria, que evidentemente não deu. (...) Durou bastante tempo, porque a mãe do Hélius era uma grande modista, não costureira, modista, daquelas que um vestido dela era de grife. E ela ganhava bem [e sustentava a livraria]. Então o resultado é que a livraria não dava nem para pagar o aluguel!

Sobre a militância anarquista, este mesmo grupo funda um comitê local da CNT na cidade, mantendo a coesão que os identificava dentro da comunidade espanhola:

O Garces deve ter falado disso. Fizemos, olha a pretensão, uma federação local aqui, com um pequeno grupo. A federação local de Porto Alegre [da CNT], e tínhamos contato com o comitê nacional. A sede era a casa. Quem era secretário era quem fazia as reuniões, era na casa dele. Mas quando a casa era pequena, íamos à casa de outro, que era maior. (...) Olha, por bastante tempo [funcionou], porque até meu pai foi presidente, e eu era a secretária dele. Nos mandavam, do comitê nacional, nos

mandavam a documentação dos plenos... (...) Em [19]64 acabou tudo, porque não era permitido ter reunião nas casas. Mas eu acho que nós já começamos a ir acabando. Primeiro porque as pessoas foram se dispersando também. E sabe como é, o trabalho, a gente tinha que trabalhar, cuidar da vida, buscar a maneira de afirmar-se na vida. Mas pelo menos uns 4 ou 5 anos funcionou muito bem. No final eram mais reuniões fraternas, mas ainda continuávamos recebendo material da França, estávamos sempre informados sobre as coisas da Espanha.

A reunião deste grupo na cidade de Porto Alegre traria ou intensificaria o debate dentro da comunidade sobre a História recente da Espanha e sobre a sua evolução, uma vez que vivia, naquele momento, em plena ditadura militar.

A experiência particular de quem perdeu a Guerra e passou a viver na França sendo uma vez mais deslocado, ganharia nova conotação na cidade onde a comunidade já estava dividida, em uma sede republicana e outra franquista. Seguir demarcando o seu território significava uma nova luta a ser travada - por isso custaria tanto a perda futura de sua sede social quando da união no Centro Espanhol.

A seguir, analisa-se a evolução das duas sedes espanholas em Porto Alegre.

2.3 Convívio e celeumas na comunidade espanhola

2.3.1 Formação da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre⁵⁴

Sabe-se que grupos étnicos em seu país de destino aglutinam-se em associações, sociedades, com vistas a preservar a identidade que lhes aproxima e a diminuir a distância que os separa de sua Pátria. Assim, em 1893 é fundada em Porto Alegre a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos⁵⁵, com o intuito de prestar auxílio e de ser ponto de referência aos espanhóis no Estado. Em seu Estatuto, tem como princípios norteadores o mutualismo, ser uma sociedade apolítica e não ter credo religioso determinado, estendendo sua ajuda para

⁵⁴ As informações sobre esta instituição foram extraídas de: VARGAS, Iolanda Guimarães. **História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre**. 1979. 518 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1979. Possui grande valor documental este trabalho por reproduzir inúmeros documentos e atas, podendo ser utilizado como fonte primária, uma vez que muitos destes foram extraviados ou postos no lixo.

⁵⁵ Dos 48 sócio-fundadores, têm-se, por regiões da Espanha: 17 galegos ; 13 andaluzes; 5 aragoneses; 5 catalães; Castilla Vieja, 2; Granada, 2 Castilla Nueva, 1; Murcia, 1; Canárias, 1 e; Zaragoza, 1

casos de enfermidade, farmácia, seguros de vida e invalidez e de ter atuação cultural e recreativa para aproximar os seus sócios⁵⁶.

A redação estatutária de 1909 dota a Sociedade de personalidade jurídica após diversas revisões, levando em conta que a comunidade espanhola deveria integrar-se ao país receptor, não restringindo a participação de indivíduos de outras nacionalidades.

Inicialmente, as reuniões da Sociedade davam-se na casa do Presidente ou de membros da Diretoria. Quando necessitavam de espaços mais amplos, para festas ou para assembleias, recorriam aos salões da Sociedade de Beneficência, ao Palacete Rocco, à Sociedade Italiana Vittorio Emanuele II ou a outros locais da cidade (VARGAS, 1979, p. 72).

Em 1911 é efetuada a compra do terreno da futura sede social da comunidade espanhola, na Rua Andrade Neves n. 23, no centro da cidade, e também de um terreno contíguo. Por cerca de 15 contos de réis são adquiridos os terrenos via empréstimo bancário que seriam pagos por ações adquiridas pelos sócios e pelo aluguel de salas das casas compradas. (VARGAS, 1979, p. 75)

Neste período, o valor da mensalidade subiu devido aos “efeitos da Guerra Mundial”, passando de 1.000 para 3.000 réis. Segundo as atas contidas na dissertação de Vargas, em 1924, as dívidas adquiridas com a compra das casas foram quitadas. Já em ata da Assembleia Geral Ordinária de 25 de janeiro de 1925, discute-se um novo aumento da mensalidade e conclui-se que os gastos com farmácia não cessam de crescer, “sacrificando um dinheiro que deveria ser sagrado” para a reforma e para a construção da sede social (VARGAS, 1979, p. 79-80).

Por esta ata sabe-se que eram 170 os sócios da Sociedade, e que a Diretoria tinha consciência de que o aumento da mensalidade incidia fortemente naqueles sócios com menores recursos, e que eram a maioria. De fato, em ata de 1927, constata-se que 37 sócios se retiraram por ter “acabado o serviço de farmácia da Sociedade”, e criara-se um “livro negro” com os nomes destes dissidentes para que não viessem a associar-se novamente (VARGAS, 1979, p. 88).

Ao analisarem-se as atas de saída de remédios da farmácia verifica-se que, até a década de 1920, os itens com mais saída eram vermífugos, fortificantes, vacinas e xaropes,

⁵⁶ Ainda sobre a imigração espanhola para o Rio Grande do Sul, poucas informações dão conta da formação de Sociedades Espanholas de auxílio mútuo fundadas em Bagé, no ano de 1868, contando com 65 sócio-fundadores, muitos destes portugueses e espanhóis da região da fronteira. Situação semelhante verifica-se em Uruguaiana, com a fundação da Sociedade em 1876 por 51 sócios e em Livramento, onde 21 sócios fundaram em 1879 a sua Sociedade. Em Pelotas e Rio Grande, as sedes não sobreviveram aos tempos e os seus documentos foram extraviados ou destruídos.

distúrbios de saúde geralmente causados pela falta de higiene e pelo saneamento básico, provavelmente tendo como origem a má alimentação e a moradia precária.

Deduz-se que, para se criar uma sede social, serviços básicos de saúde eram cortados provavelmente de espanhóis mais pobres, uma vez que não contribuía como os mais abastados, e ainda oneravam a Sociedade. De fato, uma das condições para se associar era passar por uma rígida avaliação médica (VARGAS, 1979, p.197).

Ao pesquisar sobre a imigração espanhola no início do século XX para a cidade paulista de Bauru, D'Ávila (2004) observa que somente quando adquire caráter urbano é que esta imigração intenta agrupar-se em um centro. Fundada em 1910 por fazendeiros, comerciantes e industriais, a elite espanhola local, a *Sociedad Unión Española*, possuirá a sua sede social em 1915.

O que interessa aqui é o caráter dado a estas associações mutualistas criadas em toda a América Latina – ao orientar os imigrantes recém-chegados, ao celebrar festividades dos locais de origem, ao colaborar em momentos difíceis, ao auxiliar higiênica, médica e legalmente - e também em Porto Alegre.

A divisão existente no seio destas sociedades encontra-se no fato de que uma parte dos associados se interessa em atividades patriótico-culturais, enquanto outros se preocupam com as condições de vida de seus conterrâneos, pondo ênfase em atividades assistenciais. Citando Fernández, que investigou as colônias espanholas nas cidades de Santos, Montevideu, Buenos Aires e Porto Rico, D'Ávila (2004, p.155-156) afirma que sempre um destes elementos será atendido em prejuízo do outro.

Supõe-se que tal situação esteja relacionada com a visibilidade social que se queira dar a estas Sociedades. As elites imigrantes preocupam-se em ter o reconhecimento social das elites nativas. Assim, o acesso à saúde e a proteção, requisitada por imigrantes *invisíveis*, são tidos como obras de caridade dentro da Sociedade. No caso de Porto Alegre, quiçá menos importantes eram os serviços de farmácia do que a construção da sede social, uma vez que, em teoria, não sendo desprezíveis quantitativamente, eram os pobres os mais necessitados desse tipo de proteção mutualista e por isso se “retiravam” de uma Sociedade que não lhes auxiliava.

Ao citar Devoto, D'Ávila (2004, p. 158) destaca que essas associações mutualistas possuíam em seu seio “grupos consolidados de controle destas instituições que desmentem a possibilidade de considerá-las como âmbitos de práticas democráticas”. Não se quer aqui caracterizar esta comunidade imigrante como concorrente entre si, inserida em um ambiente

de disputa, mesmo porque os estudos demonstram que o contrário ocorria, sendo os imigrantes recebidos pelos anteriormente emigrados. O que se pretende ressaltar é que, embora a comunidade tenha preocupação com os seus patrícios recém chegados, esta se configura como uma preocupação transversal, sendo mais importante, neste momento, a constituição de uma sede que marque a presença social dos espanhóis na cidade, ainda que isso não seja uma reivindicação da maioria dos associados.

É somente a partir de 1932, cinco anos após a construção de sua sede social, que voltará o atendimento médico gratuito⁵⁷, estendendo-se até o ano de 1950, com sala própria e com aparelhos doados por um ilustre médico e sócio benemérito⁵⁸ da Sociedade.

Em 02 de março de 1929 foi inaugurada a sede social da Sociedade Espanhola, pensada e executada pelo arquiteto espanhol Fernando Corona, ilustre porto-alegrense, colunista do jornal *Correio do Povo*, e ardoroso defensor do republicanismo que se constituía na Espanha.

Entretanto, rapidamente, a comunidade espanhola se desagregaria. Desde a proclamação da Segunda República espanhola, elementos republicanos e monarquistas (e logo franquistas) iniciaram discussões que dissolveriam o caráter apolítico com que fora concebida a Sociedade.

Deve-se ressaltar que as fissuras na comunidade são anteriores à própria Guerra Civil, e o novo rumo político-ideológico que tomava a Espanha não agradava aos setores tradicionais que aqui se encontravam. Ainda assim, o sentimento de respeito mútuo entre as partes e o reconhecimento dos posicionamentos ideológicos de ambos os lados ainda não influenciavam a direção da Sociedade Espanhola e do Consulado Espanhol.

Antecipando-se aos acontecimentos que precedem à Guerra Civil e tentando evitar atritos entre os grupos opositores, a Junta Diretiva da Sociedade proíbe manifestações políticas em sua sede, fato que estimula os republicanos a formarem o Centro Republicano, com objetivo de difundir as realizações do novo sistema político na Espanha através de

⁵⁷ A diretoria da Sociedade reconhece que os problemas financeiros, oriundos da pouca participação dos espanhóis no período que vai de 1925 até 1935, devem-se principalmente ao fim do atendimento de saúde prestado pela Sociedade. Contava esta com inúmeros médicos associados e são estes quem atenderão em seus consultórios particulares, gratuitamente, com remédios pagos pela sociedade, os espanhóis que necessitassem de auxílio médico. Até que montou-se a Policlínica da Sociedade Espanhola.

⁵⁸ A construção do prédio custaria cerca de 120 contos de réis, uma quantia elevada para a sociedade, arrecadada através de debêntures. Mais tarde, como a Sociedade não podia pagar os juros das debêntures e nem mesmo resgatá-las, cada sócio foi doando seu valor, recebendo em troca o título de sócio benemérito.

panfletos, revistas e jornais. Este Centro Republicano funcionou nas dependências da sede social e teve apoio de ilustres membros da comunidade espanhola, inclusive de pessoas ligadas ao Consulado, e publicavam um informativo, o *España Republicana*.

A postura republicana fica caracterizada em um acontecimento no início de 1936: José Barreras Escalona, Presidente da SESM nesta época, amplamente respeitado na comunidade espanhola, é convidado pelo governo espanhol para assumir o Consulado da Capital. No entanto, este Consulado não mais reconhecia o governo eleito democraticamente na Espanha e representava os rebeldes que, pela força das armas, queriam derrubar um governo legalmente eleito⁵⁹. Partindo dos membros da SESM, é pedida a sua demissão do cargo que ocupava, o qual é aceito pelo Sr. Barreras, em 04 de novembro de 1936.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que os republicanos ocupavam uma sala da sede para seu Centro Republicano, imprimiam um informativo, faziam palestras em defesa do novo sistema de governo espanhol e festas para arrecadar dinheiro que seria enviado à Espanha republicana, mudando-se assim o caráter apolítico da sociedade, contraditoriamente, faziam com que renunciasse o seu Presidente, porque este último não poderia fazer parte de um Consulado que apoiava o golpe militar de Franco.

Sobre estes fatos, cria-se igualmente dentro da Sociedade o Centro Nacionalista, notadamente formado por monarquistas e por franquistas, que evoluiria para o Grupo de Amigos 12 de Outubro e, por fim, para a Casa de Espanha, esvaziando a SESM e dividindo por mais de sessenta anos a comunidade espanhola em Porto Alegre.

2.3.2 Novo período: a década de 50

A maior parte dos depoentes da pesquisa chega a Porto Alegre na década de 1950, período em que já se encontrava dividida a comunidade espanhola. Fundada em 1954, a Casa de Espanha originou-se da reunião de descontentes com os rumos políticos que a SESM tomava. Majoritariamente, os seus idealizadores e fundadores eram franquistas.

É também nesta década que volta a imigração espanhola a crescer no Brasil e também em Porto Alegre. Assim, cabe averiguar as sociabilidades que se encontram e que

⁵⁹ Após o golpe de Estado realizado por Franco, elegeu-se a Junta de Defesa Nacional, que assumiria todos os poderes de Estado nas zonas que estivessem sob o seu domínio. Como consequência, diversas embaixadas espanholas ao redor do planeta igualmente se dividiriam bem como as representações consulares de algumas cidades.

partiam da SESM, já um pouco desfigurada pela ação do tempo e que causaria incômodo ou satisfação, ou mesmo nada causaria, a divisão em que se encontrava.

Utiliza-se a narrativa direta dos depoentes para se demonstrar a delimitação política e a celeuma existente:

Remédios: A Sociedade Espanhola era republicana, foi criada na República Espanhola. A outra era fascista, foi montada com ajuda do Consulado e do Governo espanhol, receberam dinheiro. Os daqui também fizeram um esforço e construíram aquela casa [Casa de Espanha]. Durante muitos anos nós nunca pusemos o pé, éramos muito orgulhosos. (...) Sempre foi aberta [a Sociedade Espanhola] mas nunca foi partidária. Até porque nem nós, que tínhamos aquele grupinho da CNT, fizemos política lá dentro. A nossa convivência foi sempre social. E o nosso grupo da CNT ficou restrito aquilo.

Garces: Não era a primeira vez que um cônsul queria fazer amizade com a gente da Sociedade Espanhola. Vou te contar um caso de um que quis entrar de sócio: fez a solicitação, como profissão pôs Cônsul de Espanha em Porto Alegre. E nós dissemos: “não, você não é Cônsul de Espanha, você é Cônsul de Franco”. Assim que com esta condição ele não ingressa na Sociedade Espanhola.

Norma: A gente não se misturava. O que era do tempo de Franco, os anarquistas e os republicanos não conviviam. (...) Eu me dou com todo mundo. Não tenho nada contra ninguém. Mas eles não. Era notória a diferença.

Remédios: Os fascistas foram os primeiros a sair, porque aquela casa, a Sociedade, era republicana. Então porque eles não queriam que lá entrasse o Cônsul e essas coisas, se ofenderam, claro, foi o melhor que podiam fazer. Não sei se foi o melhor, porque aquilo foi o começo de todo o desandar. Se eles tivessem respeitado aquela Casa, foi criada no tempo da República, tinha a bandeira republicana. Então tinha que respeitar aquilo. Mas eles queriam impor a Espanha que tinha. Aí começou a briga. (...) E foi dura a batalha, foi dura e durou muito tempo.

Maria Lázaro: Meu pai não era muito sociável. Ele, logo que chegou, foi da Sociedade Espanhola, mas tinha um grupo que ele considerava que eram anarquistas e comunistas. Ele era socialista. O pessoal muitas vezes confunde, comunistas e socialistas, que são a mesma coisa. Não é! (...) Eu sei que nós íamos algumas vezes nas reuniões acompanhar ele. (...) Eu fui à Sociedade Espanhola. Um monte de pessoas mais jovens, digamos, que ficaram alardeando e falando da Guerra Civil, como se tivessem participado, não sabiam coisa nenhuma e com umas idéias completamente ultrapassadas, e ele resolveu ficar na dele.

Garces e Remédios estiveram desde o início envolvidos com a Sociedade Espanhola e são, dentre os entrevistados, aqueles que possuem uma característica política muito clara, isto é, o reconhecimento de que as suas ações do presente vêm de seu passado. Assim, delimitar o seu espaço de ação no âmbito da antiga sede e identificar quem eram os ‘franquistas’ não significava mais do que estiveram acostumados desde os tempos da Guerra Civil na Espanha e no período da estadia francesa.

Já Maria Lázaro, como seu pai, identifica tal militância com um sectarismo que ficaria patente no seu envolvimento posterior com a organização da Sociedade Espanhola e da Casa de Espanha, e na maneira como se refere “àquela gentinha” identificada no grupo francês.

Por seu lado, Maria Purificación, em Porto Alegre desde 1976, não possui boa impressão da primeira vez em que teve contato com os integrantes da Sociedade Espanhola:

Quando fui à primeira vez na Sociedade, fui ao Recanto Espanhol, que se queimou. E me acharam que era fascista. Quase arranco os olhos ao homem que me chamou de fascista. “Ah, você é fascista?!”, “olha, meu pai ficou na cadeia sete anos, meu marido ano e meio. Passei coisas horríveis, vivi a Guerra, a Pós-Guerra. Como pode me chamar de fascista?! Sou pacifista, mas eu me ponho em você!”. E o outro se apavorou, “que mulher, é fascista e louca”. (...) Olha uma coisa, não sou esquerdista, mas eram mais radicais os esquerdistas que os fascistas. Mais radicais.

Sem ter um caráter tão marcadamente político quanto os referidos anteriormente, mas filiando-se, seus pais e por consequência eles próprios, ao grupo antifranquista, os demais depoentes republicanos atentam mais para os aspectos de recreação da Sociedade Espanhola, para os bailes, para os seus passeios e para os casamentos que daí partiam.

Os relatos de Remédios e Garces contam sobre os passeios realizados pelos espanhóis. Era, também, uma forma de conhecer a cidade, de desfrutá-la e de se manterem unidos:

Remédios: Começamos a fazer as excursões, que ninguém fazia naquela época. Começamos a fazer através da Sociedade Espanhola. Porque nós, como grupo, não éramos bastante. E fomos muito bem acolhidos, trabalhamos muito lá [na SESM]. (...) No começo era a oportunidade de nos reunirmos. Depois tínhamos as assembléias da Sociedade Espanhola. Aí começamos as excursões para Belém Novo. Começamos indo para as praias mais próximas. Alugamos um ônibus e às vezes dois ônibus e saíamos da Praça XV. Na medida em que as pessoas foram indo às praias de Ipanema, nós fomos indo pra mais longe, Belém Novo, que ninguém ia pra lá. (...) Então em geral o Garces e eu que tínhamos que alugar o ônibus, os organizadores. E aí fazíamos os preços. Depois com o preço, entrava o salário do motorista, que comia conosco. Todo mundo levava comida. Era uma grande festa campestre.

Garces: Tínhamos todos os domingos, sábados e domingos, nos juntávamos todos a comer aí, toda a turma de espanhóis [no Recanto do Guarujá]. E se não, íamos de excursão, saíamos de manhã cedo e íamos ao Lami, às Ilhas algumas vezes fomos..., e passávamos o dia fora, todo mundo junto. E chegamos a lotar três ônibus! Éramos muito unidos. [E também] Quando anoitecia, nos juntávamos num bar que se chamava *El Torejo*, na Protásio Alves, que depois vai ser meu [porque os donos deixaram de ir nas excursões para cuidar do bar] e aí nos juntávamos, nos reuníamos quase quinze ou vinte espanhóis, todos os dias!

Maria Lázaro recorda das festas da Sociedade Espanhola. Em um primeiro momento, convive e participa das festas, situação em que conhece o seu marido. Posteriormente, ao participar dos encontros na sede campestre da SESM, lembra da falta de organização e do desrespeito entre os sócios. Este relato relaciona-se com seu papel de organizadora dos eventos futuros na Casa de Espanha; como Presidente desta, foi aquela que organizou e que fez dar lucros as atividades realizadas pela comunidade:

Aos domingos à tarde eu ia me reunir com as gurias espanholas que eu conhecia, elas ficavam reunidas jogando *patis*. E de noite nós íamos, no domingo, nas reuniões da sede da Sociedade Espanhola, que começavam às nove da noite e terminavam a uma da manhã. (...) De vez em quando nestas festas nós íamos [ela e o marido], só que eu fui criada na França, minha forma de pensar é mais francesa, eu sou mais racional, organizada. E as festas da Sociedade Espanhola eram um caos. Quando a gente chegava na sede campestre que tinha lá no Guarujá, a gente chegava e tinha um que tinha vindo [antes] e já tinha pendurado um casaquinho, só faltava por uma cuequinha, uma calcinha, tudo reservado. A gente se sentia assim, como que... Porque nós não tínhamos muito relacionamento. Conhecíamos muitos de falar, mas não freqüentávamos. Estávamos mais voltados para o nosso trabalho, para a nossa vida, e sempre ficamos meio afastados em geral. Não nos enturmamos tanto.

Mari Aladrén, sobre este período, recorda da filiação de seu pai às duas Sociedades. Como republicano, o fato de ser um dos fundadores da Casa de Espanha demonstra a permeabilidade do caráter desta Sociedade. Segundo ela, “eram os anarquistas que não botavam o pé na Casa de Espanha”:

O pai ficou sócio das duas. Mas o pai não era rancoroso. Convidaram ele pra ser fundador da Casa de Espanha. Ele se dava muito bem com o Cônsul, o Vice-Cônsul, e todos mais. [Ele] queria se dar bem com todos, ele disse assim: “já que eu tive que sair da minha pátria, da minha terra, não é numa terra estranha que eu vou começar de novo a fazer as divisões. Então vamos partir do branco, a nossa vida a partir daqui é uma folha em branco”.

Única entrevista realizada em dupla, o diálogo entre Norma e Maria Jesus, uma republicana vinda da França e a segunda de “família franquista”, demonstra que a comunidade estava dividida pela ação de dois pequenos grupos, um em cada Sociedade, e isolados daqueles que não viam sentido nesta separação:

Maria Jesus: Eu sei que a gente freqüentava a Casa de Espanha naquela época, ele era franquista [pai]. Como todos os...

Norma: Mas ele também ia na Sociedade Espanhola. Eu conheci ele lá.

Maria Jesus: Porque no fundo, no fundo, eu tenho a impressão que, apesar dele ser franquista, dele ser do lado de Franco, eu acho que essa parte dos espanhóis, ele não se importava, ele não era um franquista radical.

Norma: É, é. É diferente dos nossos, a gente não freqüentava, nossos pais eu digo, não freqüentavam a Casa de Espanha, mas se davam com as pessoas, só não freqüentavam o salão, o clube, mas com as pessoas se davam.

Maria Jesus: Sim, é. Nunca escutei falar nada, falar mal, nunca, nunca. Isso não.

Norma: Existia aquela rixa, sempre existiu. Se, por exemplo, juntasse algum do partido de Franco e outros que não eram sempre havia discussão, era normal. O espanhol por si já tem o hábito de briga, de grito.

A Sociedade Espanhola era aberta à participação de nacionais. Em determinado momento possuía mais sócios brasileiros do que naturais da Espanha; além disso, sempre abriu as suas portas para reuniões de sindicatos e de agremiações políticas. Até que, em 1958, um grupo de comunistas ligados ao sindicato de trabalhadores do porto toma conta da Diretoria da Sociedade, expulsando e proibindo a participação de espanhóis na nova Diretoria, entre eles, Garces. O episódio ganhou repercussão devido às grandes brigas causadas e ao processo judicial que correrá até 1960, quando houve a reintegração de posse à antiga mesa diretora.

A clássica disputa dentro da esquerda, que fora dramática na Guerra Civil, como nos quatro dias de Barcelona e depois na contra-revolução stalinista, repetia-se agora em Porto Alegre no seio da sociedade republicana. Dessa forma, confirmava o acerto da decisão dos sócios da Casa de Espanha na separação das Sociedades.

2.3.3 A origem da Casa de Espanha⁶⁰

Os motivos dos fundadores da Casa de Espanha para a sua separação recaíam basicamente sobre quatro pontos: o caráter unicamente republicano que passou a ter a Sociedade Espanhola; a presença do Centro Republicano dentro de uma Sociedade que deveria ser apolítica e tendo força para, contraditoriamente, fazer com que um Cônsul não pudesse ser Presidente da Sociedade; a abertura, desde 1938, da Sociedade a sócios nacionais⁶¹ que, não entendendo as raízes do conflito espanhol, estavam a “conturbar o ambiente”, sendo possível inclusive que participassem de suas Diretorias; e o rompimento da Sociedade Espanhola com a representação consular em Porto Alegre.

⁶⁰ Todas as informações sobre a Casa de Espanha foram extraídas de: KRELING, Wilma Ferreira. **História da Casa de Espanha de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1979. 436 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1979.

⁶¹ Em 1938, "leis nacionalizadoras" passaram a regulamentar a permanência de imigrantes no País: *Decreto-lei n. 383, de 18/04/1938: proibia a prática de qualquer atividade de natureza política dos estrangeiros no País. Eles não poderiam organizar, (criar) ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que (tivessem) por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do País de origem.*

Desta maneira, desde a década de 1940, espanhóis descontentes com a atuação republicana dentro da SESM fundam o Grupo de Amizade 12 de Outubro, cujo ponto de encontro passara a ser o bar de um espanhol no centro da cidade.

Em 1954 era fundada a Casa de Espanha, nome proposto pelo governo franquista a estas instituições culturais espanholas fomentadas em todo o mundo. De fato, é fundada por 44 espanhóis, provavelmente a maioria franquista, recebendo auxílio financeiro do Governo Espanhol e do Consulado Espanhol da capital⁶².

Segundo o Estatuto da Sociedade, teria como preocupações “essenciais”: incentivar e fomentar a unidade, a fraternidade e a harmonia entre todos os espanhóis; manter vivos o idioma, a cultura, a civilização e o espírito espanhol; realizar intensa atividade cultural, a fim de defender o hispanismo no Rio Grande do Sul; promover a amizade e a cordialidade entre os associados e simpatizantes de qualquer nacionalidade através das sessões de cultura e recreio (KRELING, 1979, p. 90).

A comemoração do dia de Santiago de Compostela, padroeiro da Espanha, ilustra a situação de discórdia na comunidade espanhola: em 1952, o Grupo de Amigos desejava fazer uma festa no salão da Sociedade Espanhola. A troca de correspondência entre os grupos, transcrita na dissertação de Kreling (1979), demonstra que a Sociedade Espanhola cederia gratuitamente o espaço se “todos os espanhóis da comunidade fossem convidados”. A resposta da Casa de Espanha apresenta surpresa diante de tal obrigação, uma vez que a sua cessão obrigue que todos os sócios da Sociedade sejam convidados, e que não haviam pensado impedir a entrada do quadro social da Sociedade. Finalizam a mensagem dizendo que, se tivessem de pagar para usar o salão que uma vez foi de uso comum, convidariam quem quisessem. O resultado desta situação é que o Grupo realizou sua festa nos salões da Sociedade Recreativa Grêmio Gaúcho, em Teresópolis.

A carta-convite enviada aos sócios alertava para a realização da festa em um lugar estranho e ressaltava que tal confraternização era aberta a toda a comunidade espanhola de Porto Alegre.

Pelas atas existentes na pesquisa de Kreling (1979, p.80), observa-se que há uma sessão de perguntas em uma das reuniões iniciais do Grupo. Estando com a palavra o Cônsul espanhol, este fala que a casa que está a formar-se “abrigará todos os espanhóis da colônia, e

⁶² A Sociedade Espanhola não reconhecia o Consulado como legítimo, pois aqueles faziam parte de um governo golpista e antidemocrático, acarretando o cancelamento de envio de recursos financeiros para os espanhóis associados à Sociedade republicana.

terá caráter recreativo e cultural, não decaindo em questões políticas”. Este discurso abriga uma contradição, já que os elementos principais da Diretoria são abertamente franquistas e, salvo engano, não existe ambiente coletivo em que questões de relevância não sejam tratadas seguindo o panorama ideológico de cada pessoa ou do grupo. De outra maneira, entende-se ser difícil um espanhol sentir-se confortável em uma associação cujo ambiente é notadamente franquista, seja em opiniões pronunciadas, seja nas referências estéticas que continham o prédio social. Reforça esta percepção o fato de estarem presentes a esta reunião, como “sócios de honra”, os representantes consulares da Espanha e de Portugal, dois países que viviam sob intensa ditadura militar (KRELING, 1979, p. 87).

Não é objetivo desta pesquisa analisar as relações internacionais entre Brasil e Espanha, nem a contextualização política das simpatias do Estado Novo de Getúlio Vargas com o fascismo espanhol de Francisco Franco. Tampouco se tratará das conseqüências para esta relação da ruptura do Brasil com o Eixo durante a Segunda Guerra. Cabe ressaltar, em contrapartida, alguns pontos interessantes que tiveram repercussão na comunidade espanhola de Porto Alegre.

A origem do Grupo da Amizade 12 de Outubro, que resultará na formação da Casa de Espanha, é o Centro Espanhol Nacionalista. Este Centro existiu durante a Guerra Civil Espanhola e rivalizava com o Centro Republicano, visto anteriormente. Com patrocínio do Consulado Espanhol, imprime desde a vitória franquista na Guerra um informativo, o *Hogar Español*⁶³ (Ver ANEXO VII).

Segundo Ayllón Pino (2004, p. 271), *Hogar Español* foi uma associação coordenada pelas Embaixadas espanholas em diversos países. Em que pese à proximidade ideológica entre os governos de Brasil e Espanha, desde 1938 que o Governo Brasileiro proibia as organizações políticas estrangeiras de atuarem no País. Entretanto, para aquele pesquisador, a pesquisa realizada nas correspondências entre a Embaixada espanhola na cidade do Rio de Janeiro e o Governo Espanhol demonstrou que esta proibição não evitou a ação de “agentes falangistas” através da criação destas associações.

Importa que, em Porto Alegre, alguns espanhóis que atuaram neste informativo estarão envolvidos com a formação da Casa de Espanha, o que demonstra o forte conteúdo político da nova Sociedade, mantido nas décadas posteriores.

⁶³ *Lar Espanhol* (Tradução do Autor). No exemplar n. 2, do *Año I de la Victoria*, a prestação de contas revela que o Centro Nacionalista Espanhol doou à associação a soma de 1:201\$700, e que foi realizada uma coleta a ser enviada ao *Generalissimo Franco*, no valor de 1:550\$000.

O primeiro local alugado pela Casa de Espanha foi à Rua Júlio de Castilhos, 133 e 139, já no ano de sua fundação. A mensalidade era de Cr\$ 100,00 e a jóia de Cr\$ 500,00. No fim de 1953 a entidade contava com 153 sócios, e em ata de 16 de julho de 1964 encontra-se a informação de que ingressa na Casa de Espanha o sócio de número 1.000 (KRELING, 1979, p. 147).

Em 1974, a Casa de Espanha funda a sua sede social no Bairro Higienópolis, com recursos arrecadados através de mensalidades, de rifas, de aluguéis do salão da antiga sede, da venda de títulos patrimoniais e de recursos do Governo Espanhol.

Os recursos médicos e de farmácia serão oferecidos desde 1961, em contexto muito diverso daquele vivido pela Sociedade Espanhola. Os médicos atenderão em seus consultórios próprios através de convênios com a Casa de Espanha, que também disporá de auxílio jurídico e previdenciário. Não se pode saber em que medida os sócios desta Sociedade, ainda que contrários à sua caracterização franquista, a ela se associassem por ter mais e melhores condições de atendimento do que a sede republicana. Pensa-se isso porque os recursos governamentais que incrementavam a Casa de Espanha poderiam ser definitivos na escolha da sede a se associar. E, mesmo o fato de haver espanhóis sócios das duas instituições, isso possa demonstrar haver diferença na qualidade dos atendimentos de saúde e demais serviços que prestavam as duas Sociedades.

De todas as formas, não só a Porto Alegre da década de 1960 e 1970 é distinta daquela de 1920, como também a imigração espanhola contemporânea traz outro tipo de imigrante, inserido em um novo ambiente econômico e em novas situações de moradia e de salubridade.

Dentre nossos depoentes, muitos são os que, por seus pais, vinculam-se à Casa de Espanha, ou ainda, associam-se nas duas Sociedades. Emílio Rozado conhece a Casa de Espanha visto que esteve por dentro da unificação posterior. Também porque de seu pai, “sócio somente da Casa de Espanha”, escutou muitas histórias das desavenças entre os dois grupos, do qual “minha geração quase não participou”. Demonstrando conhecimento sobre as ondas imigratórias de espanhóis, identifica-as temporalmente, inclusive o grupo que chega da França, os “anarquistas”:

Da França se bandearam aqui pra América. Esses espanhóis chegaram aqui, e veio uma parte aqui pra Porto Alegre. Esses [anarquistas] tomaram conta da Sociedade Espanhola. E sempre houve, e agora a gente dá risada, sempre houve um antagonismo entre a Sociedade Espanhola e a Casa de Espanha. Uma coisa muito burra!(...) Para os que vieram na minha época eles eram comunistas, anarquistas. Pra

eles nós éramos franquistas. Não tem nada que ver! Particularmente falando, nós não éramos franquistas, nós até fugimos de lá porque a coisa andava tão, economicamente tão estagnada, tão ruim que... Mas nós éramos “franquistas”. (...) Tinha um grupo, aquele que era o grupo mais dominante que antagonizava com... Então tu não podias ir à Sociedade Espanhola numa festa porque tu eras da Casa de Espanha, pô, tu eras um franquista! E pra nós, não, esse é um comunista! Eu não vivi muito isso porque eu era pequeno. Mas os mais velhos!

Deve-se destacar que não se encontraram nos depoimentos sobre a Casa de Espanha elementos que permitissem avaliar o grau de coesão em torno desta Associação. Passeios, festas, recreações diversas aconteciam, contudo ficaram de fora das histórias narradas. Isso permite inferir que as narrativas destes que são os mais jovens dentre os depoentes somente ganham sentido em relação à comunidade espanhola quando passam a ter idade para participar com maior ou com menor grau em sua vida social. Mesmo assim, se seus pais participassem regularmente da vida social da sede, ainda restariam lembranças de aspectos de convívio.

Evaristo Iglesias recorda que as discussões políticas na comunidade seguiam “quentes”. Na Casa de Espanha o ambiente hostil das rivalidades fez com que seu pai se afastasse da Associação:

Quando a gente chegou existia a Sociedade de Mútuos Socorros, que é muito antiga, mas havia muita política, se discutia muita política. (...) Uma porção de espanhóis resolveram não participar daquela sociedade, mas ficar num grupo independente onde não se falasse de religião, de política. [Mas] também aqui [na Casa de Espanha] começaram as rivalidades e as questões políticas, e aí o meu pai resolveu se afastar. Mas continuou visitando os espanhóis em casa. As famílias se reuniam no fim de semana. Iam passar o domingo na casa de um, daqui a pouco na casa de outro. O laço permaneceu. E de vez em quando íamos ao Centro Espanhol.

A fala de Emílio Rozado também demonstra o modo das relações entre os espanhóis; entretanto, aqui se analisa o termo *afinidade* como relativo à afinidade política, e não étnica:

A relação com os espanhóis era bastante íntima. Por uma razão muito simples: tu chegas aqui, tu não conheces ninguém, quem tu vais procurar? Gente com quem tu tens afinidades. E estes então te recebem porque também já foram recebidos por outros. E te ajudam porque foram ajudados por outros. (...) A Casa de Espanha, que ficava na Julio de Castilhos, era um buraco. Era um andar de cima, entrava por uma escada escura, me lembro. [Depois] compramos um terreno e foi se construindo aquela sede que tem até hoje. Aquela sede foi construída com recursos da colônia mas principalmente com recursos do Governo Espanhol. O Governo Espanhol teve o mérito de nos mandar ajuda pra construir aquela casa, que é muito bonita até hoje.

As relações da Casa de Espanha com o governo franquista ficam claras nas narrativas. Emílio Rozado ressalta o mérito de o Governo Espanhol ter financiado uma parte

da construção da sede social, mesmo que, por outro lado, tenha terminado com o repasse de recursos à sede republicana. Maria Purificación, por sua vez, reproduz automaticamente uma fala quiçá comum entre os espanhóis, isto é, a de caracterizar a Casa de Espanha como franquista e a SESM como republicana, enfatizando-se a participação daqueles vindos da França:

Nos fizemos sócios das duas casas. Porque uma casa era fascista, foi a que primeiro veio nos ver. Souberam que éramos espanhóis e vieram nos visitar. Logo nos inteiramos que eram fascistas e..., fascistas não, eram, bueno, havia de tudo. E havia outra sede que eram todos vindos da Espanha quando terminou a Guerra e que haviam ido à França e logo chegaram aqui e nos fizemos [sócios] das duas casas.

Igualmente, Maria Lázaro apresenta, à sua maneira, um notório funcionário consular, reconhecido na comunidade espanhola e deveras franquista. Porque ela é republicana e sócia da Casa de Espanha, é interessante a sua briga com este Vice-Cônsul, um dos fundadores do Grupo da Amizade – talvez um dos pilares do rechaço republicano à unificação posterior. Neste relato, refere-se às inúmeras tentativas que fez a fim de conseguir a cidadania para o irmão:

O Vice-Cônsul da Espanha, naquela época, era o Álvaro Raya, com o qual eu vivia de *pegas*, porque como eu era republicana e ele era franquista, eles não me davam a documentação do meu irmão, não queriam me dar. Depois me deram uma certidão de nascimento dele dizendo que “de acordo com o decreto de Franco, como foi registrado na época da República, esse registro não tem validade”. Aí eu digo: “ah, sim, então Franco é maior que Deus! Porque quem nasceu não nasceu”. Ele queria que meus pais, casados só no civil, casassem no religioso. “Quem casou não casou, quem nasceu não nasceu, quem morreu não morreu. Onde é que estamos?”.

Por seu lado, Remígio Blanco, que chega a Porto Alegre em 1966, não parece se relacionar muito com a comunidade espanhola, visto que estava sempre ausente, fazendo os seus transportes como caminhoneiro. Em seu relato, fica caracterizada, uma vez mais, a identidade dada à SESM. Verbalizando o passado, é no presente que encontra o termo adequado para designar os freqüentadores da SESM:

Não convivia, primeiro tinha a Casa de Espanha, e nós nos reuníamos lá. (...) O Centro Espanhol [confunde com a Sociedade Espanhola] foi por aqueles que fugiram da Guerra de Franco, eles não queriam saber do regime que tinha lá. Aqueles do Centro Espanhol [Sociedade Espanhola] não eram bem comunistas, mas eram socialistas, eram... Escaparam e tal, os sem-terra e isso.

Antes de averiguar o período compreendido após a morte de Franco até a redemocratização da Espanha, momento em que iniciarão as tratativas de reaproximação das duas sedes espanholas em Porto Alegre, convém concluir parcialmente o que estes relatos permitiram inferir.

O grupo dos que partem da França, reunidos na referida cidade com outros espanhóis vindos em igual situação, antes de participarem ativamente da SESM e de serem identificados como os “anarquistas”, reúnem-se em atividades que reproduzem os sistemas pelos quais tinham familiaridade na Espanha, como a fábrica de móveis, a livraria, o núcleo da CNT, passando depois a integrar as diretivas da Sociedade.

Embora somente Remédios e Garces possuam narrativas que dêem conta desta situação, Elena e Norma, principalmente através de seus pais, filiam-se a este grupo, porquanto os contatos familiares procedem desde a Catalunha.

Deste mesmo grupo, Maria Lázaro possui em sua narrativa um sentimento de desdém pelos que partem, assim como ela fez, da França. A seu pai não lhe agradava o ambiente da Sociedade Espanhola; por seu marido, sócio das duas Sociedades, passa a participar ativamente da Casa de Espanha como “organizadora” de eventos da comunidade. É quando assume a responsabilidade das atividades sociais da Casa de Espanha, no final da década de 1980, que estas começam a “dar lucro”, a ter uma organização “séria”, não administrando para “grupinhos” e sim para toda a comunidade. Eram estas as críticas que ela fazia às gestões da SESM.

Tomando o grupo galego por conjunto apenas por serem da mesma região, todos eram sócios da Casa de Espanha, chegaram quando a sede era naquele prédio “horroroso” - por isso, pouco convidativo. Porque todos eram crianças, seus pais é que se associam e levam consigo a família, não ficando claro nos relatos se o fazem por discordar do ambiente da Sociedade Espanhola, por serem franquistas ou apenas porque a Casa de Espanha, mais organizada, foi a primeira a procurá-los e a oferecer-lhes algum tipo de auxílio.

Emílio de La Puerta, mesmo convivendo com o grupo da França e sendo sócio da Sociedade Espanhola, não deixa transparecer preocupação sobre esta divisão. Através de seu relato, em sua nova vida concentra-se somente na constituição de uma família; talvez por isso se faça invisível socialmente diante destas disputas políticas. Sua pertença à cidade de Porto Alegre e à comunidade espanhola se realiza quando dos trâmites da Prefeitura da Capital para reformar a Fonte de Talavera, regressando à sua cidade natal como uma espécie de embaixador para resolver esta situação.

Igualmente, a Remígio não lhe toca o assunto das disputas políticas, porque a sua profissão não lhe permite. É preciosa, porém, sua tipificação da SESM e de seus freqüentadores.

Maria Purificación chega antes de a Casa de Espanha possuir a sua sede oficial e deixa bem claro em seu relato que aquela era a Sociedade dos fascistas, ainda que “existisse de tudo”. Associa-se às duas Sociedades mais por seu temperamento cosmopolita do que propriamente pelas questões ideológicas que defende. Semelhante é o caso de Mari Aladrén, que veio ainda criança para o Brasil e tendo o pai, contemporizador, como um dos sócio-fundadores da Casa de Espanha, ainda que tivesse histórico familiar das crueldades cometidas pelos franquistas na Guerra Civil.

Esta separação física materializava o sentimento que há muito crescia entre os espanhóis, colocando em dúvida a um observador atento o que era de fato ser *espanhol* neste momento. Sem dúvida, a comida e outros costumes próprios da etnia marcavam a sua presença, mas não só estes caracterizam a identidade de um grupo, senão que o sentido político de sua relação com o outro define o que tal divisão deixava claro: somos espanhóis, porém somos diferentes daqueles - e aquele podia ser qualquer um do grupo político oposto. Tampouco o consulado, instituição oficial do Governo em Porto Alegre reconheceria a sede que viria a ser republicana, cancelando o repasse de recursos financeiros que visavam tão-somente auxiliar nas necessidades dos “filhos da Espanha”.

3 Memórias, Narrativas, Identidades

3.1 Memórias

Nesta pesquisa foi possível analisar a memória sob dois aspectos: através das narrativas que os depoentes fizeram de suas vidas, individuais e coletivas, e a memória que com o passar do tempo impregnou de sentidos as duas sedes sociais onde conviveram os espanhóis, ficando aqui clara a referência aos lugares de memória.

Neste momento, tecem-se considerações sobre a perspectiva da *política da memória* posta em prática na Espanha e empregada pela comunidade espanhola na cidade de Porto Alegre. Nesta última, o esquecimento - institucional - do passado não criou condições para a compreensão dos processos históricos e sociais vividos por aquele País e pela comunidade em Porto Alegre, com conseqüências distintas em cada caso, sendo, talvez, o objetivo político exigido pelo momento.

O que se pretende daqui em diante é compreender os processos pelos quais a memória é conduzida até que componha a identidade individual e do grupo. Pretende-se analisar, seguindo as sugestões de Lavabre (2006), quais são as condições sociais da produção das recordações, e como, pelas narrativas, a memória se torna História. Além disso, tenta-se perceber as relações existentes entre o processo histórico pós-ditadura franquista, que resulta na eleição de um partido de esquerda reformista, com uma política de esquecimento e de conciliação, com o processo vivido pelos depoentes na cidade de Porto Alegre.

Para isso, é imprescindível, no âmbito do fenômeno social, a percepção de Halbwachs de que a memória coletiva influencia e determina as memórias individuais, uma vez que estas se constituem a partir de estruturas sociais mais amplas (FÉLIX, 2004). Toda experiência individual, deste modo, só é possível a partir do que chama de quadros sociais da memória, ou melhor, da antecedência destes quadros sociais.

Para Santos (1998), em Halbwachs a construção das memórias se dá através da participação dos indivíduos em grupos sociais determinados, delimitados espacial e temporalmente, e que as memórias participam de um contexto social onde se está contido e que é pretérito. Além disso, “a memória é adquirida na medida em que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona,

[havendo] um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos” (SANTOS, 1998, p. 5-6).

Pollack salienta que Halbwachs não interpreta a memória coletiva de forma impositiva, recebida através da dominação ou da violência simbólica, mas sim a reconhece como uma forma de coesão social, “pela adesão afetiva ao grupo, que ele chama de ‘comunidade afetiva’” (1989, p. 3).

Há aspectos no pensamento de Halbwachs que levam a pensar sua teoria de maneira rígida, como se não houvesse um escape aos grupos e aos indivíduos de se agruparem em comunidades que não se ligam com o seu passado, desestabilizando um sistema homogêneo. Halbwachs pensava a memória nacional como a forma mais acabada de memória coletiva, ou seja, possuía em si a visão ideal - por isso, aglutinadora do passado.

Entretanto, pensa-se de maneira menos rígida a formação e a manutenção destes quadros sociais de memória, por estarem sujeitos às disputas próprias da sociedade e pela sobrevivência e reprodução das *memórias subterrâneas*, termo cunhado por Pollack.

O caráter maleável e utilitário da memória e dos usos da memória, características da história monumental e da história tradicionalista⁶⁴, relaciona-se diretamente com o surgimento do Centro Espanhol, obedecendo a diretrizes externas de uma política nacional (espanhola) de esquecimento para a reconciliação. A fixação de duas memórias no prédio que por décadas fora franquista demonstra que os lugares de memória detêm em sua arquitetura e monumentalidade construções sociais que, no caso, eram contrárias ao grupo republicano.

Para Lavabre, é essencial que se identifique o local da produção das memórias coletivas como forma de se fugir da instrumentalização - quase sempre política - do passado. Para a referida autora, “são as recordações, as representações individuais do passado, compartilhadas ou não, o que justifica que se use a noção de memória” (LAVABRE, 2006, p. 37).

Com efeito, os usos políticos do passado, em sua tentativa de redução da memória coletiva, fazem com que realidades heterogêneas sejam pensadas conjuntamente. Este conjunto se refere exatamente à memória histórica e a “memória coletiva da memória histórica está fortemente condicionada por ela” (LAVABRE, 2006, p. 44).

Segue a autora:

⁶⁴ Relacionadas à memória, a história monumental reforça a coesão e a continuidade através dos tempos, ao ignorar a realidade individual do passado. Já a História tradicionalista reconhece sempre a dívida para com o passado, para com as origens. Esta última, segundo Lavabre, é o que seria hoje chamada de “memória”, principalmente aquela relacionada com museus, com monumentos etc. (LAVABRE, 2006, p. 35).

Da mesma maneira que os usos políticos do passado não podem dar conta senão metaforicamente das realidades sociais que tenta caracterizar com a noção de memória coletiva, as recordações e experiências vividas, para dar conotações fortes a essa noção, tampouco esgotam a definição e os conteúdos dela. (...) História, memória histórica, memória coletiva, memória comum: com estas definições aclaradas se pode definir, por contraste, a noção de memória coletiva que não é nem memória histórica nem memória comum. A memória coletiva não é reduzível a utilização política do passado nem as recordações de uma experiência compartilhada (LAVABRE, 2006, p. 46).

Neste sentido, sob a perspectiva da História da Guerra Civil Espanhola e da ditadura franquista como *feitos traumáticos coletivos*, Aróstegui afirma não existir uma única memória histórica coletiva. É, pois, por existirem “memórias históricas” que igualmente existem “memórias coletivas”. Para este autor, não sendo estáticas, inalteráveis,

(...) as manifestações públicas das memórias são heterogêneas, não-coincidentes, fragmentadas; cada passado concreto tem diversas memórias coletivas e sociais. A memória, sua construção por um determinado coletivo, seu sentido e conteúdo, sua preservação ou marginalização são dimensões comuns em toda confrontação ideológica e política (ARÓSTEGUI, 2006, p. 59).

O referido autor salienta que a continuidade das memórias coletivas acaba ocorrendo através das recordações e das imagens do passado, acarretadas pelas construções históricas pretéritas, entre os grupos que se constituem entre a nação e o indivíduo. Neste conjunto reside o trauma coletivo, que contém aspectos variados de violência sentidos por qualquer tipo de coletividade. Esta vivência gera uma “memória compartilhada” inassimilável a outros tipos de memória, que será recordada, revivida e terá reproduzidos os seus ecos dentro do grupo que sofreu determinado acontecimento (ARÓSTEGUI, 2006, p. 65).

Voltando a Halbwachs, o lugar ocupado por cada indivíduo no grupo e na sociedade faz com que os seus pontos de vista adquiram, processem e reproduzam elementos da memória coletiva. Se esta última seleciona e homogeneiza as representações do passado, também o fazem os grupos e indivíduos na sociedade, criando, desta maneira, inúmeras memórias coletivas, signatárias, discordantes ou marginalizadas, e por isso formadoras de grupos sociais com identidade própria.

Esta maleabilidade da memória e, por conseguinte, das identidades, fica evidente na reflexão de Lavabre que aprofunda os usos políticos do passado. Tomando o pensamento de Halbwachs, aquele autor afirma que “não é sobre a história aprendida senão sobre a história vivida que se funda a memória” (LAVABRE, 2006, p. 50); entretanto, se a memória coletiva

e a sua fixação pela repetição não se manifesta mais nos indivíduos, ela perece ou pela morte daquele ou pela morte do grupo.

Assim, as idéias de Halbwachs sobre a antecedência de quadros sociais da memória e da existência de lugares físicos da memória coletiva permitem compreender que “há aspectos inerentes às memórias ou identidades coletivas que estão fora do alcance tanto da capacidade reflexiva do ator social como das lógicas inerentes às construções simbólicas a que temos acesso” (SANTOS, 1998, p. 3). E, voltando a Lavabre, é, pois, a recordação individual quem autoriza a utilização da memória como ponto de partida para a investigação do passado, acompanhado da análise dos processos pelos quais se conformaram as memórias históricas, os grupos antagonistas e, assim, o local da produção das recordações.

3.2 Contexto histórico espanhol e memória histórica

Segundo Aróstegui, a Guerra Civil Espanhola

(...) foi uma guerra prolongada que não acabou em 1939, senão que permaneceu viva em toda uma geração ao menos até os anos sessenta avançados. E, enfim, porque estancou seriamente o desenvolvimento histórico do país e deixou um imenso rastro de repressão e liquidação. (...) Em nada se contribuiu para apaziguar esse conteúdo traumático, senão, pelo contrário, as expressões da memória jamais puderam, durante os quarenta anos seguintes, refletir em igualdade de influência social as posições de ambos os bandos simultaneamente e no seio mesmo da massa social que a sofreu. Durante muito tempo somente pôde fazê-lo um bando, o vencedor. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 73).

Esta característica, peculiar a regimes fortes, de extinção da memória do vencido, acarreta o problema de impossibilidade do entendimento do trauma, como problema do país e também relativo à vida das pessoas no seio da sociedade. À compreensão da unificação da comunidade espanhola em Porto Alegre, através do Centro Espanhol, faz-se necessário um breve recorrido do contexto histórico espanhol do período franquista e, com a morte de Franco, da chegada do PSOE ao poder.

Após a ascensão econômica espanhola dos anos 1960 a 1974, os históricos problemas espanhóis silenciados pela ditadura voltaram com força redobrada: as nacionalidades oprimidas, o papel das Forças Armadas, a representação política da burguesia e a grave questão agrária (MOMPÓ; MARCÓ, 1995, p. 160).

Para estes autores, o Plano de Estatização de 1959, fez por 20 anos a Economia espanhola ter grande crescimento econômico, ao reequipar e ao reestruturar o seu aparelho

produtivo, ao diminuir custos, ao conquistar mercados externos, ao investir no turismo; no entanto, endividou-se com o capital estrangeiro, o que fez aumentar a sua dependência financeira.

Membro da Comunidade dos Estados Europeus desde o final da década de 1960, a Espanha beneficiou-se da entrada de divisas decorrentes e utilizou-as para o reaparelhamento do Estado; iniciou-se, assim, o consumo de massas no País ao mesmo tempo em que evidenciava-se a diferença salarial existente entre os países membros daquele organismo. Desta maneira, a industrialização e a modernização que elevaram grandemente a renda do País, gerando intensa mobilidade econômica, dividiram internamente o poder franquista, assediado por uma nova elite vinculada aos setores bancário-financeiro, empresarial e administrativo, cujo reflexo na sociedade era a expansão da classe média urbana (MORADIELLOS, 2000).

Neste mesmo período, renascia o movimento dos trabalhadores que, ao aproveitar os momentos agônicos da ditadura franquista, saía às ruas, reivindicando direitos, mostrando os limites do desenvolvimento econômico vigente, que se baseava não no desenvolvimento estatal, mas na dependência externa e na superexploração dos trabalhadores (MUNIZ, 1995, p. 194). Às quase inexistentes manifestações trabalhadoras da década de 1960 surgiram enormes enfrentamentos a partir de 1970, localizadas nos centros industrializados. Diferentemente dos serviços grevistas da época Pré-Guerra Civil, agora se incorporavam os setores de saúde, ensino, bancos e transportes. É neste período que ocorrem as últimas execuções do Governo Franquista contra opositores.

Na década de 1980, o desmantelamento do setor público e a desnacionalização da Economia aprofundavam a crise internacional. Na Espanha, a ofensiva contra os trabalhadores sacou as conquistas salariais e os direitos trabalhistas adquiridos (MOMPÓ; MARCÓ, 1995, p. 165).

As Forças Armadas seguiam à parte do poder civil, o que acarretaria problemas na transmissão de Governo, visto ser um organismo nunca acostumado à democracia. Igualmente problemáticas se tornaram as autonomias regionais e a demora no atendimento de suas reivindicações. A tática franquista diante da descentralização do Estado foi permitir uma relativa autonomia, organizando partidos e grupos políticos com verniz democratizante no interior destas regiões para captar a massa dos eleitores (MOMPÓ; MARCÓ, 1995, p. 167).

É neste contexto que, entre os anos de 1975 e 1982, dá-se a transição da ditadura militar à Monarquia Constitucionalista. Originada no Pacto de Moncloa (1977-1979), deu

origem à “reforma pactada”. Com participação de todas as forças políticas, o Pacto teve caráter econômico e jurídico-político. Basicamente orbitou em torno de questões como a liberdade de expressão, os meios de comunicação social, a mudança do Código Penal e do papel Justiça Militar sobre a ordem pública, além da reorganização das forças de controle (MUNIZ, 1995, p. 189).

Tal “reforma pactada” não permitia reformas profundas no Estado espanhol, nem tampouco que se avaliasse o período franquista, decidindo-se, deste modo, pelo esquecimento e pela reconciliação. Para Moradiellos (2000), ao aceitar as diretrizes do Pacto de Moncloa e sem enfrentar os problemas estruturais históricos do País, o acordo da nova burguesia com a social-democracia e com o stalinismo permitiu que o PSOE chegasse ao poder, com grande votação, em 1982.

Eram semelhantes os problemas com aqueles que resultaram na eclosão da Guerra Civil, ainda que os seus agentes fossem outros. Se naquele momento foi o golpe militar que despertou e calou o movimento revolucionário, agora um acordo classista e político, tomando emprestado um partido de esquerda burguês, e sob um novo “pacto” social, tratava de acalmar os mesmos ímpetus revolucionários que ressurgiam (MUNIZ, 1995, p. 197; De MARCO, 1995, p. 115).

Visto isso, cabe salientar agora que o desenvolvimento histórico espanhol, desde a Guerra Civil, passando pela ditadura franquista até a ascensão do PSOE ao poder, formou três tipos de memórias identificadas por Aróstegui (2006, p. 79): a memória da identificação e/ou da confrontação, existente entre os grupos em luta e que viveram a radicalização da ditadura franquista, até os anos sessenta tardios; a memória da reconciliação, como superação do trauma coletivo, desde a morte de Franco até os anos setenta e oitenta, e até mesmo os anos noventa, sobre influência dos 14 anos de governo do PSOE; a memória da restituição ou da reparação, quando o Partido Popular ganha às eleições, representando a direita liberal. Tal agremiação não viveu a Guerra Civil, e retomava a discussão sobre a “inevitabilidade” daquele conflito.

Para Aróstegui (2006), cada uma destas etapas gerou um tipo de memória histórica que agiria, posteriormente, no que chama de *memória generacional*. É no interstício de cada geração o local onde age a memória construída politicamente, mesmo sendo esta última apropriada de maneiras distintas por cada nova geração.

Estes aspectos distintivos entre as memórias acompanham os movimentos da própria História espanhola. Bem definidos, foram estabelecidos pelos próprios grupos que detinham o

poder em cada período. A questão que parece posta – e que se relaciona à pesquisa - é que a memória histórica é histórica ela própria e, não sendo inalterável, adquire novos matizes que acompanham novas temporalidades. Desta forma, a memória histórica refletida em Porto Alegre faz surgir o Centro Espanhol, porque ela é reconciliatória; pela última vez, talvez, acirra os ânimos entre os freqüentadores históricos das duas sedes sociais, ressurgindo a memória de identificação; ainda sem ser assimilada, aguarda o fim das recordações entre os grupos mais velhos para existir em paz.

Por fim, é exata a reflexão de Aróstegui:

A memória de que se fala é sempre ‘alguma memória’, e de maneira alguma ‘a memória’. De modo que a recuperação da memória se converte em uma problemática recuperação de ‘que memória?’ (ARÓSTEGUI, 2006, p. 70).

Este é o caso do Centro Espanhol.

3.2 Unificação: o Centro Espanhol

É com a morte de Francisco Franco, em 1975, que na cidade de Porto Alegre se inicia a aproximação entre as duas sedes sociais, culminando, em 1993, em sua unificação. Contando neste momento com cerca de 350 sócios cada⁶⁵, provavelmente a maioria associada em ambas as Sociedades, ficaram restritas a dois pequenos grupos as celeumas vividas na comunidade espanhola desde a separação na década de 1940.

Compartilhava-se a idéia, longínqua, da unificação, iniciada por um cônsul de nome Miguel Dias Apache, que voltava a reunir-se nas duas Sociedades juntamente com os funcionários consulares. Com empenho, ou urgência, é desde a redemocratização espanhola, em 1981, que a comunidade buscava uma saída que a todos agradasse ao fazer-se a união.

Foi unânime entre os depoentes o relato de dificuldades encontradas ao longo do caminho: os reveses jurídicos, o apego ideológico e a submissão da memória à união, por aqueles que em Porto Alegre trataram de progredir na vida, ou assentar-se na vida - diferença sutil, que envolve aspectos familiares, políticos e econômicos dentre aqueles que abandonaram o seu País, livrando-se da opressão política e/ou econômica.

Emílio Rozado foi um dos advogados da unificação. Recorda que havia “cláusulas pétreas” no Estatuto da Casa de Espanha que não poderiam ser modificadas, entre elas, a

⁶⁵ Este dado aproximativo revela-se na dissertação de Iolanda Vargas e nos relatos de Garces e de Maria Lázaro.

impossibilidade de extinção enquanto houvesse 10 espanhóis ainda associados. Visto que a SESM não possuía este problema, a solução era incorporar esta na Casa de Espanha. Para o depoente, a unificação era uma questão de bom senso. Entretanto, infere-se dos relatos que o aspecto econômico de sustento do patrimônio material era a preocupação principal, porém relativa, como demonstra Remédios:

Emílio Rozado: Uma questão de bom senso! Não era uma questão de política, não era uma questão de economia, era uma questão de bom senso! Uma questão até de sobrevivência da colônia como colônia, das sociedades como sociedades. (...) Evidente que isso pesava tanto na Casa de Espanha como na Sociedade Espanhola: “escuta, nós estamos sendo invadidos!”. O pessoal da Sociedade Espanhola, principalmente: “quer dizer que vai continuar a Casa de Espanha e a Sociedade Espanhola vai ser absorvida e vai morrer, vai desaparecer?!”. E está certo, era isso.

Remédios: Os que estavam na Casa de Espanha ficaram assim, “mas como? Nós construímos essa casa e agora vamos ter que dividir e eles entram com nada?!”. Com nada uma uva, entrou com muito mais a nossa. Porque tinha aquela casa construída naquele ponto que vale uma fortuna e foi integrada ao patrimônio geral. Tinha aquele terreno do cemitério e tinha também lá no Guarujá, o Recanto. Tinha muito mais do que eles, que tinham aquela casa. Mas não, eles queriam ser os superiores. Porque achavam que nós, os republicanos, sabe como é, eram os *rojos*, era a ralé. Não todos, mas sabe aqueles grupinhos que... , assim como do lado nosso havia um grupo que não queria ver nem sombra, porque [eles] eram os fascistas.

O relato de Emílio de La Puerta esclarece o viés sentimental das disputas - aquilo que não é verbalizado facilmente por envolver perdas de pessoas próximas -, característica das guerras civis:

Conheci muitos espanhóis aqui, porque estou muito ligado à Sociedade Espanhola... Quando fizemos a união dos espanhóis, custou uma barbaridade. Porque por questões naturais, dos seres perdidos, eu perdi meu pai, outros perderam a família...

Na organização de festas conjuntas, realizadas desde o final da década de 1970 até fim da década de 1980, é observado pelo exposto nas dissertações anteriormente mencionadas que estas ocasiões eram sempre diplomaticamente debatidas, e os desacordos resultavam no esvaziamento das comemorações, seja por parte da Sociedade Espanhola, seja por parte da Casa de Espanha.

Para Remédios:

Era uma divisão formal, a gente nem se encontrava, nem se falava. Nós não íamos às festas de lá e eles não vinham nas festas de cá. Mas os que iam vindo da Espanha, iam indo nas duas casas também. Houve um trabalho de aproximação, e foi muito lutado, muito brigado, muito difícil para conseguir chegar a um denominador comum.

Um fato esclarece porque a união não se efetivaria através de festas conjuntas nem por acordos jurídicos: em 1978, três anos após a morte de Franco, com a definição consular e das Diretorias das Sociedades de que as festas se realizariam em conjunto, realiza-se na Casa de Espanha a comemoração pelos seus 25 anos de criação. Inaugurar-se-ia o Escudo Espanhol franquista, com a águia negra por detrás do escudo, na fachada de sua sede social. Ou seja, mesmo com a morte de Franco e com a democratização em curso na Espanha, em Porto Alegre os espanhóis seguem demarcando o seu território.

Mais revelador é o fato de que, com a nova Constituição Espanhola, de 1981, e com a abertura democrática com a participação de todas as forças políticas do País, volta-se ao escudo tradicional, já não mais com a águia negra. Como sede oficial, a Casa de Espanha deve adequar-se às normas estabelecidas. Faz isso, porém, sem retirar o escudo feito com “ladrilhos de Talavera” da fachada, senão que, por cima deste, prende uma nova moldura e de dimensões menores que deixa à mostra, até os dias de hoje, uma parte do antigo símbolo, como que recordando que aquela será, sempre, a casa franquista (ver ANEXO V).

Por outro lado, à questão jurídica se sobreporia a questão ideológica da união, como também o aspecto histórico-arquitetônico que a mudança de sede acarretava àqueles que impregnaram de antifranquismo a antiga sede.

Emílio Rozado relata como se deu a unificação jurídica:

Ao mesmo tempo que nós fizemos a incorporação da Sociedade Espanhola à Casa de Espanha, nós mudamos o nome. Vamos dar um nome que o Governo Espanhol nos últimos anos tem aconselhado à que se dêem às associações espanholas por todo mundo: são Centros Espanhóis, é Centro Espanhol. (...) Perdeu-se aquela idéia de conquista, de subjugação de uma casa pela outra. Teve um grupo que entrou em juízo contra nós. Passamos um ano e pouco numa demanda judicial que eu patrocinei. Foi até o Tribunal de Justiça. E o Tribunal de Justiça disse: “não tem nada. Juridicamente está perfeito”. Eu me lembro bem do voto do relator, foi muito bonito, demorou bastante. Ele disse que tinha lido o processo e embevecido com o desenvolvimento de uma Sociedade, quais eram os sentimentos que animavam os seus sócios, essas coisas. (...) E aí todo o patrimônio, todo o acervo social [foi incorporado]. Alguns não quiseram se integrar, poucos, mas o resto lá pelas tantas, disse “escuta, meu Deus do céu!”. Era curioso porque éramos amigos já entre nós há muitos anos. Então, coisas assim. E aí acabou-se.

O nome posto seguia as diretrizes políticas da Espanha, obedecendo à “reforma pactada” em curso no País - o esquecimento era, certamente, a condição para a pacificação. O temor existente na Espanha de retorno à Guerra Civil refletia-se nos espanhóis de Porto Alegre, uma vez que “centro” é justamente o elemento apaziguador, comportando em um

mesmo espaço iguais ou diferentes, amigos ou inimigos - ao mesmo tempo, esquecimento histórico e reconstrução histórica.

Aróstegui observa que a Guerra Civil Espanhola possui conteúdos distintos àqueles que herdam a ideologia ou a memória de um ou outro grupo, no caso, vencedores e vencidos. Dentre os vencidos se criou, segundo o referido autor, uma “cultura da derrota e uma identidade homogeneizadora baseada na [sua] superioridade moral” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 69). Em Porto Alegre, essa “superioridade moral” dos republicanos impede a aproximação no primeiro momento; após, retira-os da convivência no Centro Espanhol, pois poucos participam das atividades da nova sede.

Pollack sublinha a utilidade do uso das fontes orais para se desvendarem as memórias subterrâneas, despercebidas, porém atuantes nos grupos e nas individualidades:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões, as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLACK, 1989, p. 12).

Por fim, Seligmann-Silva (2003, p. 55) traz em sua pesquisa sobre testemunhos traumáticos uma anedota acerca do poeta Simonidês de Ceos (apr. 556-468 a.C.), considerado por pesquisadores como o pai da Mnemotécnica. Neste episódio, Simonidês é o único sobrevivente de um desabamento ocorrido na sala de banquetes onde se comemorava a vitória do pugilista Skopas. Não conseguindo identificar as vítimas, os seus parentes recorrem a Simonidês que, através de sua Mnemotécnica, recordaria de cada participante do banquete “na medida em que recordou do local ocupado por eles”.

Também chamada de memória topográfica, esta memória é, antes, imagética, visto que idéias se ligam a imagens que, por sua vez, se referem a locais bem conhecidos; quem recorda, deve percorrer essas “paisagens mnemônicas”. Seligmann-Silva chama a atenção para o fato a esta anedota aprofundar a relação entre memória e espaço, ressaltando a memória como uma arte do presente, mas, principalmente, a “relação entre a memória e a catástrofe, entre memória e morte, desabamento” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 56).

O fim da SESM como espaço de convívio de um grupo e de uma memória específica reforça a idéia de um espaço físico que “desaba”, de uma memória que perde a sua referência

física, como que com os dias contados para “morrer”, como consequência de seu trânsito para o Centro Espanhol, um outro espaço físico que guarda outro tipo de memória⁶⁶.

3.2.1 Identidades e lugares de memória

Está ausente nas dissertações sobre as Sociedades Espanholas a discussão acerca da identidade, impossibilitando-se assim aventar hipóteses sobre o indivíduo imigrante espanhol. É interessante reconhecer a institucionalização destas identidades. Identidade aqui entendida em sua acepção mais básica, como a imagem de si para si e para os outros, e como Pollack (1992) a emprega, como sendo constituída pela memória em disputas sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos⁶⁷.

À formalização das entidades segue-se a institucionalização de identidades, em clubes e/ou em associações. Para Berger e Luckmann (1976, p. 79), por detrás de tais fatos institucionais, existem fatos históricos e sociológicos:

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. (...) As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais.

Instituições como produto histórico, ao adquirirem historicidade, além de instituir um padrão de conduta comum - conduta como signatária de um status comungado por todos, e geralmente em oposição clara a outras posturas -, cristalizam a sua existência às gerações futuras e à própria sociedade como se possuíssem uma realidade própria, *perene*. Um dos modos de transmissão do conteúdo institucional, segundo Berger e Luckmann (1976, p. 170), dá-se através dos *universos simbólicos*. Este nível ultrapassa a realidade da experiência cotidiana. Sentimentos de participação e de segurança legitimam a identidade do indivíduo inscrito nestas comunidades formadas e que, por sua vez, formam as instituições:

O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com

⁶⁶ O fato de as terças à tarde, desde 1990, um grupo em torno de quinze mulheres espanholas seguir se reunindo em um dos salões da Sociedade Espanhola, tomando o seu chá, cantando as suas músicas e não participando desse mesmo tipo de encontro na Casa de Espanha é revelador sobre este aspecto. Demonstram ao mesmo tempo a sobrevivência de uma memória subterrânea e da necessidade de um local onde sustentem as suas memórias.

⁶⁷ Faz-se um agradecimento à Dr.^a Regina Weber (UFRGS) e ao grupo de estudos étnicos por ela formado.

relação ao passado, estabelece uma “memória” que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade.

Neste sentido, as duas sedes sociais da comunidade espanhola e a sua união 50 anos após a sua separação, sob o nome de Centro Espanhol, refletem a disputa pela memória e sua simbologia. A Casa de Espanha surgida na década de 1950 - e a partir da década de 1970 materializada numa arquitetura moderna - havia pertencido àqueles que eram distintos politicamente, por isso encontram-se nas narrativas os verbos “sumir” e “invadir” relacionados a esta questão. Os republicanos entrevistados participaram pouquíssimas vezes das atividades da nova sede – agora, a oficial e única.

Neste caso, e aí estão o trânsito e o enquadramento da memória, o esvaziamento de um desses lugares de memória faz a consciência de seu passado transitar em busca de uma base em que possa novamente assentar-se, encontrando pouso somente nas lembranças individuais daqueles que impregnaram o local com a sua experiência, visto que, relegando-se ideologias, constrói-se uma nova memória a partir do esquecido, em um novo período histórico, em uma nova sede com arquitetura moderna e com um novo nome. Atualmente, do passado da Sociedade Espanhola somente se preserva a fachada de seu prédio e a lembrança íntima de seus indivíduos. Ali se encontram hoje uma loja de Informática, um bar e um restaurante.

A memória constitui a identidade dos indivíduos e dos grupos. No caso de a referência à memória ser material, como os lugares de memória de Nora (1981), estes necessitam, incessantemente, de releituras e de contextualizações para que sigam vivas no grupo ou no indivíduo que recorda. A cada reorganização interna, a cada reorientação ideológica, reescreve-se a história dos envolvidos (POLLACK, 1992, p. 7).

É neste sentido que importam as considerações sobre como a disputa pela memória e o trânsito de um lugar de memória para outro trabalharam na construção de uma subjetividade que ultrapassa o discurso sobre a identidade espanhola. Normaliza-se, sem compreensão, não a convivência de disputa política na cidade de Porto Alegre e ligada aos acontecimentos na Espanha, mas sim o “universo simbólico” constituído, que terá relação com o esquecimento, única forma de união.

De fato, a disputa pela memória personifica-se no novo prédio. Parte da comunidade que pela Casa de Espanha transitou compartilhava dos símbolos (franquistas) dispostos pelos salões do prédio. Mesmo hoje, como Centro Espanhol, estes símbolos seguem pendurados nas

paredes do edifício ou pintados nelas. Quiçá uma geração mais seja necessária para que todos os significados do prédio sejam esquecidos.

Ilustrando esta situação, Félix Guattari (1992, p. 161) escreve sobre espaço e corporeidade, ressaltando que

(...) não seria demais enfatizar que a consistência de um edifício não é unicamente de ordem material, ela envolve dimensões maquínicas e universos incorporais que lhe conferem autoconsistência subjetiva. (...) A cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor..., modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação.

Compreende-se, desta forma, o processo que culminou na unificação da comunidade espanhola da cidade e as suas disputas. Um novo lugar de memória é erigido como novo local de convívio dos espanhóis, no entanto, sobretudo, este novo local erguido sobre o esquecimento do que os desuniu começa a criar uma nova memória nas gerações que não viveram e que não podem, agora, sentir o vigor do que os havia atingido. Uma nova memória que supera ideologias, disputas políticas não-resolvidas (na Espanha e em Porto Alegre) e milhares de mortos, vindo a calcar-se em um discurso sobre o “ser espanhol”.

Garces, citando um ditado espanhol, marca temporalmente o início dos diálogos em Porto Alegre para a unificação: “depois que morreu o cachorro, se acabou a raiva”. Para ele, a remoção da águia negra do escudo espanhol significava o fim da ditadura franquista, o início da democracia na Espanha e a possibilidade de união em Porto Alegre, ao qual segue o relato de Remédios:

Garces: O primeiro governo popular escolhido foi do Partido Socialista. Então se aceitou a bandeira, o Rei, tudo. Se tirou a águia. (...) Todavia por muito tempo se chamou Casa de Espanha, então ficou um pouco daquilo. Também nós não nos importamos, já que estávamos juntos. (...) Mas, aquilo foi diluindo, diluindo e não restou nada. Hoje em dia não tem nada disso. Todavia há quem se recorde, a gente era antifranquista e continua chamando a casa de Casa de Espanha, porque o nome do edifício foi Casa de Espanha. Mas já passou, é história passada.

Remédios: Essa reconciliação foi muito penosa, porque tinha se criado muitas situações. Mas finalmente se conseguiu. Levou muitos anos para que as pessoas se relacionassem. Se chegou a uma conclusão sensata, uma vez que na Espanha não havia mais franquismo, era uma Espanha republicana. (...) O Consulado ajudou bastante porque assumiu esta posição.

A continuidade de se referir ao Centro Espanhol como Casa de Espanha segue até os dias de hoje. As palavras de Garces confirmam a identidade da qual fora dotada o “prédio dos franquistas”. À “história passada” de Garces, referente ao percurso histórico e ao

esquecimento, Emílio Rozado a aborda sob outro ângulo. Sendo a sua geração a dos “jovens de sessenta anos”, “os jovens do Centro Espanhol” não possuem em suas relações os conflitos políticos que animavam a geração anterior. Desta maneira, a manutenção do patrimônio da comunidade espanhola é preocupação maior, e a passagem da História relaciona-se com o envelhecimento e com a morte, semelhante aqui à recordação de Norma:

Emílio Rozado: Que aconteceu com a nossa colônia? Começou a ficar velha! Aqueles que vieram da Espanha com a imigração foram ficando velhos e foram morrendo também. (...) Mas aí o que estamos fazendo, que no início nós fomos criticados, “ah é, mas a Sociedade Espanhola acabou desaparecendo, agora se tornou um restaurante!”. “Escuta, maravilha, isso aí está mantendo o prédio, nós fizemos várias reformas ali dentro, está mantendo os outros imóveis e tudo o mais”. Se não fosse assim, isso já tinha desabado.

Norma: Agora não tem mais [conflitos]. Mesmo porque aqueles mais antigos já morreram todos, não tem mais. E os filhos não continuaram com essa rixa.

O diálogo existente no relato de Emílio provavelmente reproduz o debate à época com o grupo adverso à unificação, e pode ser visualizado como um diálogo entre gerações distintas.

Observa-se, deste modo, que, em Porto Alegre, as instituições que vieram a representar os espanhóis estiveram sempre ligadas a projetos políticos antagônicos. De fato, vincular-se a uma delas, seja a Sociedade Espanhola, seja a Casa de Espanha, representava uma escolha ideológica arraigada a uma situação que se desenrolava no outro lado do oceano, conformando uma memória e uma identidade distintas.

3.2.2 Narrativas e identidades

A identidade que se revela através da rememoração e da narrativa refere-se à seleção naquilo que é dito, em uma avaliação retrospectiva da História vivida à qual a construção é exclusiva de quem narra e que, para tal objetivo, utiliza expressões culturais do presente. O aspecto focado neste diálogo, entre narrativa e identidade, é a maneira como transparecem a História de vida e a trajetória de vida.

Para a realização desta tarefa, identifica-se o eixo temático, os temas predominantes e o espaço narrativo principal (se institucional/nacional, local/regional ou familiar); verificam-se os estereótipos narrativos (cômicos, trágicos, irônicos ou racionais); averigua-se a maneira

como os temas se articulam na narrativa (ordem, repetição) (GATTAZ, 1996; FRASER, 1993; PORTELLI, 1996).

Nesta pesquisa, o aparecimento de tais características, principalmente do eixo temático, esteve relacionado com a idade do depoente, sua origem política, com os fatos familiares, com os fatores de ordem econômica e com aspectos relacionados às sedes espanholas onde tiveram convívio, constituindo-se desta maneira estereótipos narrativos determinados.

De um lado, há aqueles que chegam crianças juntamente com suas famílias, às vezes após o estabelecimento do pai que emigrara anteriormente. Nestes casos encontram-se Emílio Rozado e Leonisa, em narrativas cuja ascensão econômica é o eixo narrativo. Contudo, enquanto Leonisa se detém por mais tempo na vida da família na Espanha e longamente nos trabalhos familiares em tornos dos bares em Porto Alegre, Emílio quase nada conta da Espanha. Sua narrativa, como o próprio reconhece, centra-se no espaço institucional da Casa de Espanha e, como advogado, na união das Sociedades no Centro Espanhol. A trajetória profissional, a família e os estudos encontram-se em segundo plano, na narrativa, não em importância, claro está.

Maria Jesus deixa claro que a sua família não precisava ter emigrado e que foi por impulso, e talvez por orgulho, que o seu pai tentou a imigração. Igualmente de feitio econômico, depois de venderem tudo o que possuíam na Espanha e de terem juntado dinheiro em Porto Alegre, o pai e a mãe regressam para a cidade de origem na década de 1960. Retornam imediatamente a Porto Alegre, tornando definitiva a vida no Brasil. Por ter sido realizada em dupla, esta entrevista é de difícil enquadramento, uma vez que a narrativa de vida foi entrecortada. No entanto, observa-se um pensamento geral entre muitos franquistas, grupo ao qual está inserida através do pai, para quem Franco “levantou” a Espanha. Os fatos de que a família não precisava ter emigrado, o longo momento narrado quando do retorno à Espanha, a doença que teve e que lhe retirou da vida religiosa como freira, o relato da pobreza em Porto Alegre, são aspectos que demonstram a difícil adaptação à cidade de Porto Alegre, tornando o sofrimento o seu eixo narrativo. Ao afirmar que possui uma vida feliz, reforça a distinção entre trajetória de vida e História de vida.

Flúorografista, poeta e tradutor, Evaristo Gallego emigra com sua família, que não tinha necessidade disso. Sua trajetória é a de um artista que segue os passos do pai e na cidade que os recebe imprime a sua obra nos vitrais de um dos espaços importantes de Porto Alegre, a Catedral Metropolitana. Detém-se por longo tempo na profissão do pai, a mesma que a sua,

e na homenagem que faz às suas filhas, representadas através de seu trabalho nos vitrais da Catedral. Seu eixo e espaço narrativos são a arte e acultura.

Da mesma maneira que Maria Jesus e Evaristo no tocante à não-necessidade da emigração e nas péssimas impressões iniciais, Mari Aladrén e Maria Lázaro, jovens como os primeiros, e acompanhando o movimento de suas famílias, distinguem-se por advirem de famílias republicanas com histórico de violência cometidas pelo regime franquista. Todavia, as suas narrativas também demonstram, a partir dos estudos, a ascensão econômica própria e assim também da família.

Os relatos das referidas depoentes demonstram que não precisavam ter vindo para o Brasil, pois as suas famílias possuíam relativa estabilidade na Espanha. E mesmo Maria Lázaro, cujo pai estava exilado na França, encontrava-se em uma situação relativamente estável; neste sentido, a busca permanente por outros países demonstra o grau de atração que apresentava o Brasil. Sua narrativa é marcada pelo trabalho incessante, pela evolução econômica e, ao fim, como organizadora de eventos da comunidade espanhola, Presidente do Centro Espanhol e como representante do Conselho de Residentes, ou seja, tem por espaço narrativo o institucional.

Mari Aladrén detém-se mais tempo sobre as Histórias da Espanha e sobre a cultura, uma vez que, como professora de Letras, assim fosse esperado. Sua narrativa demonstra claramente os estudos feitos em cultura espanhola e suas tentativas em articular a cultura espanhola no Estado para além de somente encontros e festas nas sociedades representativas. Sua narrativa reflete a trajetória de alguém interessado com a cultura espanhola. Este é, pois, seu eixo e espaço narrativos.

Estas cinco narrativas analisadas até o momento parecem demonstrar uma oposição, visto que os primeiros depoentes têm trajetórias ligadas ao franquismo e, os seguintes, ao republicanismo, mais ameno este no relato de Mari Aladrén do que no de Lázaro. Contudo, a questão que se salienta aqui são as narrativas que demonstram trajetórias ascendentes e não a sua oposição política, uma vez que, na pesquisa, Mari Aladrén tem o pai que, sendo republicano, é um dos fundadores da Casa de Espanha. Por sua vez, Maria Lázaro, com uma trajetória de maior perseguição política, não se detém tanto sobre esta questão em sua narrativa além de não possuir nenhum tipo de afeto pelo grupo dos “anarquistas”, analisado a seguir.

Dentre os colaboradores com mais idade e de imigração tardia à cidade de Porto Alegre, Remígio narra longamente as lutas espanholas devido à sua perspectiva como militar

franquista e, em paralelo, a sua peregrinação como caminhoneiro já na Espanha e igualmente no Brasil. Seu espaço narrativo é claramente o institucional militar, relacionado também com o lugar onde aprendeu o seu ofício, que lhe serviu para a vida inteira. Ascensão econômica ele não experimentou, como fica claro no relato. Em contrapartida, o seu depoimento sobre a família recai, aí sim, na ascensão social de seu filho e na de seus irmãos, ‘todos ricos’, que permaneceram na Espanha.

Estes primeiros casos demonstram o pólo econômico da trajetória destas vidas, com predominância do eixo narrativo também econômico, tendo existido outros eixos de menor incidência em cada relato; no pólo oposto, há a imigração política, ou exílio. Ainda que o caso de Emílio de La Puerta se enquadre em uma imigração econômica clássica, o seu movimento tem claras tintas de exílio político e, por extensão, de esquecimento da pobreza e da violência a que estava submetido.

Este grupo envolve os casos de pessoas que, estando exiladas na França e sem possibilidade alguma de retorno à Espanha, saem daquele País porque um novo conflito se aproximava e as passagens gratuitas que a IRO disponibilizava estavam por esgotar-se. Desta maneira parece acertado chamá-los de imigrantes políticos, uma vez que no Brasil não são exilados e tampouco se transladam por motivos econômicos, uma vez que se encontravam em situação estável na França.

Inicia-se este grupo por Remédios Falceto e Félix Garces, imigrantes já em idade adulta, com vivência na França e que trazem os seus pais e os seus filhos para o Brasil. Suas narrativas giram ao redor da militância política na Espanha, como protagonistas ou vivendo a experiência própria da Guerra Civil em um meio social altamente combativo. Para Remédios, a educação libertária e o convívio anarquista gestaram a sua pessoa e a sua vida inicial na cidade de Porto Alegre. Detendo-se grande tempo na situação espanhola e na sociabilidade que ela obrigava, em Porto Alegre a sua narrativa segue aquela linha mesma da comunidade anarquista que havia se estabelecido também na França. Assim criou nesta cidade uma biblioteca, um comitê da CNT e aglutinaram-se em torno da Sociedade Espanhola, a sua fortaleza antifranquista.

Relatos sobre a família, sobre a moradia, sobre os estudos ou sobre o trabalho submetem-se àquele eixo central que é a ação política e a organização social anarquista. De modo semelhante - e ainda que a entrevista com Félix Garces se aproxime mais de uma História Oral Temática do que uma História Oral de Vida -, a sua experiência militante na Espanha e depois como diretor de uma cooperativa de costureiros na França lhe permite em

Porto Alegre que se estabeleça no mesmo ramo de trabalho, sendo seu próprio chefe, e que conviva com aqueles espanhóis que lhe eram semelhantes ideologicamente. O espaço de sua narrativa, porém, é daquele envolvido com a Sociedade Espanhola no começo e depois como diretor do Conselho de Residentes, atuando dentro do Consulado Espanhol da cidade de Porto Alegre, já em um período em que os sentimentos estavam apaziguados. Desta maneira institucionalizada, surgem sua narrativa de esquecimento e de união mesmo quando, severamente, refere-se aos franquistas.

Elena Rico e Norma Castellarnau pertencem ao mesmo grupo, partícipes através de seus pais às outras famílias, todas conhecidas desde o exílio francês. Chegadas um ano antes, estabelecem contato para que outras famílias espanholas cheguem da França para o Brasil. Elena Rico dramatiza os acontecimentos de sua vida, como no caso do acidente de trabalho do pai recém-chegado à Porto Alegre. Detém-se pouco nos acontecimentos espanhóis e guarda muitas lembranças da vida na França depois que seu pai já estava estabilizado. Ressalta que não precisariam ter saído de lá, onde tinham uma “vida boa” e demora-se longamente em seu retorno à Espanha quando foi visitar a família que lá ficou. Esses indícios talvez representem uma não-adaptação ao País, agravada com a morte da família e do marido.

De modo semelhante é o relato de Norma: as mesmas referências da vida nova na França, o problema da não-necessidade de emigrarem deste País e a afirmação de que nunca se adaptou ao Brasil refletem uma narrativa da trajetória de alguém que nunca possuiu raízes, aterrando sua existência aos convívios familiares e com o grupo ao qual pertencia. Pelo fato de a entrevista ter sido realizada em dupla, com Maria Jesus, é de difícil percepção o eixo narrativo, que se revela timidamente na fala de quem nunca se adaptou à imigração.

É curioso notar que as pessoas que possuem em suas narrativas as piores e trágicas passagens sobre o Brasil e sobre a cidade de Porto Alegre no tocante a impressões iniciais e aos costumes são aqueles que não necessitavam ter saído da Espanha ou da França, seja qual idade fosse. Dentre estes estão Leonisa, Mari Aladrén, Maria Lázaro, Maria Jesus, Norma e Elena Rico.

Emílio de La Puerta é dentre os espanhóis o que carrega relato mais denso e profundo. Nas passagens sobre Espanha, São Paulo ou Porto Alegre, as referências à fome, à miséria, à violência política, ao trabalho e ao sofrimento de se criar com dignidade uma família estão impregnados de sua experiência de ter perdido o pai fuzilado pelos franquistas e das visões de sua mãe, “uma pobre mulher”, que trabalhava para dar vida aos filhos e “não pelo prazer de ter filhos”.

Apesar de ter vivido intensamente a Sociedade Espanhola de Porto Alegre, tendo sido Presidente e responsável pela reconstituição da Fonte de Talavera na primeira vez em que esta foi depredada, na década de 1980, tendo inclusive ido a sua antiga cidade tratar com o Prefeito tal projeto, a sua narrativa não se centra minimamente nestes aspectos. Seu eixo é o sofrimento, que atravessa todos os aspectos de sua vida narrada.

Por fim, Maria Purificación é a colaboradora que mais tarde chega a Porto Alegre, em 1973. Tendo livre acesso à Espanha ditatorial, o mesmo não acontece a seu marido, que imigra para a cidade de Porto Alegre já empregado por contato de seus amigos. Sua narrativa relata os momentos da História espanhola e seu eixo é a percepção cultural global que adquire advinda de uma família de intelectuais e dos deslocamentos, acompanhando o trabalho de seu marido. É esta percepção que a faz transitar com desenvoltura entre as duas sedes espanholas de Porto Alegre. De modo semelhante à Mari Aladrén para quem a cultura desempenha papel fundamental na trajetória de vida, também o relato de Maria Purificación parte deste eixo narrativo.

Visto os padrões narrativos dos indivíduos, identificaram-se também padrões que podem aparecer em mais de uma narrativa. Desta forma, os padrões de auto-representação podem ser obtidos a partir de estereótipos conhecidos como “O bem sucedido”, “A mulher trabalhadora”, “O honesto que nunca juntou dinheiro”, “Sempre fui anarquista”, “É uma tristeza essa vida”, “Eu sempre gostei de estudar”, e outros.

A relevância em se identificar estes estereótipos é perceber que pessoas distintas em idade, classe social, motivos da imigração, encontram um mesmo padrão para contar a sua história, mesmo quando a forma não é apreendida pelo narrador. Como exemplo, viu-se que Emílio Rozado e Félix Garces apresentaram trajetórias claramente distintas. Entretanto, a frase de Emílio em referência ao fato de seu relato ter se detido grandemente na unificação da Sociedade, “a instituição reflete um pouco a trajetória da pessoa”, serve também como análise para a narrativa de Garces, que trabalhou por muitos anos no Consulado Espanhol e internalizou o discurso do esquecimento e da reconciliação.

Estas formas de auto-representação, volúveis, não são originais e foram diagnosticadas em diferentes épocas históricas sob variados níveis, sempre relacionadas com a cultura local e com a época. Isso leva a compreender que problemas contemporâneos como a criminalidade, a falta de estudos da população, o desemprego, a falta de harmonia e de irmandade entre as pessoas revelam-se nas falas destas pessoas, ressaltando-se por oposição aquilo que fora perdido desde o início de sua trajetória até o momento presente.

Ao referir a pesquisa de Luisa Passerini, Gattaz (1996) confirma o aspecto comum dos estereótipos narrativos quando a autora em 67 entrevistas encontra uma dúzia destes estereótipos, muitos dos quais também aqui identificados.

Sem estabelecer semelhanças entre os estereótipos narrativos, interessam a universalidade de ritmos e de padrões, conforme Passerini:

A escolha de um padrão narrativo não exprime necessária e imediatamente uma identidade psicológica. Os entrevistados têm consciência que seus depoimentos não se encaixam com perfeição à realidade, apesar de serem moldados por esta. Justamente por saberem que estão contando uma história, no entanto, recorrem intencionalmente aos estereótipos narrativos de sua cultura, que são usados com propósitos simbólicos (PASSERINI apud GATTAZ, 1996, p. 103).

De fato, os aspectos da vida assumem papel principal em comparação com os movimentos da História. Desta maneira, e admitindo-se que, ao contar a sua História, a pessoa reúne elementos dispersos de sua vida, agrupando-os em um conjunto coerente que entra em conflito no momento mesmo da fala, existe a necessidade de se apoiar sobre eixos narrativos que são produtos da expressão cultural de uma sociedade na qual o narrador está imerso.

Apresentando-se como “estilos”, as narrativas carregam a reflexão da pessoa sobre si mesma e o fio condutor, o seu eixo narrativo, dota de significado esta mesma vida. É no *intermezzo* da História narrada com a trajetória vivida que surge o local de onde emergem as identidades que foram sendo constituídas.

3.2.2.1 Identidades dos espanhóis

Gómez Del Arroyo, responsável pela etnia espanhola na *Enciclopédia Rio-Grandense*, evidencia a maneira linear e homogênea como eram reconhecidos, no Estado, portugueses e espanhóis. É como se estas etnias fossem uma só, tanto aqui quanto na Península Ibérica:

A árvore genealógica do povo rio-grandense tem o cerne luso entremeado de fibras hispânicas que não constituem elemento exótico, mas lhe reforçam estrutura, lhe acrescem valor e lhe fornecem vivências peculiares. Não há razão para julgar esta influência antitética da portuguesa: ambas provem do mesmo galho, do mesmo tronco, são galhos alimentados pela mesma seiva. Espanhóis e portugueses são povos que não se excluem, mas se completam (GÓMEZ DEL ARROYO, 1958, p. 236).

Apesar de estar circunscrito a uma leitura social historicamente demarcada, o exposto por Gómez Del Arroyo confirma o que Klein observou em sua investigação: a rapidez com que os espanhóis se integraram à sociedade brasileira.

A existência da figura do espanhol na História brasileira, e principalmente na do Rio Grande do Sul, demonstra a remota penetração deste grupo no território brasileiro, quando as fronteiras não eram delimitadas, causando, assim, menos estranhamento do que outros grupos migrantes. A proximidade com os países do Cone Sul produziu um efeito amenizador nas diferenças sociais entre nacionais e estrangeiros.

Necessita-se neste momento dos aportes sociológicos sobre etnicidade. Poutignat e Streiff-Fenart (2000) encontram na literatura sobre o tema critérios comuns que definem etnia: a língua e o espaço comuns, os costumes, um nome, a mesma descendência e a consciência de pertencer a um mesmo grupo. Contudo, para os autores, uma unidade étnica não pode ser reduzida a uma lista de traços comuns e que antagoniza com outros grupos.

Vermeulen e Govers (2003, p. 11) analisam que a distinção das identidades étnicas de outras entidades sociais se dá através da “noção ou crença numa cultura partilhada”, ou, por outro lado, da “existência de uma ascendência, substância e/ou história comuns”. Para estes autores, Fredrik Barth, ao deter-se na etnicidade enquanto aspecto da organização social mais que no âmbito da consciência ou da cultura, permitiu pensar a etnicidade como participação e como “consciência da própria cultura (étnica)”, utilizando-se dessa cultura e, no caso da imigração, utilizando-se também da cultura de destino (VERMEULEN; GOVERS, 2003, p. 12-13).

Atendo-se à discussão referente a etnias na sociedade americana, Poutignat e Streiff-Fenart (2000, p. 73) salientam que as identidades culturais dentro de uma mesma sociedade elevam os imigrantes à categoria de grupos étnicos, não mais como “hóspedes”, menos legítimos que os “nativos”, “mas como um componente entre outros da população”. Desta maneira, retomam De Vos, para quem “um grupo (étnico) se percebe como unido por um conjunto de tradições de que os seus vizinhos não compartilham e cujos membros utilizam subjetivamente de maneira simbólica, ou emblemática, aspectos de sua cultura, de modo a se diferenciar dos outros” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2000, p. 83).

Cabe ressaltar que a diferença entre imigrantes e grupos étnicos, mesmo sendo termos que se sobreponham muitas vezes, é que os segundos sempre dependerão de uma comunidade previamente estabelecida, com uma identidade comum associada a uma origem comum, geralmente estabelecida distintivamente pela cultura e/ou pela língua (SEYFERTH ,

1990). No caso de Porto Alegre, o que traz estes migrantes inseridos em um contexto imigratório contemporâneo são as suas redes de contato próprias. Já estabelecidos aqui com suas Sociedades Mutualistas, conseguem garantir segurança e pertença, primeiro à sua comunidade étnica, depois ao grupo ideológico e, por último, a pesquisa parece demonstrar que se inserem na cultura local ao qual passam integrar.

Nesta investigação, a identidade demonstra ser um tema estabelecido no interior do grupo étnico e já em época muito posterior à imigração do início do século passado. E seriam referenciadas pelas disputas políticas que ocorriam na Espanha, quais sejam, a Guerra Civil Espanhola e a posterior ditadura franquista, que dividiu a comunidade espanhola em Porto Alegre.

No Rio Grande do Sul, a Historiografia positivista consolidou durante décadas a idéia da rápida e linear assimilação do imigrante ao Estado (CONSTANTINO, 2008, p. 149). Referindo-se à imigração italiana, esta tese também se aplicava a outras etnias que não ofereciam resistência cultural e tampouco heterogeneidades como grupo em um novo destino. Como foi visto, a preservação de pontos de referência cultural e o diálogo com a nova cultura são construídos no momento mesmo do desenvolvimento histórico. No caso da imigração espanhola, desde o início do século passado a SESM convivia com celeumas em relação à manutenção de auxílios médicos e farmacêuticos. E, a partir da década de 1940, as questões políticas terão ênfase, demonstrando-se deste modo a não-homogeneidade das características “ancestrais” espanholas e das adquiridas no presente.

Constantino (2008, p. 141) salienta, nesta linha de raciocínio, o pensamento de Conzen, para quem “a etnicidade é melhor considerada como construção cultural que se realiza em um período do tempo histórico. Os grupos étnicos em situações reais se recriam constantemente e a etnicidade é continuamente reinventada para fazer frente a realidades que mudam”.

Assim, a visibilidade social dos espanhóis na cidade de Porto Alegre vai ser disputada dentro da própria comunidade étnica. A materialidade de seu passado e de seu futuro, o sentido que se quer dar para uma vida fora de seu país de origem parecem presentes nas instituições criadas para resguardar a sua identidade. O sentido do novo Centro Espanhol, rearticulando passado e presente, é uma nova estrutura que possui significado para as gerações que viveram o ambiente da comunidade desde os anos de 1940.

Maria Purificación identifica na ênfase dada às disputas políticas o descuido com outras esferas atuantes na vida da Sociedade, que tem como bem maior a participação da comunidade que congrega:

A bondade está por cima do partido político. Agora estamos divididos completamente. Restaram muito poucos. Não soubemos... Claro, como tudo eram batalhazinhas, e não faziam nada cultural, os filhos não quiseram ir. São sócios, mas não vão. Minha filha agora se meteu na Diretoria porque não havia ninguém.

As sedes espanholas em Porto Alegre, por todo o período, reproduziram tradições nacionais e regionais através de festas e de comemorações, em que participava a comunidade espanhola. Festas catalanas, aragonesas, bascas, galegas, etc., sempre acompanhadas da culinária, das vestimentas, da música e das danças típicas das regiões. Assim como as comemorações de importantes datas nacionais, estas celebrações sempre foram os eventos que reuniam a comunidade espanhola em Porto Alegre, mantendo-se assim ligação com o país de origem e confirmando sua pertença à cidade escolhida.

Desde as atas das Sociedades até o relato dos depoentes da pesquisa, reconheceu-se a importância destes encontros que, pouco a pouco, foram perdendo atratividade. Remédios Falceto alertou para a condição a que estavam sujeitos, isto é, de procurarem viver a cidade trabalhando e mantendo a família. Se, em um primeiro momento, as famílias recorrem continuamente aos encontros nas sedes sociais, a cada geração estes eventos contam com menos participantes.

No conjunto da comunidade espanhola, a perda de signos identitários importantes, ressaltada por Klein, vai ser desde a primeira geração de imigrantes espanhóis intensificadas através do aporuguesamento dos nomes. Também as línguas eram próximas e de fácil e rápida compreensão e absorção.

Assim, este grupo, como o dos portugueses, parece já fazer parte da História do País antes mesmo de sua definição territorial. Sendo menos tratados como outros, desenvolveram menos estratégias de afirmação étnica, ficando quase sempre restritos a atividades festivas e/ou religiosas em suas Sociedades Espanholas e em celebrações conjuntas com o país receptor.

Este fato é observável pelo relato dos mais velhos em oposição aos mais jovens, hoje na casa dos 60 anos. Percebe-se o declínio da ligação afetiva da comunidade, geração após geração. Ainda, outra dinâmica é observada: os filhos destes, netos daqueles, não participam

da vida do Centro Espanhol; entretanto, com dupla cidadania, são relatados inúmeros casos de partidas relacionadas aos estudos ou para se conhecer “o país de origem”.

Cabe ressaltar também que as profissões do período imediato à chegada serão semelhantes às do país de origem. Sapateiros, alfaiates, artesãos, mecânicos são bastante comuns; também, donos de bares, padeiros e reparteiros. Na geração seguinte, beneficiados pela formação universitária, ausente na vida de seus pais, a colocação profissional permite maior integração à cidade de Porto Alegre.

No curso da pesquisa, observou-se não haver um bairro típico, um local característico dos espanhóis imigrantes. A partir do momento que podem alugar peças ou residências, são em locais afastados do centro da cidade onde residem, como Partenon, Teresópolis ou Navegantes. Também estes bairros possuíam casas com amplos pátios e com a possibilidade de se viver mais de uma família junto. À medida em que a família progredia em empregos e salários, os bairros de moradia passam a ser centrais, como Petrópolis, Rio Branco e as imediações da Avenida Protásio Alves.

Uma vez que a integração é relativa, convém falar em processo de integração, que, para os mais velhos, completar-se-á somente com a morte. Aos mais jovens não está colocada esta condição da finitude do desterro. As suas vidas relacionaram-se, em todos os aspectos, com o Brasil e com Porto Alegre.

3.3 A não-reemigração

*Pero el tiempo que mata, también cura. Surgen nuevas raíces, raíces pequeñas y limitadas primero, que se van extendiendo después a lo largo de los hijos nacidos aquí, los nuevos amigos y compañeros, los nuevos amores, las penas y las alegrías recién estrenadas, los sueños más recientes y las nuevas esperanzas. Y, de este modo, el presente comienza a cobrar vida, en tanto que el pasado se aleja y el futuro pierde un tanto su rostro imperioso. Pero esto, lejos de suavizar la contradicción que desgarró al exilado, la acrece más y más. Antes sólo contaba lo perdido allá; ahora hay que contar con lo que se tiene aquí. Dramática tabla de contabilidades. ¿Acaso sólo hay que contar con pérdidas?*⁶⁸

Adolfo Sánchez Vázquez, filósofo e poeta espanhol exilado no México

⁶⁸ Porém, o tempo que mata também cura. Surgem novas raízes, raízes pequenas e limitadas primeiro, que se vão estendendo depois com os filhos aqui nascidos, os novos amigos e companheiros, os novos amores, as penas e as alegrias recém iniciadas, os sonhos mais recentes e as novas esperanças. E, deste modo, o presente começa a querer tanta vida que o passado se distancia e o futuro perde um pouco de seu rosto imperioso. Mas isso, longe de suavizar a contradição que arruína ao exilado, cresce mais e mais. Antes ele contava somente com o perdido lá; agora deve contar como o que se tem aqui. Dramática contabilidade. Por acaso somente há que contar as perdas? (Tradução do Autor).

Este excerto da reflexão de Adolfo Sánchez Vázquez ajuda a compreender a trajetória realizada por estes imigrantes exilados políticos e a de um refugiado econômico (Emílio de La Puerta) que se reveste de imigrante econômico. Contudo, se observadas as suas condições de vida na Espanha, reconheceu-se que sua partida ocorre pela impossibilidade de viver tão perto dos abusos cometidos pelo regime franquista.

Acredita-se que a imigração econômica, motivada pelo regime franquista, como reconhece Emílio Rozado, seja igualmente penosa, tanto no que diz respeito ao abandono da terra quanto à luta pela reconstrução da vida. No entanto, é inegável que, sendo distintos, o desterro causado pela perda da Guerra Civil e pela vivência sob uma ditadura militar, violenta com o lado perdedor, causam um sentimento deveras odioso naqueles que deixaram a Espanha sem levar “a canção”⁶⁹.

À crua realidade da impossibilidade de retorno enquanto Franco segue vivo pesa o fato de que, depois de morto - e em tese todos então podem voltar -, o exílio se mostra sem fim, uma vez que as décadas passadas em terra estranha reconstruíram uma estabilidade algo concreta.

Sánchez Vázquez indaga:

Pero ¿se puede querer? ¿Otro desgarrón? ¿Otra tierra? Porque aquélla será propiamente otra y no la que fue objeto de nostalgia. ¿Nueva atracción por el pasado (otro pasado); nuevo arrancón del presente (otro presente)?⁷⁰

Presente na maioria dos relatos, os fatores da não-reemigração envolveram desde questões íntimas até problemas contemporâneos enfrentados pela Espanha após a morte de Franco. Ainda que este segundo aspecto não esteja revelado na fala dos espanhóis, as evidências históricas referem que “quase se voltou a viver uma nova Guerra Civil”.

Garces e Crispina⁷¹ têm clara essa possibilidade:

⁶⁹ Referência ao poema *Hay dos Haciendas*, de León Felipe, poeta espanhol exilado no México: *Irmão... tua é a fazenda... / A casa, o cavalo, e a pistola... / Minha é a voz antiga da terra. / Tu ficaste com tudo / Mas eu te deixei mudo... Mudo! / E me deixaste desnudo e errante pelo mundo... / E como vais colher o trigo e alimentar o fogo se eu levei a canção?* Rechaçado por outros poetas apoiadores do franquismo e que ficaram na Espanha, León Felipe se arrepende e se envergonha, anos depois, de ter escrito tais versos. Em uma carta-resposta endereçada aos seus detratores, escreve: *Foi este um triste retalho caprichoso que eu fiz, então, para consolar-me. Agora, estou envergonhado. Eu não levei a canção. Nós não levamos a canção. Talvez fosse o único que não podíamos levar: a canção, a canção da terra, a canção que nasce da terra, a canção inalienável da terra. E nós, os espanhóis do êxodo e, do vento... Já não tínhamos terra!* (GUARAGUAO, 1997, p. 111).

⁷⁰ *Mas, se pode querer? Outro desenraizamento? Outra terra? Porque aquela será outra terra, e não a que foi objeto de nostalgia. Nova atração pelo passado (outro passado)? Novo arrancar-se do presente (outro presente)?* (Tradução do Autor).

⁷¹ Em determinado momento da entrevista com Félix, realizada na residência dos Garces, sua esposa entra na sala e dá a sua contribuição, muito pertinente e por isso aqui citada.

Crispina: Sobretudo depois da morte de Franco veio a anistia, então muitos dos que não podiam voltar pra Espanha, [puderam], em tese pelo menos. Mas enfim, a gente sempre esperou mais uns anos pra ver o que podia acontecer [Garces concorda com ela]. Depois veio, na Espanha, as eleições. A coisa se democratizou, já passou aquela ditadura.

Garces: Sim, tínhamos um medo, que com a morte de Franco se renasceria outra vez a Guerra Civil. *Pero*, o Rei que foi escolhido conseguiu *olvidar* todo o resto, senão iria começar tudo de novo, a matar-se uns aos outros, a fazer outra Segunda República. Se fez outra Constituição onde entraram os socialistas, comunistas..., todos os partidos políticos que antes existiam se apresentaram. E se decidiu que o resto se esqueceria.

Paralelamente à questão da redemocratização, a maioria dos depoentes relata o desenvolvimento econômico vivido pela Espanha enquanto Franco esteve no poder como um fator positivo para o retorno. Todavia, como foi analisado anteriormente, a nova situação econômica e social espanhola por pouco não levou a uma nova Guerra Civil no período do final da década de 1980.

Sem ter certeza sobre a qualidade da informação que chegava a Porto Alegre sobre os acontecimentos espanhóis, pode-se inferir que as movimentações políticas, populares e inclusive a tentativa de golpe militar em 1979 acabavam com a possibilidade de retorno daqueles imigrantes políticos que haviam passado por situações similares.

Deste modo, se Garces, Remédios, Norma e Elena Rico, possuem os mesmos motivos de não-regresso enquanto Franco e/ou seu regime seguissem vivos, para estes, a preocupação recaía no aspecto político e social do retorno à Espanha, e não se economicamente ela estava melhor ou se tendia a ficar muito melhor.

Todos os depoentes seguiram vivendo no Brasil, ainda que alguns tivessem o sonho de voltar tão logo juntassem algum pecúlio; embora se respeitando os fatores externos que condicionaram sua permanência, revela-se o alto grau de adaptação ao País.

Dentre os que chegam crianças ou jovens, evidencia-se que o desenraizamento se dava com o Brasil, e não com a Espanha, que vivenciaram por aquilo que foi contado por seus pais. Em maior ou em menor grau, a ascensão econômica e a constituição das famílias impediam o retorno definitivo.

Emílio Rozado e Leonisa têm consciência da necessidade de emigração de seus pais. Enquanto Emílio recorda a felicidade de regresso e o encontro com seus familiares, afirmando suas raízes com o Brasil, Leonisa ressalta a importância de demonstrar a ascensão econômica àqueles que seguiram na Espanha:

Emílio Rozado: Eu vou pra Espanha, não freqüentemente, mas vou de dois em dois, três em três anos. Sempre nos perguntam: “paquito”, que é meu nome de família, “paquito, tu não queres voltar pra Espanha?”. Sempre que eu puder, pra passear! Festa e festa. Agora, voltar pra lá? De jeito nenhum. Eu gosto demais do Brasil. Eu digo pra eles, é tão pátria a Espanha como é o Brasil. (...) Porque me criou e onde estão meus filhos, onde está a minha vida, mas voltar assim em definitivo, não.

Leonisa: Eles se integraram tanto que tem uma casa [na Espanha], mas não pensam em morar lá. O meu pai já era um rapaz [quando veio a Porto Alegre]. Agora eu e a minha mãe, eu principalmente, eu sempre digo que naquela época eu não decidia, eles me trouxeram, foi muito ruim. [Voltamos em 1973] e o meu pai tinha que demonstrar que ele tinha vencido aqui [em Porto Alegre]. A pior coisa era tu ir pra um lugar e voltar sem nada.

Remígio conta sobre a sua família que ficou na Espanha. Enquanto ele decidia vir para o Brasil, alguns de seus irmãos emigravam para países europeus. A elevada condição econômica dos parentes revela-se como o oposto de sua vida. Já Maria Purificación, chegada no momento em que alguns regressavam em visita à Espanha, possui o relato da ação do tempo:

Remígio: [Mostra uma foto da família, quando voltou em visita] A mais nova é essa aqui. Essa está rica, tem dois hotéis quatro estrelas; esta está bem também. Todos estão bem, todos, todos, todos. Menos este, que sou eu. São nove, né? Três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. É um escadão, sempre dois anos. (...) Mas eu me escapei, cheio de guerra pra lá e essas coisas, foi isso que me trouxe aqui. E estou aqui, só tenho... Não sei, consegui este apartamentinho. Trabalha, trabalha, trabalha.

Maria Purificación: A cada dois anos passo bem [na Espanha]. Agora não, faz sete anos que não vou, já me despedi. Sabes o que acontece? Morreram meus dois irmãos mais jovens, nada mais me resta a não ser a pequena; morreram meus primos-irmãos mais jovens que eu; tenho três amigas muito amigas: uma tem Parkinson, outra tem Alzheimer e a outra se nega a andar e escrever. Então porque vou ir se estou muito bem e tenho tanta vontade de ler, de sair, de escrever? Não, e se me contagio?!

Por fim, a sensível percepção da vida sob a ótica de Emílio de La Puerta encerra estas histórias de vida, atentando para o tempo que passa, para a vida que muda:

Isso é uma pequena história da gente. Cada um leva gravado. Hoje vivemos num país que nos acolheu com os braços abertos, nos deu carinho, liberdade de trabalho, e chegamos até aqui. Vim com 27 anos e estou com 80. Sou muito mais brasileiro que espanhol. (...) Temos uma família hoje, uma coisa que me admira, porque eu acho que na Espanha eu não teria tido uma família da forma que minha esposa e eu criamos no Brasil, e vendo o que havia posto no caminho o destino, que achávamos que estava errado, porque tudo era, da noite até o dia, tudo era uma novidade. (...) A vida é uma escola fantástica. Eu tenho aqui, cravado nesta Porto Alegre, o melhor da minha vida e fiz o melhor que pude. (...) Mas naquela época Porto Alegre era uma cidade que era mais gostosa para nós. Não tinha o muro da Mauá, era mais contato, comprava o pescado nos barcos, atracavam aí. (...) Era tudo mais..., não tinha ponte, era a barca que passava nas plataformas, tomavas banho. Agora isso tudo terminou, a vida mudou aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar “considerações finais” demonstra que se finaliza um texto. As aberturas produzidas pela pesquisa possibilitaram preservar memórias, revelar identidades e demarcar alguns caminhos feitos pelos imigrantes espanhóis, e que em maior ou em menor medida estendem-se à coletividade de espanhóis, uma vez que uma voz comporta muitas vozes.

Iniciando este projeto, diversos temas abordados não haviam sido imaginados. O surgimento de unidades de investigação crescia à medida que apareciam novos depoentes a compor a rede, confirmando que uma vida individual estabelece elos com estruturas diversas. Na conformação do grupo, as redes de indicação de depoentes e os lugares dos depoimentos influenciavam na escolha das histórias a serem narradas, ampliando os cuidados com a pesquisa. Estes, abarcavam idades, níveis sociais e identitários, relação com os fatos passados e as maneiras de inserção em estruturas socioeconômicas dadas - assim se punha a tarefa de produzir História.

A matéria com a qual se trabalhou para esta construção histórica foi a narrativa e a memória. A primeira está relacionada com a História que cada um fez e faz de sua vida e o modo de sua verbalização; a segunda, com aquilo que se a tem contar de sua trajetória. Se a narrativa tem por referência os modos culturais mais recentes, a memória traz à tona momentos vividos pulsantes, que marcaram emocionalmente o depoente (o trauma aqui inserido), ou ainda a memória que significava sujeitos/instituições/sedes sociais diferentes de si e do seu grupo.

Nestes dois casos, depoentes narraram e rememoraram suas cidades, seus empregos, suas famílias e amizades, seus estranhamentos, dores e alegrias, esperanças e cruzezas. Relataram as sociabilidades dentro da comunidade espanhola que lhes trouxe conforto em uma vida a ser iniciada. Contaram sobre as relações dos dois grupos que antagonizavam na comunidade, republicanos e franquistas. De modo latente, e às vezes nem tanto, os grupos ideológicos se desenhavam através de pequenas frases ou gestos, revelando o ambiente daqueles momentos passados de disputa política materializados nas sedes sociais, que acabou por interferir em seu convívio, primeiro na divisão da sociedade; após, em sua unificação.

A memória e a narrativa deram visibilidade a uma identidade espanhola que anteriormente estava restrita às suas duas sedes sociais, ao ignorar locais de trabalho e

moradia, educação e hábitos, além de externalizar ideologias dos grupos espanhóis. Não por acaso este tema era mais longamente trabalhado pelos depoentes, talvez evidenciando que a união das sedes não foi um assunto resolvido na comunidade.

Tendo a entrevista um roteiro geral a ser cumprido, e não perguntas fechadas e encadeadas, a liberdade de escolha dos assuntos, a sua ordem e a demora no narrado foram de escolha do depoente. Quando a questão política envolvendo as sedes sociais não teve predominância, então eram os aspectos culturais, o trabalho e a vida os temas mais longamente tratados. Nesses momentos se obteve mais informações, então, sobre o que ficara e o que se perdia da identidade étnica: língua, vestimentas, costumes regionais espanhóis, caráter etc.; tais aspectos eram revelados em maior grau, e eram reforçados à medida que os depoentes que pouco se detinham nestas questões relatavam algo sobre elas. E o contrário também se deu: o reforço das narrativas políticas das disputas entre as sedes sociais vinha através dos relatos de pessoas que pouco viveram ou que relataram sobre aquilo, mas que as apresentaram através de outras óticas, reforçando os discursos e o ambiente passado.

Não sendo unas e imutáveis, as identidades espanholas e as que foram sendo assumidas na vida em Porto Alegre tiveram matizes distintos entre as duas gerações abarcadas na pesquisa, sendo verificáveis aquelas relacionadas às sedes sociais ao qual estavam intimamente relacionados, e a questão do envio de filhos e/ou netos para a Espanha, demonstrando um movimento migratório inserido num novo contexto econômico e social: os filhos/netos viajam à Espanha, motivados por seus pais para fazer algum tipo de intercâmbio cultural, enquanto que em Porto Alegre a ‘identidade’ espanhola luta para ser mantida em um Centro Espanhol cada vez mais esvaziado.

A identidade cultural, ou ainda, a consciência da *espanholidade* - ainda que na Espanha muitas vezes a região venha antes da Nação - criavam-se intragrupalmente e perderam forças frente à ação geracional. Fato decisivo, nesta pesquisa, as experiências com a Guerra Civil e com a ditadura franquista anunciavam o modo como se dariam as sociabilidades na cidade de Porto Alegre. Mesmo que o momento econômico que vivia o Brasil tenha facilitado a inserção laboral destes imigrantes, não fosse este o caso, parece provável que igualmente disputariam entre si a identidade espanhola e a sua visibilidade, talvez até mais ferrenhamente.

Comprova-se isso talvez o fato de que em São Paulo as atividades antifranquistas mantiveram-se mesmo no regime militar, não sendo raros os momentos de perseguição ao

referido Centro Democrático Espanhol (GATTAZ, 1996; SOUZA, 2006), fortalecendo-se assim as raízes e a sua identidade com uma Espanha democrática à qual tiveram de abandonar. Em Porto Alegre não existem indícios de que a SESM foi vítima de algum tipo de vigia ou de repressão por parte das forças de Estado, restringindo-se a afirmação da identidade política às duas sedes sociais e à disputa pelo local onde seria preservada a nova memória.

Desta maneira averigua-se o hiato a ser preenchido por novas investigações, o de se pesquisar via História Oral a trajetória de grupos da mesma geração, ou, de outra forma, buscar a ênfase em indivíduos franquistas que tenham nascido nas décadas de 1920 e 1930 para contrapor com as narrativas feitas pelos republicanos desta pesquisa, notadamente os mais velhos depoentes, e assim perceber as nuances narrativas que não acompanham as memórias daqueles mais jovens.

Através das narrativas feitas, a cidade de Porto Alegre apareceu transversalmente em temas como trabalho, moradia e educação. Sabendo que muitas vezes não era destino escolhido, aos mais velhos a cidade pareceu acolhedora, em um momento em que o Lago Guaíba era limpo, as pessoas transitavam com mais sossego e segurança, as distâncias eram distintas e outras eram as maneiras e os locais de convívio. O aluguel de diversas residências em diversos bairros realça a imagem de vidas em trânsito que buscavam, a partir da colocação profissional e da inserção social, fixar-se para ter algum apoio definitivo.

Também o relato dos que chegam à cidade ainda crianças reproduz as situações atravessadas por suas famílias e contadas em grande parte por seus pais. Referindo-se principalmente às moradias, possui maior ímpeto à educação recebida que lhes proporcionou ocupar o local social onde estavam no momento da entrevista.

Não havendo grande demora na “categoria” Porto Alegre, o que se percebeu foram as múltiplas cidades experimentadas por cada um dos depoentes, em relação direta com as suas experiências de vida, logo, em íntima relação com a idade, incidindo diretamente na reflexão que se faz de tudo que os cerca. Ainda que aspectos estruturais englobem o desenvolvimento de suas vidas, cada relato reproduz uma maneira particular de experimentação e de relação com o cotidiano.

Foi impossível nesta análise não se deter no aspecto das sedes sociais como lugares de memória e, mais ainda, como locais que sustentavam identidades distintas. Embora se tenha verificado que em determinado momento as celeumas na comunidade espanhola estiveram restritas a dois pequenos grupos, o contingente entre aqueles que abertamente se

definem em oposição a outros - e aqueles que apenas comungam silenciosamente sua ideologia - estabeleceu o não-convívio e o desgosto pela união das Sociedades, e somente pôde ser compreendido através das memórias criadas e das imagens do passado retidas por estes grupos.

Os projetos políticos em disputa na Espanha estabeleceram modos de recordação em sincronia com a filiação ideológica de quem recordava, ou, especificamente, nos que de dentro da comunidade espanhola recordavam. Ainda, muitas das formas tomadas pela recordação compunham a memória das sedes sociais na cidade, caracterizando-as ou como a sede franquista ou como a sede republicana (anarquista).

Tendo sido um evento político que moveu paixões a nível internacional, o período espanhol de 1936 até a morte de Franco em 1975 representava, de forma generalizante, que o País foi salvo de anarquistas e de comunistas ou dos ‘vermelhos’ em geral. Do contrário, o golpe de Estado realizado por Franco bem como a sua longa ditadura, representavam não somente a manutenção através da força do caráter tradicional, oligárquico e reacionário que sempre havia dominado a Espanha, mas também que pelo golpe de Estado centenas de milhares de vidas foram obrigadas a refugiarem-se em diversos países, esperando regressar em qualquer momento, fato que para muitos nunca se concretizou.

Não se discutem as dificuldades, as privações e as provações inerentes a qualquer processo migratório e, no caso, a distinção entre imigração econômica ou política. O que esta pesquisa revelou é que, invariavelmente divididos entre apoiadores ou opositores do regime franquista, na cidade de Porto Alegre foi impossível aceitar que uma sede cedesse em favor da outra. De outro modo, a união das sedes espanholas no Centro Espanhol significava o desaparecimento da SESM como local de convívio possuidor de uma memória, que foi deslocado para outro espaço cuja identidade era o seu oposto. Neste caso, a identidade espanhola era o resultado da disputa de poder entre identidades políticas irreconciliáveis e, sem dúvida, para alguns esta questão era de suma importância.

Será, então, o fator geracional, a ação do tempo que produzirá uma nova identidade espanhola, um novo “ser espanhol” na cidade de Porto Alegre.

Entretanto, ao mesmo tempo se percebeu que diversas famílias espanholas participavam de eventos em qualquer uma das sedes, ou mesmo no Centro Espanhol, porém evitavam qualquer aproximação mais íntima que lhes fizesse ter de optar por algum dos vieses políticos. Ou seja, para muitos, a colônia espanhola era vivida em algum evento cultural, em

algum jantar - e nada mais do que isto. Então, como crer que havia identidades em disputa se uma parte não-desprezível da coletividade espanhola não participava destas questões?

Acredita-se que sobre um tema de tamanha relevância a omissão não exista. A situação espanhola desde a Guerra Civil até a redemocratização exigia qualquer comentário e posicionamento sobre o assunto, mesmo que de forma irônica ao pintar-se o outro como “*rojo*” ou como “*perro (cachorro) franquista*”. Contudo, uma História individual não atenta para a média de um conjunto, nem tampouco a representatividade se estabelece pela maioria, se não que, a partir dos relatos de um grupo se atinge uma *qualidade* de informação que permitem inferir as características de determinado contexto/período e o ambiente onde se disputavam possíveis identidades.

Novamente, se os depoentes se detiveram por mais tempo, ou com mais vigor, acerca do assunto das sedes sociais e dos grupos que o compunham, isso significa não que as disputas sigam vivas, mas talvez a consciência de que uma das memórias está morrendo primeiro, e a memória do “prédio” Centro Espanhol não tardará também em desaparecer. Resta, pois, o esforço para que pessoas gerenciem aquele local, uma vez que talvez também se tenha consciência de que este novo “ser espanhol” foi construído sobre um esquecimento histórico e que ele represente hoje em dia somente a possibilidade de se enviar descendentes à Europa, não sendo este um problema específico da etnia espanhola.

Cabe, então, uma indagação: importaria seguirem as disputas do que a conciliação? Ao menos se tem a certeza de que uma conciliação arranjada, que o uso político da memória não foi suficiente para a compreensão. Agindo através da morte da memória, a conciliação atingiu uma vez mais a parte que foi perdedora, recolocando na comunidade espanhola o sentido de tolerância com o outro.

Em uma investigação histórica, sempre há o cuidado com as escolhas do historiador. Agente no tempo e produtor de conhecimento, as suas seleções inserem-se em questões do tempo presente e nas respostas que busca aos problemas encontrados. A ênfase, nesta pesquisa, na memória sobre a relação entre republicanos e franquistas e a divisão e unificação das sedes sociais foi um elemento de preocupação, uma vez que se objetivava compreender a cidade através da ótica dos imigrantes espanhóis. Também se revelou nas entrevistas o aspecto da cidade e das identidades na cidade, porém, ficaram com menor reflexão na dissertação. Provavelmente o caminho metodológico não foi seguido à risca, visto que o assunto da divisão da comunidade espanhola brotou com força imprevista, fazendo com que o

foco da investigação fosse a vida a partir das relações existentes nas sedes sociais e no sentido de sua existência, a saber, amparar o imigrante. E a partir das relações existentes em cada sede se tentou vislumbrar aspectos da vida do imigrante espanhol na cidade de Porto Alegre.

Também a memória constituída a partir dos caminhos percorridos na cidade foi tema presente. No momento em que partes da cidade dão espaço a gigantescos prédios ou a condomínios horizontais que modificam de maneira grosseira a sua geografia, a questão da memória das sedes sociais como local de recordação atentava também para fatos observados ao se caminhar por Porto Alegre. A discussão da modificação do Plano Diretor da cidade, as construções pretendidas na orla do Guaíba, as modificações para a recepção da Copa do Mundo de futebol em 2014, ou ainda a destruição de sobrados no Bairro Cidade Baixa puseram no horizonte de preocupações a possibilidade da existência de uma nova cidade que possa surgir a partir da destruição da velha, em muitos casos por simples especulação imobiliária.

Desta maneira crê-se relacionar a ênfase na preocupação da substituição das memórias, principalmente na construção superficial de memórias, no uso político destas, que erigem uma nova condição a partir do esquecimento, no caso espanhol - ou da modificação do ambiente urbano cuja origem é a relação por vezes promíscua entre a iniciativa privada e o poder político -, que estabelece de cima para baixo novas paisagens e novas relações sociais.

Há ainda que atentar para o fato de que todos estes elementos da dissertação foram alcançados através da História Oral, ou seja, do relato de vida dos indivíduos se pôde investigar, tecer e escrever História, demonstrando-se deste modo o potencial desta modalidade de pesquisa. O uso da História Oral inscrito em um projeto de pesquisa investe sobre a verificação dos usos e dos percursos da memória e sobre a identidade criada através da narrativa. A subjetividade insere-se desta maneira no âmbito da investigação de estruturas em que flutuam os indivíduos, auxiliando na construção dos ambientes onde viveram os depoentes, e onde se inserem no momento da narração de suas trajetórias.

Por fim, se algo se conclui, é a nova condição humana atingida a partir da experiência de se trabalhar com memórias, com narrativas; de se estabelecer contato com pessoas e com suas histórias, que se dispuseram a compartilhar trajetórias que em princípio eram suas, mas que se revelaram como História. São as novas maneiras de se abordar e de se relacionar com as diferenças a conclusão possível desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na História Oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.
- _____. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196 p.
- _____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 12, p. 35-66, jun. 1999. Disponível em: < <http://assisbrasil.org/socgeo12.pdf>>. Acesso em 23 de ago. 2007.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A “desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, v. 9, n. 1, p. 3-28, 1988. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/82>>. Acesso em 12 de maio de 2008.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.
- ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização para os refugiados (1946-1952). **Rev. Bras. Polit. Int.**, v. 1, n. 48, p. 60-96, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-292005000100003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 20 de mar. 2009.
- ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. **Guerra Civil: mito y memoria**. Madrid: Marcial Pons, 2006. 406 p.
- ARÓSTEGUI, Julio. La República: esperanzas y decepciones. In: _____ et alii. **La Guerra Civil Española**. v.1. Barcelona: Ediciones Folio, v.1, p. 10-58, 1996.
- _____. La violencia política en la España del siglo XX. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. Madri, n. 22, p. 53-94, 2000. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/ghi/0214400x/articulos/CHCO0000110053A.PDF>>. Acesso em 02 de jul. 2007.
- _____. Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la Guerra Civil. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. **Guerra Civil: mito y memoria**. Madrid: Marcial Pons, 2006. 406 p.
- AYLLÓN PINO, Bruno. **Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000)**. 2004. 635 f. Tese (Doctorado en Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004. Disponível em: <http://cisne.sim.ucm.es/search*spl~S2> Acesso em 20 de jun. 2009.
- BASBAUM, L. **História sincera da República – de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. 284 p.
- BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p.

BERNECKER, Walter L. El anarquismo en la Guerra Civil Española: estado de la cuestión. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. Madrid, n. 14, p. 91-115, 1992. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/ghi/0214400x/articulos/CHCO9292110091A.PDF>>. Acesso em 09 de jul. 2008.

BLANCO, Florentino; CASTRO, Jorge. A trama reformista: sobre o valor civilizatório da história e de outras histórias. In: CARRETERO, Mario et alii. **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BORRAS, José. **Políticas de los exilados españoles: 1944 – 1950**. Paris: Ruedo Ibérico, 1976. 326 p.

BROUÉ, Pierre. **Revolução Espanhola: 1931 – 1939**. São Paulo: Perspectiva, 1992. 189 p.

CARRION JR., Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.

COSTA, Achyles Barcelos da. Algumas características da industrialização gaúcha. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, v. 10, n. 1, p. 24-46, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/84>>. Acesso em 15 de maio 2009.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal: o fim das ditaduras**. São Paulo: Xamã, 1995. 231 p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Elena Menna Barreto (org.). **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 600 p.

_____. **O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: EST Edições, 2008. 174 p.

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). Sergius (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.

_____. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p.

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. **Lembranças da Imigração: cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru, 1892-1930**. São Paulo: EDUSC, 2004.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ministério da Educação e Cultura, 1964. 385 p.

ESENWEIN, George. Sindicalismo de massa e anarquismo na Espanha do século XX. **Olho da História: Revista de História Contemporânea**, Bahia, n. 2. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/sumario2.html>>. Acesso em 04 de ago. 2008.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004. 95 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p.

_____; ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria. **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 201 p.

FRASER, Ronald. História Oral, História Social. **História Social**, Instituto de história social UNED, Valência, n. 17, p. 131-139, outono 1993.

FUSI AIZPURÚA, Juan Pablo. Hechos diferenciales y particularismo cultural: Cataluña, País Vasco, Galicia. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, Madrid, n. 20, 1998. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/0214400x/articulos/CHCO9898110107A.PDF>>. Acesso em 04 de jul. 2008.

_____. Los nacionalismos y el Estado español: el siglo XX. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, Madrid, n. 22, 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/0214400x/articulos/CHCO0000110021A.PDF>>. Acesso em 04 de jul. 2008.

GÁLVEZ, Lucía. **Histórias de Inmigración**: testimonios de pasión, amor y arraigo em tierra argentina (1850-1950). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003. 464 p.

GARRIDO, Joan Del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, n.25/26, p.33-65.

GATTAZ, André Castanheira. **Braços da Resistência**: uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996. 275 p.

GÓMEZ DEL ARROYO, Angel Antonio. Os espanhóis na formação e povoamento do R. G. S. In: BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**, v.5. Canoas: Regional, 1958.

GROPPO, Bruno. Os exílios europeus no século XX. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 69-100, 2002. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/viewissue.php?id=6#Artigos>>. Acesso em 20 de jul. 2007.

GUARAGUAO – REVISTA DE CULTURA LATINOAMERICANA. Barcelona: Centro de Estudios y Cooperación para América Latina, n. 5, otoño 1997. 134 p.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIBERNAU, Montserrat. **Los nacionalismos**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

JÍMENEZ, José Luíz Rodruíguez. Propuesta de revisión de la historia oficial de la división azul. Los temas ocultos. **Cuadernos de historia contemporánea**, Madrid, v. Extraordinário, p. 321-332, 2007. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal/modules.php?name=Revistas2&id=CHCO>> Acesso em 14 de jan. 2009.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.

KLAUMANN CÁNOVAS, Marília Dalva. A grande imigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade. **Seculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 11, p. 115-136, ago./dez. 2004.

_____. **A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1994.

KRELING, Wilma Ferreira. **História da Casa de Espanha de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1979.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e Colonização. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

LAVABRE, Marie-Claire. Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. **Guerra Civil: mito y memoria**. Madrid: Marcial Pons, 2006. 406 p.

LEVI, G. Os usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. In: **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul, v.2, n.3, 2003, p. 149-170.

MARCO, Valéria de. Um pacto de silêncio: a transição espanhola. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal: o fim das ditaduras**. São Paulo: Xamã, 1995. 231 p.

MARCÓ, Toni; MOMPÓ, Enric. Bases histórico-sociais da crise do regime de transição na Espanha. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal: o fim das ditaduras**. São Paulo: Xamã, 1995. 231 p.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. Los inmigrantes invisibles: condiciones de vida e identidad de los españoles en São Paulo en la segunda mitad del siglo XX. **Estúdios Interdisciplinários de América latina y Caribe**, v. 11, n.1, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eial/XI_1/gonzalez.html>. Acesso em 20 de junho de 2008.

MAUAD, Ana Maria; GOMES, Angêla de Castro Gomes. **Memória: imigração espanhola em Niterói**. Niterói: Niterói Livros, 2006. 224 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

_____. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Editora Ática, 1996. 72 p.

MINTZ, Frank; GOLDBRONN, Frederic. Quando a Espanha Revolucionária vivia em Anarquia. **Revista Libertários**, São Paulo - Rio de Janeiro, n. 01 p.15-18, 2002.

MOMPÓ, Enric. A espontaneidade na revolução espanhola. **Olho da História: Revista de História Contemporânea**, Bahia, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/02momp.html>>. Acesso em 13 de maio 2008.

MORADIELLOS, Enrique. **La España de Franco (1939-1975): política y sociedad**. Madrid: Editorial Síntesis, 2000. 319 p.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007. 223 p.

- MORO, Sofia. **Ellos y nosotros**. Barcelona: Blume, 2006. 319 p.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.
- MUNIZ, Ana Lúcia Gomes. Os pactos de moncloa e a transição política espanhola. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal: o fim das ditaduras**. São Paulo: Xamã, 1995. 231 p.
- NEJAR, Carlos. **Jonas Assombro**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008. 156 p.
- NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981.
- NÓVOA, Jorge. A Espanha incandescente. **Revista Olho da história**, Salvador, n.2, 1996. Disponível em: < <http://www.oohodahistoria.ufba.br/02nova.html>>. Acesso em 04 de out. 2008.
- ORWELL, George. **Lutando na Espanha e recordando a Guerra Civil**. Porto Alegre: Globo, 1986. 269 p.
- PAIVA, Odair da Cruz. **Migrações internacionais pós segunda guerra mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960**. Encontro Regional de História, 19, 2008, USP (São Paulo). Cd-rom.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n.53, junho 2007.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 12 de maio 2007.
- _____. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 12 de maio 2007.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 252 p.
- PRESTON, Paul. **A Guerra Civil de Espanha**. Lisboa: Edições 70, 2005. 215 p.
- ROCHA, Ana Luíza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 196 p.
- ROCKER, Rudolf. **A ideologia do Anarquismo**. São Paulo: Editora Faísca, 2005.
- ROSICH, Josep M.^a Roig. Las autonomías durante la Segunda República: Cataluña y la generalitat. In: **La Guerra Civil Española**. Barcelona: Ediciones Folio, 1996. v.1, p. 98-111.

SAFÓN, Ramón. **O Racionalismo Combatente**: Francisco Ferrer y Guardia. São Paulo: Editora Imaginário, 2003. 96 p.

SÁNCHEZ ALBORNÓZ, N. **España hace un siglo**: una economía dual. Barcelona: Península, 1968.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300010&script=sci_arttext>. Acesso em 04 de abr. 2008.

_____. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. 208 p.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a História**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. Entrevista com Sabina Loriga. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 11-22, jan./jul. 2003.

_____. **Biografia e regimes de historicidade**. Métis: história e cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jul. 2003.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 8, n. 10, p. 101-142, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 203. 525 p.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa: russos e ucranianos em Porto Alegre – 1948**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1979.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

SOUZA, Ismara Izepe de. **Espanhóis: história e engajamento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 103 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 386 p.

VARGAS, Iolanda Guimarães. **História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1979.

VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora. **Antropologia da etnicidade**: para além de “ethnic groups and boundaries”. Lisboa: Fim de Século, 2003. 142 p.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha, 1936 – 1939**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 110 p.

WALTER, Nicolas. **O que é Anarquismo?** São Paulo: Imaginário, 2002. 141 p.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981. 361 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004. 171 p.

ANEXO I - Relação de entrevistados para a pesquisa

NOME	ANO NASCIMENTO	CIDADE	ANO / IDADE IMIGRAÇÃO	NACIONALIDADE CÔNJUGE	DATA DA ENTREVISTA
Félix Garces	1921	Madrid, Madrid	1948 / 26 – França 1952 / 30 – Porto Alegre	espanhola	06 nov. 2006 01 out. 2007
Remédios Falceto	1926	Barcelona, Cataluña	1948 / 22 – França 1952 / 25 – Porto Alegre	espanhol	01 dez. 2007 29 abr. 2008
Maria Jesus Centeno Neves	1945	León, Castilla y León	1954 / 10 – Porto Alegre	português	16 maio 2008
Norma Castellarnau	1937	Barcelona, Cataluña	1941 / 5 – França 1951 / 15 – Porto Alegre	brasileiro	16 maio 2008
Helena Rico	1932	Vilafranca del Penedés, Cataluña	1948-49 / 14 – França 1951 / 17 – Porto Alegre	espanhol	11 ago. 2008
Emílio de La Puerta Garvin	1928	Talavera de La Reina, Castilla La Mancha	1954 / 27 – São Paulo 1956 / 29 – Porto Alegre	espanhola	26 ago. 2008
Emílio Rosado	1948	Becerreá, Galícia	1957 / 9 – Porto Alegre	brasileira	06 out 2008
Maria del Carmen Aladrén	1947	Zaragoza, Aragón	1952 / 5 – Porto Alegre	espanhola	20 out 2008
Evaristo Gallego Iglesias	1942	Vigo, Galícia	1947 / 5 – Porto Alegre	brasileira	30 out. 2008
Remígio Blanco Besteiro	1923	Verin, Galícia	1952 / 29 – São Paulo 1966 / 43 – Porto Alegre	brasileira	20 nov. 2008
Maria Aranzazu Vizuetete Lázaro	1941	San Sebastián, País Basco	1946 / 5 – França 1951 / 10 – Porto Alegre	espanhol	01 dez. 2008
Leonisa Fernandez Moreiras	1949	Codesas, Galícia	1960 / 10 – Porto Alegre	brasileiro	02 dez. 2008
Maria Purificación Garcia Hernandéz	1921	Valência	1972 – São Paulo 1973 / 52 – Porto Alegre	espanhol	03 dez. 2008

ANEXO II

Fotos da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos
Rua Andrade Neves, n. 85 (fotografia de Lucas Neves, 2009).



ANEXO III

Foto da antiga sede da Casa de Espanha
Av. Júlio de Castilhos, n. 133 (fotografia de Lucas Neves, 2009).



ANEXO IV

Fotos da Casa de Espanha e do Centro Espanhol
Travessa Sul, n. 102 (fotografia de Lucas Neves, 2009).



Fonte: KERN et alii, 1993, p. 97.



ANEXO V

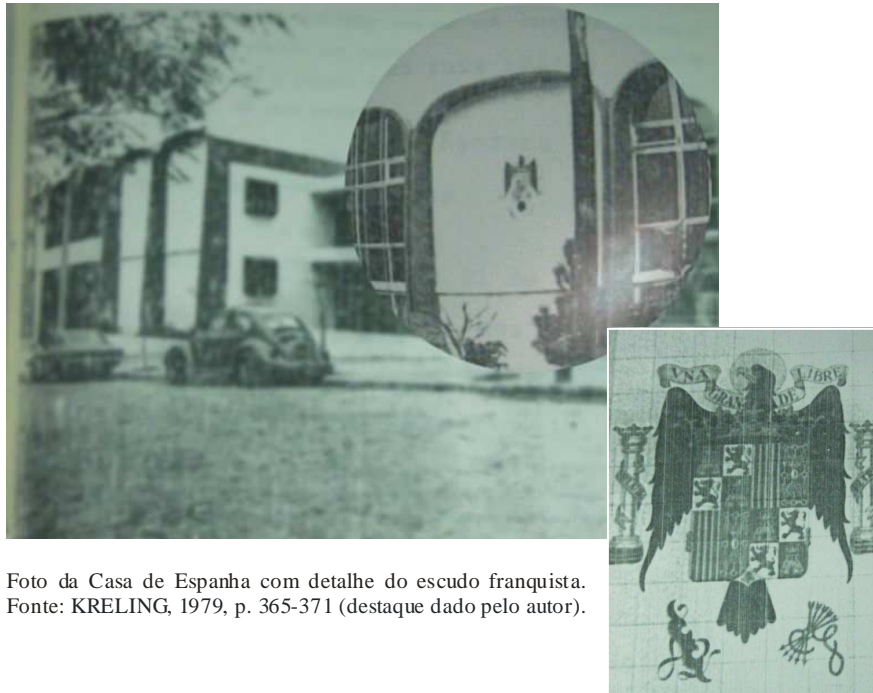


Foto da Casa de Espanha com detalhe do escudo franquista.
Fonte: KRELING, 1979, p. 365-371 (destaque dado pelo autor).



Foto do Centro Espanhol com detalhe do escudo espanhol vigente desde 1981, sobreposto ao escudo franquista (fotografia de Lucas Neves, 2009).

ANEXO VI

Fotos dos antigos hotéis aonde alguns imigrantes vindos através da IRO hospedavam-se por conta desta organização (fotografia de Lucas Neves, 2009).



Antigo Hotel Porto Alegre, Rua Pinto Bandeira, nº 339.



Antigo Hotel Aliado, Av. Voluntários da Pátria, nº 817.

ANEXO VII

Foto do informativo *Hogar Español*, com a programação da comemoração à vitória franquista (gentilmente cedido por Evaristo Gallego).



DIA 16 DE ABRIL DE 1939

Fiesta-homenaje organizada por el HOGAR ESPAÑOL de Porto Alegre
para conmemorar la Gloriosa Pacificación de España por su Caudillo el GENERALISIMO FRANCO

A las 10 de la mañana — Solemne Misa, de Palestrina, cantada a 4 voces por el coro del "Pan de los Pobres" de las E. E. Cristianas, en la Iglesia de Sta. Theresinha de Jesus — El acto será abrellantado por la Banda de la Brigada Militar.

A las 12 — Monumental churrasco en el "Turner Band"

A las 20 horas, 30 — Sesión cívico-literario-musical en la "Italica Domus" bajo el siguiente

P R O G R A M A

1.ª PARTE	2.ª PARTE
- <i>Himnos Nacionales del Brasil y España</i>	7 - <i>Polonesa n.º 40 de Chopin, al piano por el Dr. Arnal</i>
- <i>Trecho de Carlos Gomes, por el conjunto orquestal, del Club Haydn</i>	8 - <i>Sambas brasileñas, por la niña Dina Avila</i>
- <i>La opinión</i> , - Poesía por la niña Juanita Esther	9 - <i>Valencia</i> y otras poesías por el Dr. Mario Arnal Durán
- <i>Narcissus</i> , de Entelheptano, Píera a piano - Srta. Marina Raya Ibañez	10 - <i>Quien supiera escribir</i> - Recitado de Camposamor, piano por las Srts. Cecilia, Marina Raya Ibañez y Dr. Mario Arnal Durán
- <i>Franco y España</i> - Discurso por el Dr. Mario Arnal Durán	11 - <i>Danza clásica</i> , por alumnas de la Sra. Profesora Toni Seitz
- <i>Danza Española</i> , a piano, por el P. Vicente, de los Carmelitas	12 - "Casa al sol" Himno Falangista, cantado por el coro de niños del "Pan de los Pobres"

Intervalo de 10 minutos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963m Prochnow, Lucas Neves

Memórias, narrativas e história : a imigração espanhola recente em Porto Alegre / Lucas Neves Prochnow. – Porto Alegre, 2009.
157 f. ; il.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino.

1. Espanha – História – Guerra Civil. 2. Ditadura Franquista.
3. Imigração Espanhola – Porto Alegre. 4. Centro Espanhol de Porto Alegre. I. Constantino, Núncia Santoro de. II. Título.

CDD 981.651

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779